

ATA DEGRAVADA DA 182ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1

2 Aos dezenove dias do mês de julho de 2013, às nove horas, no plenário da Casa de
3 Direitos Humanos – Sede do CEAS/MG realizou-se a centésima octogésima segunda
4 Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela primeira secretária Sra. Anália M^a
5 Ferreira, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Edir Petrucelli –
6 SEE, Marcelo Armando Rodrigues – CRESS-MG, Sérgio Sampaio – Fed. Das
7 APAES/MG, Rosilene Aparecida Tavares – CMAS/Montes Claros, Adriana Rocha –
8 SEAPA, Marcos Vinícius Dias Nunes – Fetaemg, Geraldo Gonçalves de O. Filho –
9 Sindbref, Márcio Caldeira – ASSPROM, Isabela Vasconcelos Teixeira – SEDESE,
10 Guilhermina Torga – SEF; conselheiros suplentes: M^a de Fátima Bergamini – Sind-
11 Saúde, Hélio Noberto – CMAS/Pouso Alegre, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND,
12 Ethiará Vieira de Macedo – SES, André Luís de Oliveira Soares – CMAS/Ituiutaba, M^a
13 Albanita Roberta de Lima – SEDESE, Ami Ribeiro de Amorim – Missão Ramacrisna;
14 os convidados: Soraia Leão de Souza – Cimos/MP, Edma Marinho – SEDESE,
15 Rodrigo Cansado Anais Roras – MPMG; membros da Secretaria Executiva:
16 Consolação Cifani da Conceição, Elizabeth Chalita, Rosalice Tassar, Maria Paula,
17 Angelo. A primeira secretária inicia a plenária: conselheiras, já considerando o tempo
18 de espera, tolerância, de chegada dos conselheiros, vamos iniciar a 182ª plenária do
19 CEAS onde eu Anália representando o COGEMAS como primeira secretária, seguindo
20 nosso regimento interno presidirei essa plenária com o apoio do segundo secretário
21 Marcelo em razão da ausência da presidente e da vice-presidente. Declaro aberta
22 então essa plenária do CEAS. Vamos iniciando, então com as justificativas de
23 ausência Maria Juanita Godinho Pimenta, está de férias; Júlio César por motivo de
24 trabalho; João Ademar, também de férias; Fernando SEPLAG, será substituído;
25 Clodoália da SEPLAG, férias; Cristiane - ISJB trabalho; Andréa Medrado da SEDESE,
26 também esta de férias; Luiz George Marcelino da Trindade – CMAS/Lagoa Santa, está
27 na conferência municipal de Lagoa Santa; Mário Roberto do MDC por trabalho; Mauro
28 Alves de Souza, com destaque, também por motivo de trabalho. A Isabela Chegou?
29 Nós temos a posse da conselheira Isabela que ainda não chegou ela ainda chega
30 nessa plenária. E iniciamos dizendo, nós recebemos por email através da secretaria
31 executiva as atas degravadas 173ª e 177ª plenárias e faltam ainda para nós a 179ª,
32 180ª e 181ª. Faltam chegarem para nós e então nós teremos todas as atas
33 degravadas em dia que como foi explicada pela Consolação numa reunião anterior,
34 nós tivemos dificuldade com a empresa que era a que ganhou a licitação, foi uma
35 troca né, Consolação, dessa empresa por falecimento da pessoa responsável e então

36 nós ainda estamos atrasados e creio que dentro de um mês nós estaremos em dia.
37 Vamos passar para apreciação da pauta e inclusão de ponte de informe, lembrando
38 que, já tem sido costume nosso levar para o final da reunião os informes, podemos
39 continuar com essa dinâmica. É então vamos apreciar a pauta incluindo ponto de
40 informe, eu incluo um, informe né? Marcelo seu ponto de pauta. Fátima ponto de pauta
41 agora pra ser apreciado se continua, (vozes ao fundo). Esclarecimento sobre a ata de
42 gravada? Ok, eu peço sobre a ata o esclarecimento. MARIA DE FÁTIMA - Bom dia a
43 todos! Eu li a ata 173^a e 177^a. Na ata 177^a eu vi muito erro de grafia então eu fiz até
44 essas anotações pudéssemos observar. É possível? (vozes ao fundo). É! Pode ser ou
45 não? E a ata 173^a que fala sobre Candonga, tem uma página 82, posso passar lá?
46 Vocês não têm a ata aí agora não. ANÁLIA – As atas estão? Você mandou isso pra
47 Secretária Executiva? Não! MARIA DE FÁTIMA – Eu li e fiz observação. Pode dizer...
48 ANÁLIA - Pode dizer e encaminhar para a secretária executiva, diga para todos os
49 conselheiros. MARIA DE FÁTIMA - Na paina 82 está escrito, por que a gente
50 considera que tudo que nós fizemos de 2003 pra cá vai começar do zero. Eu acredito
51 que deveria ser “tudo que nós fizemos de 2012 pra cá vai começar do zero”, pois
52 houve um calendário partindo de 2012, então será que eu entendi errado? Por isso
53 que teríamos que ver a ata. (vozes ao fundo). ANÁLIA - Vou pedir o Marcelo pra
54 esclarecer. (vozes ao fundo). INTERLOCUTORA - Nosso esclarecimento Fátima é a
55 forma da pessoa de falar porque o processo de Candonga é muito antigo no conselho
56 então é de 2003 mesmo, é como se começasse agora o acompanhamento que aquela
57 etapa tivesse findado por que teve todo aquele processo e começamos com a
58 resolução o acompanhamento o GP de acompanhamento a partir de 2003. MARIA DE
59 FÁTIMA - Esse é a partir da resolução 400? INTERLOCUTORA - É um sentido de fala
60 aquele processo venceu naquele momento e ficou com aquelas pendência motivo de é
61 revogar resolução, de volta a mediação, então voltamos tudo isso depois, então
62 aquele processo ele teve um tempo e agora nós estamos nessa outra fase. MARIA DE
63 FÁTIMA - Porque no meu entendimento eu achava que devia, já que começou em
64 2012 as articulações teriam que colocar a partir de 2012 teria que ser zerado. Então
65 vai considerar a partir da resolução? (vozes em conflito) ROBERTA - Fátima a questão
66 da ata é a seguinte, por exemplo, quando fazemos a leitura da ata, se viu erros de
67 português lá, então deve ser encaminhado à secretária executiva quanto ao conteúdo
68 das falas à ata ela escreve do jeito que acontece. Então questionar o conteúdo da fala,
69 a não ser que a fala seja sua e que, por exemplo, na hora que escreveu você tem o
70 direito de dizer assim não foi isso que eu disse. Agora as outras palavras das outras
71 pessoas elas não podem ser questionadas, pois a ata ela escreve aquilo que as

72 pessoas falam ela é degravada, então o conteúdo que está na ata ao conselheiro cabe
73 dizer o seguinte se concorda ou não na fala dele, pois na fala dos outros ele não pode
74 questionar porque é uma degravadação. ANÁLIA – está claro Fátima? MARIA DE
75 FÁTIMA - Eu entendi que teve um erro por isto estou perguntando se quando eu
76 esclarecido que a partir de 2012 e 2013. Tem direito de questionar se é zerado a partir
77 de um ou a partir de outro. ANÁLIA – Claro! Você tem direito de questionar, mas está
78 claro a explicação de que a ata é degravada, então contém todas as palavras que nós
79 falamos dizendo da forma que estamos dizendo e as suas considerações podem ser
80 encaminhadas, com retorno, também para secretária executiva pra que seja incluído
81 até antes da reunião. Tem um esclarecimento do conselheiro Geraldo. MARIA DE
82 FÁTIMA - Geraldo, posso terminar depois minha conclusão da ata, quero concluir!
83 GERALDO - Bom dia a todos e a todas, eu pedi a inscrição só para clarear um
84 pouquinho, primeiro a Fátima, sua citação não é questão de português é questão de
85 mudança de não concordância na sua visão do que seria na ata. A segunda situação a
86 explicação da Roberta está correta, porém ele necessita de complementação. O fato
87 de ela ler uma ata atrasada, está bastante atrasada, cujas explicações já foram feitas,
88 e de que se for a fala de outro conselheiro ainda sim ela tem o direito de chegar aqui e
89 colocar e de pedir revisão se for o caso e de pontuar, qualquer que seja a nossa
90 reunião, pra ela colocar pra esse plenário que é o equívoco na interpretação dela ou
91 de entendimento no que aconteceu. Só isso que quero fazer o reparo. Então por
92 exemplo se consta alguma coisa mesmo que seja fala de outro e ela não concorda ela
93 pode solicitar isso a qualquer momento. Eu penso que o que ela traz aqui é importante
94 que leve isso pra secretaria executiva, a Consolidação possa levantar ai esse fato junto
95 com você, e ai se não houver um esclarecimento suficiente de entendimento seu você,
96 você suscita isso em plenária e por em pauta, eu acho que não há problema nenhum.
97 Só pra clarear pelo meu entendimento é isso. MARIA DE FÁTIMA - Posso continuar?
98 ANÁLIA - Continua Fátima. MARIA DE FÁTIMA - Então por gentileza. Então
99 continuando. Porque no meu entendimento, eu não entendi se 2013 iria começar a
100 zerar ou se começaria a partir de 2012 como estava falando anteriormente. Na página
101 374 fala que a plenária foi feita um planejamento, haveria um planejamento. E que o
102 planejamento na página 670 falava que seria um relatório mensal. Eu vou justificar por
103 que. Porque nós tivemos uma mudança há pouco tempo agora, nós mudamos para 2
104 meses, seria de 2 em 2 meses. Então eu gostaria de saber se nesse tempo pra cá que
105 já se passaram 6 meses se houve esse relatório mensal mesmo se continuou esse
106 relatório então. Anota ai Marcelo, por favor, as minhas perguntas. Depois na página
107 689 que é os cursos promovidos começariam em novembro, então gostaria de saber

108 se houve essa demanda no mês de novembro pra cá, se os cursos foram feitos com
109 relação a Candonga. Os cursos, de Candonga, que foram promovidos pela secretaria
110 de trabalho, gostaria de saber se houve esse curso. Porque já se passou tanto tempo
111 e estamos falando como vamos aprovar uma ata se não sabemos se tudo isso está
112 questionado se foi feito e está em andamento. E na página 789 havia equipe composta
113 por CEAS e SEDESE do consórcio para compor esse planejamento. Então esse
114 relatório acho que já está sendo encaminhado. Na página 803 fala sobre que haveria
115 uma transparência no site da SEDESE com relação a todo esse encaminhamento da
116 Candonga, se está na SEDESE no site da transparência, porque foi falado que haveria
117 no site da SEDESE a transparência de tudo aquilo que iria acontecer para todas as
118 pessoas que tivessem acesso. Eu não sei e gostaria de saber se está sendo essa
119 transparência. Na página 810 até 814 que haveria também uma reunião na
120 comunidade de Soberbo, para dar um encaminhamento da transparência disso tudo
121 que houve, que haveria planejamento, que haveria a transparência para a comunidade
122 de Soberbo, gostaria de saber também se houve essa reunião com a comunidade
123 para dar transparência, não sei se houve, e se houve gostaria de saber. Agora vou
124 falar da ata 177ª. INTERLOCUTORA - Fátima só um minutinho. É que você falou
125 bastante sobre Candonga e parece que é uma questão do monitoramento, do plano
126 que foi elaborado. Então gostaria... INTERLOCUTOR - Sobre esses pontos que foram
127 questionados da ata, eu acho que a ata em si ela não deve ser questionada, deve ser
128 questionado um outro ponto aqui na pauta se o que está na ata foi cumprido, mas aí a
129 ata em si, não tudo bem mas a ata ela escreve a realidade que aconteceu na reunião.
130 O que foi levantando na reunião está correto na Ata. Agora se foi cumprido ou não aí é
131 um outro ponto que deve ser colocado aqui na pauta pra que a pessoa dê o relatório
132 dizendo que foi cumprido ou não. (vozes ao fundo) INTERLOCUTORA - Fátima é ...
133 MARIA DE FÁTIMA - Eu entendi, desculpe! Eu já entendi. eu lendo, porque passou
134 tanto tempo. Desculpe que passou tanto tempo. A memória da gente não volta assim a
135 constar. Desculpe e dá licença aqui também que esse ponto que vai ser questionado,
136 pode ser? ANÁLIA - Pode! Agora vamos fazer os ... MARIA DE FÁTIMA - Então eu
137 gostaria então que eu como conselheira, nesse ponto já que estamos falando de
138 apreciação pode ser desse jeito? ANÁLIA – Sim Fátima, mas com relação à
139 Candonga, vamos fazer o esclarecimento para não misturar os assuntos porque você
140 vai falar de outro assunto agora. Então eu estou passando para a Consolação pra ela
141 fazer os esclarecimentos. CONSOLAÇÃO - Eu quero pedir que a Fátima encaminhe,
142 como já foi dito aqui, por quê! Eu responder posso responder tudo isso, mas têm
143 outras atas, tem outras deliberações subsequentes a essa e não posso chegar e falar

144 assim aquele foi porque existiu correções de rumos no processo de 6 meses que
145 inclusive já foram atas que foram enviadas pra vocês e que deveriam inclusive pegar
146 junto a esse ponto e ver onde que houve o desdobramento disso até chegar no
147 monitoramento que você está falando da questão mensal, do que foi porque tudo isso
148 foi falado aqui em outros momentos e em outras atas e nós acompanhamos teve
149 relatórios mensais sim, antes mesmo de virar trimestral nós temos esses relatórios
150 aqui e que tudo isso aqui foi visto. Então faço um pedido à mesa de encaminhamento
151 que ela formalize e nós, possamos formalizar e pegar todas as atas e cada ponto
152 disso é a evolução desse e dar que eu acho que seria mais rico do que ficar aqui
153 fazendo pequena lembranças e que não vai corresponder toda uma realidade.
154 INTERLOCUTORA - E também só uma questão de encaminhamento para nós, nós
155 recebemos as atas, nós devemos ler e responder a secretária executiva para que
156 venha para reunião toda organizada por exemplo. A secretária executiva ela na sabia
157 que deveria trazer a ata pra gente tá conversando aqui, porque não teve retorno então
158 a pauta ela deve ser organizada com antecedência, se não vamos ficar a reunião com
159 um tempo enorme tomado por coisas que não vão ser objetivas. Marcelo pediu para
160 esclarecer. MARCELO - Não é esclarecimento, já colocar presidente esse
161 encaminhamento que a Consolação apresenta ele é interessante pra que não haja
162 uma resposta "a menor". Então se a Fátima pontua isso até por email, passa pra
163 Consolação e na próxima plenária traz as respostas de todas as indagações.
164 INTERLOCUTORA - Podemos continuar então? MARIA DE FÁTIMA - Podemos
165 passar pra 177ª? Não é que tem os erros de português vai questionar na próxima.
166 INTERLOCUTORA - Você encaminha para a secretaria executiva e ela se necessário
167 ela vai incluir no plano de pauta, quando é erro como o próximo documento que vamos
168 fazer a observação que é a ementa do regulamento da conferência. Os que eram
169 alguns erros a Consolação já resolveu a secretaria executiva já resolveu ele não
170 precisa vir pra cá. Então o encaminhamento pode ser esse, que seja encaminhado e
171 devolvido a secretária executiva e que só vem para cá caso for necessário. Então nós
172 podemos continuar? MARIA DE FÁTIMA – Ok, então ressaltando, então quer dizer
173 que todos esses erros da 177ª, todo o meu questionamento eu vou ter que passar e-
174 mail. ANÁLIA - Você retorna para a secretaria com todas as suas observações
175 inclusive as próximas que você vai receber, nós todos, se necessário, se não for
176 possível resolver, virá para plenária se você não estiver satisfeita na hora você pode
177 questionar. Ta bom? MARIA DE FÁTIMA - Ok. Obrigada. INTERLOCUTOR -
178 Importante por causa do tempo, eu concordo plenamente, mas importante quando ela
179 passar esse email, passar uma cópia para todos os conselheiros. As questões dela e a

180 resposta pra gente ter ciência do que ela levantou. MARIA DE FÁTIMA - então tá
181 confirmado, a partir de segunda-feira então porque amanhã eu vou ter que viajar então
182 a partir de segunda-feira eu passo por email e posso aguardar a resposta. Obrigada.

183 INTERLOCUTORA – Ok! Nós temos então ainda estamos na apreciação da pauta,
184 foram incluídos mais três pontos do final que é definição do conselheiro técnico para
185 participar das pré-conferências regionais, definição de palestrantes para as
186 conferências municipais, escolha dos dois representantes como delegados para
187 conferência de Contagem. E lembrando que o Marcelo fez a capacitação dos
188 conselheiros que não tinham participado da primeira capacitação pra participar das
189 conferências, então hoje nós teremos que olhar as nossas agendas, tem bastante
190 coisas pra cumprir. Inclusão de ponto de pauta do Marcelo. MARCELO - Chegou aqui
191 para o conselho estadual um email de profissional falando sobre conferencias
192 municipais e que ele daria assessoria para as conferências municipais então quando
193 for o momento eu esclareço melhor, mas é sobre conselhos municipais e assessoria
194 por particulares. ANÁLIA - ok, a pauta está ok? Podemos continuar então? Mais
195 nenhuma inclusão? Mais algum informe? Então o primeiro ponto seria a tratativa de
196 mediação pelo Ministério Público, eles ainda não chegaram, nos passaremos para o
197 segundo ponto, 10h né? Então nós vamos adiantar, passando para os comentários
198 sobre as resoluções relativas a 10ª conferência estadual, todos receberam a
199 resolução? Vamos ver! Eu estou pedindo o Marcelo, que já fez alguns destaques, eu
200 vou pedir para ele pra fazer os comentários, até agora chegou só o meu e o do
201 Marcelo né? (falas ao fundo) do Volney tá, já? O Volney também mandou. E já foi
202 resolvido. MARCELO - Bom, nós fizemos algumas alterações e a proposta que
203 queremos fazer é de. Considerando que foi enviada também para todos os
204 conselheiros a minuta, nós vamos trabalhar somente onde houveram contribuições. A
205 primeira questão foi por mim, ela já é na ementa mesmo, e hoje pela manhã,
206 juntamente com a Consolação nós achamos uma outra minuta que pretendemos
207 apresentar. Há sim! A proposta que queremos dizer é o seguinte, dispõe sobre o
208 regulamento da conferência estadual de assistência social, das conferências
209 municipais e das pré-conferências regionais em complementação à resolução
210 438/2013, que é a proposta que estamos fazendo. Se todos estiverem de acordo já
211 vamos passando. Não vai já colocando não? Dispõe sobre. Em complementação a
212 outra resolução. Porque a duvida que tivemos naquele momento, teve a primeira que é
213 a 438, foi a primeira resolução que dispôs sobre o regulamento agora nós estamos
214 fazendo a outra que também está dispondo sobre o regulamento em complementação
215 da primeira. Certo? Então as duas vão continuar em vigor, porém essa em

216 complementação a outra. Entendeu? GERALDO - Eu entendi, só que pra melhor
217 entendimento e objetividade na transparência, seria importante que fizessem a
218 complementação e ratificassem e cancelassem a primeira. É ué, vai ficar com duas?
219 Pra quê? Então se tem complementação pra fazer. Essa complementa e cancela a
220 primeira por que ai fica uma só. Não sei se tem outra. MARCELO – Sim! Geraldo nós
221 fizemos essa discussão com a secretaria executiva e na discussão que nós fizemos
222 essa resolução da forma como estamos propondo ela seria uma resolução de mais ou
223 menos 15 páginas. E aquilo tudo que foi tratado na primeira já foi sanado,
224 praticamente sanado, mas não pode ser revogado, pois, há algumas questões que são
225 afetas a conferência estadual que já está posto, e por isso que esta vem
226 complementando a primeira. Eu também entendo que uma deveria ser anexada à
227 outra, mas diante da situação de tempo, pra que se faça essa proposta, que você esta
228 colocando, nos não teremos tempo mais pra fazer um estudo sobre isso, porque só
229 viria pra próxima plenária ou pra próxima mesa diretora, por isso que eu penso que
230 poderíamos trabalhar essa resolução da maneira como está, porque também não
231 causara prejuízo. GERALDO - Eu não tenho nenhum problema em concordar com
232 isso, só quero dizer o seguinte, nós quando fizermos qualquer que seja a ação desse
233 colegiado, temos que primeiro pensar em quem deve estar do outro lado, e ai nós
234 estamos pensando em nós. Essa é a realidade. Porque quem até agora não fez a
235 conferência vai ler 2, tem 30 páginas, mas vai ler 2 ao invés de uma só. MARCELO -
236 Eu também quero fazer um esclarecimento, caros conselheiros que está resolução
237 estava para apreciação de todos os conselheiros a mais tempo. Então essa questão
238 inclusive, que o conselheiro Geraldo e outros conselheiros também poderão
239 questionar, já estava na pauta poderia ser apresentado anteriormente pra fazermos
240 essas contribuições... GERALDO – Questão de ordem quero dá resposta a esse
241 questionamentos seu. O fato de ter decidido que vai as coisas eletronicamente não
242 quer dizer que qualquer que seja o conselheiro traga pra discussão aqui, isso não
243 impede, vamos deixar claro isso aí. (conflito de vozes). Mas quando você disse que já
244 esta há mais tempo pra quem sabe ler um pingo é letra, isso quer dizer que eu não
245 vou levantar? Não! Quer dizer que nós podemos levantar sim como a Fátima fez. Em
246 qualquer momento nós poderemos levantar mesmo tendo em entregue e enviado a
247 todo mundo eletronicamente. É um direito nosso fazer isso aqui na plenária.
248 MARCELO - Eu não tenho dúvidas disso conselheiro, só estou dizendo que você
249 poderia ter dado essa contribuição anteriormente e está fazendo neste momento.
250 Senhora presidente diante da apresentação e do levantamento do conselheiro
251 Geraldo, acho que deve ser colocado na apreciação da plenária se nós vamos

252 apreciar esse documento ou se ele voltará pra discussão outro momento. GERALDO -
253 Veja bem, eu não solicitei que fosse colocado, eu não solicitei, a solicitação é sua, eu
254 posso concordar. O que eu observei é o seguinte, que é bom que esse colegiado
255 comece a repensar nessas ações nossas, nós vamos primeiro pensar em quem vai
256 receber e não em nós mesmos. Foi isso que eu disse. Mas, eu concordo com a
257 situação, faça a sua justificativa, eu só não concordo com alguns comentários que são
258 feitos, que pra mim não vão resolver. ANÁLIA - Também colocando que isso é o
259 aprendizado, ele é permanente o tempo todo, a exemplo do nosso município nós já
260 fizemos conferência municipal já avaliamos e anotamos todas as falhas para que na
261 próxima conferência daqui a 2 anos não volte a cometer os mesmos equívocos. O
262 conselho nacional de assistência social tem 4 ou 6, 6 resoluções realmente tá com
263 essa sobrecarga de leitura para os municípios e o conselho agora nós também, já está
264 com 2. Não vejo que tem possibilidade de tempo, dentro do nosso tempo agora, de
265 retornar para a próxima plenária que será só em agosto. Então o encaminhamento se
266 todos os conselheiros concordarem que a gente continue com essa complementação
267 da resolução, por não termos nesse momento tempo suficiente, e que a gente guarde
268 para a próxima. Inscrição do Geraldo e você quer esclarecer também né Consolação?
269 Pode fazer o eu esclarecimento. GERALDO - Eu quero chamar atenção de todos os
270 companheiros dessa plenária. E mais uma vez, é um comentário que eu entendo o
271 seguinte, se o CNAS erra ou equivocava, não quer dizer que nós devemos fazer a
272 mesma coisa, muito embora, a gente sabe que quando dá uma diretriz, a diretriz
273 influencia a primeira, a segunda, a terceira vez aqui, por consequência dessa plenária.
274 Mas quero deixar muito claro, uma visão além dessa leitura, viu ANÁLIA, não vou
275 tumultuar, mas eu vou fazer questão de registrar, nós precisamos contribuir no
276 processo, se queremos no estado democrático social de direito, é bom que a gente
277 começa isso “subserviente”, e começa a achar o poder público dentro desses
278 colegiados, independente da esfera municipal, estadual, ou nacional podem fazer e
279 acontecer da maneira que pensa e que acha que está correto. Então nós começamos,
280 a precisar fazer essa leitura por que todas essas tratativas são tratativas que são feitas
281 no colo, com todo respeito, são feitas que alguém que pensa, que acha que tem a
282 razão e depois distribui, porque se ele socializasse e pedisse contribuição antes,
283 provavelmente a coisa seria pra atender a demanda. Então eu quero fazer esse
284 registro, e deixar muito claro, e esse tipo de compreensão se é compreensão desse
285 colegiado, nós devíamos dar contribuição para o nacional, para o nacional parar de
286 achar que sabe o que faz, e primeiro socializar pra democratizar. ANÁLIA - Geraldo,
287 só esclarecendo o que eu disse do conselho nacional, que nós estamos com

288 sobrecarga de leitura não que estamos aprovando o que está sendo feito, pelo
289 contrário, concordando com essa idéia de que precisamos realmente resumir, diminuir,
290 pois nós recebemos muitas coisas todos os dias. Eu estou concordando com você.
291 Passo o esclarecimento pra Consolação. CONSOLAÇÃO - Gente, a construção de um
292 processo de organização realmente não existe você chegar no início do ano e ter um
293 regulamento fechado. Eu to falando isso, tecnicamente. Não existe. Por quê? Eu
294 preciso de uma definição do espaço, pra saber daquele espaço, inclusive uma
295 metodologia, quer dizer cada ano realmente cada conferência por mais experiência
296 que tem, e eu posso falar assim que eu tenho uma experiência, eu compareci em
297 todas essas conferências, não consegue fechar esse regulamento. Tivemos
298 dificuldade também, de reunião da comissão organizadora, não adianta a secretaria
299 executiva minutar uma serie de questões, e a comissão está com dificuldade de se
300 reunir por problema de agenda, e a comissão ela é composta dos coordenadores das
301 comissões, a presidente com esse coordenadores e a secretaria executiva, então às
302 vezes marca reunião e vem 1 ou 2 pessoas e fica difícil fechar, por falta de agenda
303 dos próprios conselheiros. Então, assim estou falando que, foi todo um processo,
304 agora saiu essa última com a metodologia dos encontros depois que conseguimos
305 inclusive organizar toda a primeira parte, isso que o conselho nacional faz também não
306 é equivocado, porque a realidade da dinâmica vai prestando esclarecimento daquilo
307 que é questionado eu vou aprimorando as ementas. É um processo de construção a
308 conferência. Então se eu particularmente, tecnicamente também falando não vejo
309 prejuízo de duas resoluções o prejuízo muitas vezes esta na forma de divulgação de
310 falar o que está associado depois traduzir isso para os municípios daquilo que ele tem
311 que observar e é aquilo que tem sido feito na secretaria executiva com os conselhos
312 municipais, vocês têm que observar o artigo tal da resolução. Onde que está isso?
313 Onde que está isso no infórmito? Então tem outros aspectos aqui que complementam
314 toda essa questão de facilitar a leitura inclusive dos próprios municípios. E então se
315 apresentou hoje aqui é porque a gente passou por todo esse processo de construção
316 até a comissão organizadora reuniu hoje duas vezes, não conseguiu reunir com todos
317 os seus membros por problema de agenda dos próprios, eu digo isso do conselho
318 porque a secretaria executiva está aqui são os coordenadores e a presidente então
319 assim por problema de agenda e conferências municipais e tudo e consegui uma
320 ultima mesa diretora fechar inclusive tinha dois instrumentais nós conseguimos fechar
321 em um nessa última reunião. Obrigada. ANÁLIA - Passo para o Marcelo continuar as
322 observações feitas. MARCELO - Bom então isso ai pode sair como aprovado gente a
323 ementa? OK. Então... é então... já apaga o vermelho, apaga o verde aí. Qual que é a

324 próxima, por favor? (vozes ao fundo). Inciso 11 do artigo 19. Eu coloquei uma
325 observação no inciso 11 do pra que o adjunto, mas ontem eu conversando com a
326 Consolidação ela me explicou que na outra conferência também teve e pra evitar, que lá
327 na hora dos trabalhos em grupos alguém possa questionar de estarmos fazendo a
328 coordenação sem a participação dos componentes da conferência, dos delegados.
329 Então é pra retirar a observação que eu fiz. Inciso 17. As deliberações das
330 conferências estaduais que permaneceram em pauta, conforme disposta na alínea B
331 do inciso anterior, necessitaram ter constado no relatório de no mínimo 11 grupos. No
332 primeiro momento também não entendi, mas obtive um esclarecimento de que,
333 considerando que aquilo que foi trabalhado no grupo que são as propostas do Estado,
334 se depois que passar pelas discussões do grupo, ainda o grupo entender que aquela
335 proposta não foi cumprida pelo Estado, mesmo que apresente como cumprida, mas o
336 grupo entender como cumprida, então ela vai continuar permanecendo na pauta
337 daquele grupo. Só que considerando que, depois de uma avaliação que o conselho
338 estadual fez de que ela foi cumprida, pra que ela entre para a plenária da conferência,
339 11 grupos no mínimo tem que ter atentado por essa questão dos 77 grupos, dos 20
340 grupos 11 que seriam 50% +1 teriam que ter detectado a situação, se não ela ficaria
341 de fora. Ok, gente? Então já não entendi mais, está tudo certo. É... GERALDO - você
342 disse o seguinte quando você fez a leitura você não estava entendendo. Aí a minha
343 pergunta é se você não está entendendo os outros vão entender? Então precisamos
344 tentar adequar à linguagem disso para não dá dualidade de interpretação, porque lá se
345 isso aconteceu aqui. MARCELO - é talvez melhorar a redação. Após o artigo 21
346 parágrafo 2º. Durante a conferência estadual das 14 às 20 horas no dia 16 e de 8 às
347 18 no dia 17 de outubro os municípios de porte 1 e 2 médio e grande deverão fazer
348 sua inscrição prévia na secretaria do evento para disputar uma vaga para representar
349 o Estado no conferência nacional. Eu coloquei que não entendi. A vaga como
350 delegado não é para a pessoa de município que veio para conferência? Da forma
351 como está da pra entender que a vaga é do município. Ah ta! Ok? Correto? Próximo.
352 25º não precisa. No artigo 23 eu levantei essa questão porque tem a representação
353 governamental e tem a representação da sociedade civil. Quando é tratado o
354 trabalhador governamental o trabalhador do setor lá na sociedade civil percebe-se que
355 o numero de vaga é menor para a sociedade civil do que a do trabalhador. O
356 trabalhador governamental são 15 de porte 1 são 15 e para o trabalhador de setor são
357 12 e assim em todos os demais itens, o trabalhador governamental está em maior
358 numero que o trabalhador da sociedade civil então eu gostaria só desse
359 esclarecimento. INTERLOCUTORA - é porque não da pra gente compara segmentos

360 distintos, temos que ver assim dentro da representação da sociedade civil o peso
361 maior é o usuário então vocês vão ver que vai ter o numero maior porque eu tenho
362 que manter paridade 50 x 50 e dentro de cada um eu vou ter que separar pelas
363 categorias de representação ainda dentro do governo e dentro da sociedade civil.
364 Dentro da sociedade civil a prioridade é do usuário então logicamente vai ter um
365 percentual maior. Agora se você considera do órgão gestor, já no governamental você
366 tem órgão gestor do trabalhador, órgão gestor é o gestor mesmo e muitas vezes vem
367 da conferência então o peso maior é do trabalhador e não de outras pastas. Dentro
368 desses três qual que é o peso maior? Do trabalhador. Eu não posso analisar comparar
369 o trabalhador governamental com um trabalhador da sociedade civil por que estão em
370 blocos diferentes. Então as quantidades por isso que elas foram distribuídas dessa
371 forma. Dentro do governo, então um trabalhador governamental é um peso maior,
372 dentro da sociedade civil o peso maior é do usuário. É essa a distribuição. GERALDO
373 - É, veja bem, dentro dessa situação acho que é bom ficar claro para todos nós aquela
374 inscrição que houver em municípios de trabalhadores da sociedade civil, não está
375 falando de trabalhadores dos CRAS dos CREAS, absolutamente eles terão que
376 compor a parte governamental e é bom ficar claro isso aqui por que esse barulho
377 continua dando em todo município toda hora eles querem fazer inserção dessa
378 natureza isso fere a qualidade. MARCELO - Perfeito, é isso mesmo, e é importante
379 que aqueles que irão fazer as conferências regionais fiquem atentos a isso até mesmo
380 pra que possamos esclarecer na hora da conferência o porque dessa paridade ai ela
381 estar diferente, não é a paridade o numero de trabalhadores por porte depois vou estar
382 verificando ali Consolação, na representação da sociedade civil entidade e trabalhador
383 tem o mesmo numero o peso maior esta somente no usuário. Sim. Correto,
384 conselheiros? Próximo. MÁRCIO – Bom dia a todos, acho que em relação desse
385 quesito dos trabalhadores tanto na sociedade civil como na governamental, é
386 importante também refletir que trabalhadores do SUAS são todos aqueles tanto
387 sociedade civil ou governamental então a lógica que tenhamos aqui na nossa
388 resolução é que o trabalhador do SUAS tenha acesso a nossa conferência, porém
389 baseado nas experiências anteriores aonde nós tínhamos uma presença muito maior
390 em relação ao trabalhador governamental do que o da sociedade civil, em função
391 disso a estratégia do CEAS é garantir a paridade dessa representação então nesse
392 sentido é importante a gente qualificar. O CEAS considera todos os trabalhadores do
393 SUAS sociedade civil e governo. Então a nossa questão é apenas a nossa, a nossa
394 questão é garantir a participação da nossa conferência. MARCELO - Isso é importante
395 pois para a conferência nacional não vai haver essa distinção de trabalhador como

396 estamos fazendo aqui. Essa foi a metodologia que nós utilizamos para segurar que os
397 trabalhadores do SUAS que trabalham no âmbito governamental possam ter a sua
398 vaga garantida considerando que na conferência anterior teve um problema enorme
399 com isso. (vozes ao fundo). Ah sim, na questão da Anália, será eleito um suplente
400 vinculado a cada delegado, mas a Consolação já explicou lá para a ANÁLIA, ela
401 também esta de acordo que é isso mesmo. Agora nós temos aqui também tem a. Tem
402 uma outra situação que eu aponte aqui que é na conferência no regimento interno do
403 artigo 3º a pré conferência regional deverá deliberar. Eu pergunto é isso mesmo?
404 (vozes ao fundo). INTERLOCUTORA - Mas agora por isso que na reunião passada
405 houve essa discussão se era pré-conferência ou se seriam esse encontros. Nos
406 encontros tínhamos o entendimento que não seriam deliberativos, que não poderiam.
407 Agora é uma pré-conferência regional inclusive pra tirar o delegado, é uma escolha
408 deliberar no sentido de escolha é, pois eles não só escolhem delegados, eles vão
409 escolher delegados para a conferência estadual e também vão escolher propostas.
410 Eles vão estar validando as propostas que lá foram tirados. Então nesse sentido há
411 deliberação. GERALDO - Se houvesse a deliberação e eu quero concordar com sua
412 fala isso vai chegar já deliberado pra conferência ou haverá ainda a avaliação e a
413 aceitação? Porque ai é a deliberação sujeito a ratificação e, ou retificação na
414 conferência. É isso? INTERLOCUTORA - Concerteza e igual ao que vem das
415 conferências municipais. GERALDO - Se sim é até bom deixar isso claro, pra não
416 termos problema lá. MARCELO - Só um instante em cima da fala do Geraldo, eu acho
417 que a gente tem que colocar um artigo no regimento interno pra esclarecer esse ponto,
418 não é Geraldo? Dizendo que essas deliberações deverão passar por ratificação da
419 plenária da conferência estadual e também por incidência, não é isso Consolação?
420 Elas serão compiladas por incidência, eu acho que tem que colocar isso também.
421 INTERLOCUTOR - Eu entendi também o objetivo de assim seria uma espécie de uma
422 triagem, talvez? Que a pré conferência faria da pauta, poderia ser também né uma
423 triagem que a pré conferência faria da pauta que seria encaminhado a conferência.
424 Poderia ter esse entendimento também? É porque na verdade a pré conferência, por
425 exemplo, vem 1000 propostas, não vai dar pra discutir todas na conferência. Aí essa
426 pré conferência faz a triagem vê aqueles que factíveis (conflito de vozes)
427 INTERLOCUTOR - Então você vai discutir a mesma coisa duas vezes. Por que se
428 fosse como uma pré-triagem pra você sabe, isso aqui vai entrar na pauta da
429 conferência ou não vai entrar, ai eu acho que o objetivo seria certo. Agora você discutir
430 um assunto na pré-conferência depois levar esse mesmo assunto pra ser ratificado e
431 discutir de novo. ANÁLIA - A Roberta pediu pra esclarecer depois passa para a

432 Consolação. ROBERTA - Primeiro concordar com esse artigo separado de como
433 vamos encaminhar na conferência as propostas das regionais. Segundo elas não
434 podem ser consolidadas pela incidência. Porque se eu falo regional cada região é
435 diferente, então não pode ser por incidência. Segunda questão, elas são aprovadas na
436 conferência estadual como qualquer outra proposta surgida na conferência estadual,
437 só que ela veio de uma discussão que estamos considerando deliberativa é de região
438 e segundo a proposta dentro do conteúdo é discutir serviço regionalizado dentro do
439 sistema único. Então provavelmente não serão assuntos repetitivos. Porque vai ser o
440 foco de discussão regionalizado e não municipalizado, o que vem pra conferência as
441 vezes são pontos as vezes de município as vezes ponto com foco estadual. Então elas
442 serão diferenciadas. Acredito eu e acredito que não possa ser por incidência porque
443 você pega discussões de diferentes regiões, hoje nós temos uma proposta do
444 governador que está fazendo, pra salário mínimo diferenciado na região, pressupondo
445 que nós estamos com um olhar pra entender um sistema único como é que se
446 comportam em diferentes regiões do Estado de Minas Gerais. INTERLOCUTOR -
447 Então a proposta da conferência municipal pode vir direto para a conferência estadual
448 e a pré-conferência regional é pra saber de problemas da região é isso? ANÁLIA – O
449 esclarecimento da Consolação. CONSOLAÇÃO - Incluímos nessas pré-conferências
450 como tá posto aqui que todo mundo leu. Temos as pré-conferências pra município de
451 porte 1 e 2 só. E aí foi incluído pra aproveitarmos esse momento por que são esse
452 municípios que precisam mais desse serviço personalizado pois muitas vezes eles não
453 vão ter esse serviço não vão ofertar esse serviço nos seus municípios. Então que eles
454 pudessem apresentar propostas discutidas ali para especificamente serviço
455 regionalizado. Só sobre este assunto e isso como vocês viram também no corpo do
456 que está sendo aqui proposto vai somar ao material copilado que vai ser trabalhado no
457 grupo de regionalização, ele está dentro desse eixo, Roberta, inclusive. Ele está aqui,
458 constando isso, eles somam ao eixo 6 que é a regionalização. E por isso precisa ser
459 copilado sim, pois pode sair ai deve 20, 30 de cada um fica unânime então tem de ser
460 copilado. e aí vamos fazer uma redação no sentido de ser similaridade, então as
461 propostas comuns vamos copilar isso. Tá bom? INTERLOCUTOR - Entendi! Então os
462 municípios de porte 1 e 2 fazem suas conferências e a região manda pra conferência e
463 a conferência vai estudar pra não ficar aquele monte de propostas pra conferência
464 estadual. É isso? E pra facilitar o processo. INTERLOCUTORA - Gente conferência
465 municipal faz o seu relatório e vem pra conferência estadual e aí também consta
466 nesse instrumental que nós estamos compilando dos relatórios todos os municipais o
467 instrumental 2 conforme disposto no informativo 4 do conselho nacional. Então esta

468 aqui falando, é isso que nós vamos copilar que vem de todos os municípios está aqui.
469 Isto é um dos instrumentos quando chegar lá na regional como o tema tratado na
470 regional é na perspectiva da regionalização então nós vamos fazer é o mesmo tema
471 da conferência na perspectiva regional, então vai sair depois desta fala eles não
472 podem ser suscitados a ter o que? Algum tipo de idéias de propostas então nesse
473 momento eles vão preencher tem um horário pra eles entregarem essas propostas
474 específicas para esse tema. Esse tema está incluído como a Roberta bem lembrou
475 nos eixos e está aqui no nossa normativa que ele inclui ele compõe o documento da
476 conferência estadual no item regionalização. Então não misturar proposta municipal é
477 uma coisa um instrumento proposta regional é outro instrumento. INTERLOCUTOR -
478 Então existe 2, os fluxos das municipais que vão pra conferencia estadual e assuntos
479 das regionais que vão ser discutidos na pré conferencia também vão pra conferência
480 estadual. ANÁLIA - Isso é um assunto gente que precisa ser esgotado aqui ficar muito
481 claro principalmente as pessoas que vão pra conferência regionais porque esses
482 questionamentos surgirão lá. Então precisa ficar muito esclarecido e fiquem a vontade
483 para pedir os esclarecimentos. Está escrito André depois a Fátima. ANDRÉ - CMAS
484 Ituiutaba – Eu fui contemplado com a fala da Consolação. ANÁLIA - Fátima. MARIA
485 DE FÁTIMA – Questão de esclarecimento. Vão tirar um copilar maior, mas pra juntar.
486 É isso que eu to entendendo? Que vai fechar uma só. ANÁLIA - Não, não vai fechar
487 uma só. As propostas virão para a conferência estadual, mas pode ser que tenha
488 propostas iguais de uma regional de outra regional, por isso que elas serão copiladas.
489 E não vão ser todas apresentadas da regional tal e tal elas vão ser chegadas ó Pode
490 ter proposta igual a outra semelhante. Elas não podem ser alteradas, mas elas podem
491 ser unificadas se for uma proposta como o mesmo objetivo. Pra não ficarem inúmeras,
492 tantas propostas na conferência regional por isso a necessidade do compilado. Está
493 Claro? MARIA DE FÁTIMA - Eu pensei que iria escolher a melhor. ANÁLIA - Não nós
494 não vamos escolher a melhor esse ponto é matéria da conferência estadual. Está
495 esgotado esse assunto? Tem mais? Continue Marcelo. MARCELO - Pois é, eu tenho
496 mais um ponto aqui colegas que eu atentei no anexo 4 da parte da resolução do CEAS
497 na programação da conferência. Quando vai tratar às 15 horas do painel, avaliação da
498 gestão e financiamento do SUAS. Aqui esta colocando aqui a SEDESE e CEAS eu
499 gostaria de fazer uma intervenção. Se nós considerarmos que a gestão, o
500 financiamento do SUAS especificamente, ele passou e passa por uma discussão
501 muito interessante que foi feita pelo legislativo, penso que talvez seria o caso de
502 apresentarmos como expositores a SEDESE, o CEAS e o legislativo. Se nós
503 entendermos que o legislativo através da comissão de participação, ela agrega

504 sempre muito valor em termos orçamentários para o crescimento do financiamento do
505 SUAS, eu penso que talvez seria interessante que ele também fizesse parte deste
506 painel para poder contribuir também da forma como pensa o legislativo neste aspecto.
507 Essa é uma proposta que eu estou colocando e trazendo aqui para os conselheiros.
508 GERALDO - Primeira situação, eu quero concordar com você que é importante à
509 participação do legislativo, também eu quero concordar com isso. Além disso, eu
510 queria colocar o seguinte quando os dias, nós estamos falando da gestão, e diz que a
511 SEDESE estará na mesa e o CEAS. O CEAS através de quem conselheiro
512 governamental ou sociedade civil. Aí o ideal é que fosse um conselheiro da sociedade
513 civil, o ideal, eu não quero dizer com isso que independente do cargo aqui desse
514 colegiado que o conselheiro governamental não tenha a capacidade de discernir
515 quando é que ele é gestor e quando ele é colegiado, não quero dizer isso, então eu
516 quero deixar muito claro isso aqui. Quero dizer o seguinte, nossa “presidenta” Joanita
517 ela é “presidenta” do conselho e sub secretária do estado também é gestora. Então se
518 a SEDESE vai participar quem falará em nome da SEDESE, quem falará em nome do
519 conselho? Então quero deixar bem claro isso o ideal seria esse, pra gente não ter essa
520 mistura de repente não traduzir aquilo que queremos que seja feito e a aferição da
521 qualidade da gestão. ANÁLIA - Roberta. ROBERTA – é Marcelo eu quero discordar de
522 você o seguinte, pois isso aqui é uma mesa de avaliação, por exemplo, se estivesse
523 fazendo uma meã de discussão temática, por exemplo, vamos discutir o
524 financiamento. Aí quando eu discuto o financiamento o conceito quem faz parte
525 sistema do financiamento. Não tem duvida nenhuma que a assembléia tenha que
526 participar. Agora aqui nós estamos dizendo controle social e gestão, que é o momento
527 de avaliar a gestão de financiamento no SUAS. Então assim trazer na assembléia
528 poderia vir até com o mediador, poderia ser uma sugestão, mas não como debatedor
529 da discussão em relação à temática, pois aqui é uma mesa que vai sentar, por
530 exemplo, a gestão, acredito eu que nós vamos ter que, estou falando no ponto de vista
531 da gestão, apresentar toda a discussão da conferência anterior, do ponto de vista da
532 gestão! o que nós avançamos! O que, que foi deliberado lá! O que, que nós
533 conseguimos fazer gestão até aqui! O que nós evoluímos do ponto de vista do
534 financiamento e da gestão! e o que, que nós ainda temos que avançar. Este é o
535 momento avaliativo da conferencia que é de super importância pra todas as pessoas
536 que estão ali participando da conferência tem uma noção de revisitar o que a dois
537 anos atrás naquele mesmo momento foi avaliado e deliberado e que processo está o
538 SUAS no Estado de MG. Então se não conseguirmos fazer esse painel de uma forma
539 avaliativa, nós vamos ficar fazendo de forma de comprimido. E a conferencia ela é, o

540 próprio nome diz, é o momento de conferir e pra conferir é preciso ter esse tempo de
541 avaliação de você ver lá traz o que, que foi pensado, o que ,que foi trabalhado e o que,
542 que foi prestado conta, é quase que um momento de prestação de conta. Então assim,
543 ter a gestão e o controle social aqui neste olhar é pra poder esclarecer para todos os
544 participantes da conferência, pra mim, este momento é o ápice pra todos da
545 conferência entender, inclusive, como está o estado de MG nesse momento. ANÁLIA -
546 Escrito Marcelo. MARCELO - è minha cara conselheira Roberta eu quero concordar
547 em parte, com a sua fala. Primeiro concordar, só não concordando com a participação
548 do legislativo. Eu acho que o legislativo é importante sim, primeiro por que ele vai fazer
549 a avaliação de como o legislativo está enxergando o processo de construção do SUAS
550 aqui no estado. Se nós temos uma comissão de participação popular que agrega
551 valores tanto de conteúdo quanto financeiro na discussão da, tanto da gestão quanto
552 da discussão do financiamento eu acho que eles somariam e muito é... MARCELO -
553 Então a gente deveria fazer a discussão mesmo de quem deveria participar da mesma
554 forma caso também o legislativo venha passar uma avaliação de quem deveria
555 participar e acho muito bem que a gente sabe quem deveria participar e quem
556 contribui muito no processo que a gente conhece muito bem do Deputado André
557 Quintão, é um defensor do SUS no Estado eu acho também que a gente poderia
558 pensar nesse sentido. INTERLOCUTORA - Então pelas, Roberto vai escrever aqui,
559 pelas contribuições aqui precisamos definir dessa plenária acredito que os expositores
560 da SEDESE e do CEAS considerando a fala do Geraldo ficou muito claro né!? Seria
561 esse aqui a nos e o seu de acrescentar o legislativo, então primeiro esse tá?
562 INTERLOCUTORA - E aqui eu so queria acrescentar - Se aqui nos vamos é pensar
563 em nomes de pessoas ou órgãos porque, por exemplo, pelo ponto de vista do
564 legislativo. Se a gente for definir legislativo a gente não tem competência pra dizer
565 quem do legislativo vem, né. Nós vamos o convite para o legislativo e ele ira definir
566 quem vai representar, isso é uma questão. Do ponto de vista do CEAS que dizer,
567 acredito eu que a melhor proposta seria do ponto de vista do vice-presidente que é da
568 sociedade civil que é né, que é automaticamente seria o segundo representante deste
569 colegiado uma vez que a presidente estará na mesa como subsecretaria
570 representando a gestão do SUS então eu acho que assim nessa composição que foi
571 colocada nada mais que justo a indicação da vice presidente porque ela é a segunda
572 representante deste colegiado em juízo ou fora dele nesta situação, e nessa questão
573 do legislativo a minha sugestão se passar por essa plenária e ela entender que o
574 legislativo tem que estar mesmo eu acho que a gente não pode ter um não. A gente
575 pode mandar um convite e cabe ao presidente da câmara decidir quem ele quer que

576 represente. INTERLOCUTORA - Após a fala da Isabela. INTERLOCUTORA – Eu
577 discordo da Roberta com a questão de mandar o ofício para a Assembleia por que.
578 Porque não vamos atingir nosso objetivo porque nos sabemos que nosso amigo André
579 Quintão é o nosso representante, e agora nos vamos mandar um ofício para a
580 Assembleia pra ele definir quem é que vai falar, sendo que a gente quer o André
581 Quintão e a gente sabe que ele contribui para conselho e a gente sabe que ele é a
582 pessoa mais certa para levar o nome do conselho e suas e então meus amigos eu não
583 to entendendo o que a gente quer, um representante da Assembleia ou a gente quer o
584 nosso amigo André Quintão? Desculpa falar amigo porque é amigo nosso, e esta
585 sempre nos defendendo então eu acho assim. Duas questões de ordem ou define
586 nome ou define André Quintão deu pra entender? Ou define Assembleia Legislativa ou
587 define se já saímos daqui definindo André Quintão então é essa minha sugestão.
588 INTERLOCUTORA – Fátima sua questão de encaminhamento já foi colocada e
589 esclarecida pelo Marcelo e em seguida a Isabela. MARCELO – Eu quero voltar a
590 minha fala e eu concordo plenamente com a Roberta quando ela fala que o
591 encaminhamento deve ser feito para a Assembleia né? E eu citei como exemplo e não
592 citei que deva ser eu citei um exemplo que uma pessoa que contribui, mas concordo
593 plenamente com a Roberta que deve ser o encaminhamento a Assembleia Legislativa
594 né, porque eu citei como exemplo o nome do deputado. ISABELA – Eu concordo com
595 a fala da Roberta e eu penso se há uma mesa de trabalho de avaliação de gestão do
596 SUAS pensando que o SUAS tem gestão compartilhada da sociedade civil e Poder
597 Público. E o Poder Público pensando no Poder Executivo eu acho que a ideia de
598 trazer o Legislativo pode ser interessante, mas eu concordo com a proposta dela de
599 ser um mediador é para contribuir com essa discussão, mas entendendo que quem faz
600 a gestão do SUAS é o Poder Executivo e a Sociedade Civil e ae né, reforçar o que o
601 Marcelo já colocou eu concordo tem que ser enviado sim para a Assembleia porque a
602 gente estaria convidando um representante da Assembleia e já envia uma participação
603 popular o presidente André Quintão se ele quiser mesmo participar que participe né?
604 Porque eu acho que não desmerecem nada as contribuições que ele trás pro SUAS,
605 ate porque a gente esta convidando a comissão para estar ali participando desse
606 momento da conferencia. INTERLOCUTORA – Após a fala do Marcio então nos
607 passaremos aos encaminhamentos finais. MÁRCIO – É contribuindo nessa
608 perspectiva, acho que é importante a gente pensar que o nosso processo de
609 construção, nosso sistema democrático ou na nossa própria constituição onde ela
610 programou os dispositivos de participação popular, conferencias municipais,
611 audiências publicas, somente de extremamente importância para que a gente possa

612 estar levando a pauta dos movimentos sociais da sociedade civil para o legislativo que
613 são nossos representantes, eu acho que nessa forma a gente tem que realmente
614 aproximar os conselhos legislativos. Trazer realmente o legislativo para que ele possa
615 ser o representante e melhor ainda para que a gente possa matricular nossos
616 representantes em relação as demandas que são levantadas desses plenos conselhos
617 de politicas publicas não so sociais mas de todas as politicas publicas então acho que
618 a gente tem que ta pautando. Se para casa legislativa aquilo que a gente esta
619 trazendo para nossas bases acho que esse é o grande caminho e acho que esse é o
620 grande legado que a gente possa estar trazendo para o nosso conselho, fazendo com
621 que a gente pautem para o legislativo as questões que a gente tem trazido daqui do
622 nosso plenário, por isso concordo plenamente que a gente tem que solicitar a
623 presença do poder legislativo nesse aspecto. INTERLOCUTORA - Então podemos
624 passar ate porque nos temos a presença do procurador, então podemos passar para o
625 encaminhamento seguinte com a proposta para a votação proposta na avaliação dos
626 gestores os expositores SEDESE E CEAS a subsecretaria e a vice-presidente do
627 CEAS representando o CEAS porque ela sobrepõe ela representa o governo e
628 representa a presidente do CEAS. A nossa proposta é essa, que o vice-presidente
629 representando o CEAS nessa mesa, todos concordam? INTERLOCUTOR - Veja bem,
630 o encaminhamento esta correto presidente? Porque quando fala ali na sugestão é que
631 o CEAS e não indicou pessoa, a pessoa quem vai indicar vai ser esse plenário. E “ae”
632 no seu encaminhamento você sugere que seja a vice-presidente, você sugere.
633 INTERLOCUTORA – Foi à proposta da Roberta. INTERLOCUTOR – Não é a
634 proposta, é a sugestão. E eu penso que ela é uma sugestão já com nome é diferente e
635 que a seja da sociedade civil e que esse plenário decida quem é não tenho nada
636 contra, acho ate que tem que ser a vice, mas é so o encaminhamento o convite deve
637 ser mais claro. INTERLOCUTORA – Posso fazer o encaminhamento para votação
638 então? Vamos então separar, se a gente vai votar, por exemplo, sobre a presença do
639 legislativo nessa mesa e ae a gente elimina e depois a gente vota no representante do
640 CEAS entendeu? O Geraldo fez uma proposta sobre a sociedade civil e eu fiz além da
641 sociedade civil a vice-presidência que é da sociedade civil e ele esta dizendo que não,
642 e a gente votaria nessa outra proposta “ae”. INTERLOCUTORA – Só inverter então.
643 INTERLOCUTOR – Vou só clarear, eu não disse que o encaminhamento não esta
644 correto, vou retificar, porque o encaminhamento quer que tenha um representante da
645 sociedade civil do CEAS, quem é esse representante? Então pra gente saber, eu, por
646 exemplo, eu concordo que seja a vice so que ele tem que ser colocado para esse
647 plenário. E para ser colocado nesse plenário nos temos que saber o seguinte

648 presidente, tem algum conselheiro da sociedade civil que queira estar e se não tiver é
649 a nossa vice, mas tem que perguntar. INTERLOCUTORA – Mas eu discordo.
650 INTERLOCUTOR – Então pode fazer o encaminhamento desde que contemple o que
651 eu estou falando. INTERLOCUTORA – E isso que eu estou dizendo gente, são duas
652 propostas Geraldo nós vamos votar primeiro. Então eu disse olha, primeira proposta
653 para a votação vai ter o legislativo na mesa ou não? INTERLOCUTORA – Ela tá
654 pedindo a inversão da ordem pra fazer o encaminhamento, por ser ate mais simples
655 ta? Concordamos com a inclusão do convite do legislativo? Todos favoráveis levante o
656 crachá. Ok? Aprovado. Agora so temos um ponto pra definir, representando o CEAS
657 um representante da sociedade civil, ok? Todos concordaram. Agora, quem será esse
658 representante da sociedade civil, proposta que seja a vice-presidente, tem proposta
659 contraria? INTERLOCUTOR – Olha conselheiros, que seja a vice-presidente, mas a
660 gente tem que atentar o seguinte, a nossa vice-presidente não sei se os conselheiros
661 estão sabendo, mas ela esta saindo do conselho estadual, então se for o vice-
662 presidente então será o próximo vice-presidente, mas eu gostaria de fazer o
663 encaminhamento, não poderia a sociedade civil se reunir e definir quem será o
664 representante neste momento. Então seria nesse momento outro encaminhamento.

665

666 INTERLOCUTORA – Então temos dois encaminhamentos, a proposta então a gente
667 poderia ficar com esse? Que a sociedade civil se reúna e defina o representante do
668 CEAS na mesa, todos concordam? Finalizado esse ponto. Já com um ponto de atraso,
669 tivemos a solicitação do ministério publico para fazer as tentativas de fazer a mediação
670 com objetivo de solucionar problemas socioambientais entre consorcio de Condongas
671 e atingidos, da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves dos municípios de Santa Cruz do
672 Escalvado e Rio Doce. Esta representando o procurador de justiça Dr. Rodrigo
673 Cansado Anais Roras, convidamos para a mesa para fazer suas colocações. DR.
674 RODRIGO – Bom dia a todos, como a presidente já disse meu nome é Rodrigo
675 Cansado sou procurador da Justiça de Minas Gerais trabalho na Procuradoria de
676 Justiça de Direito de Fuso e Coletivos, queria saudar em nome da presidente Maria
677 Joanita todos os presentes e dizer que é com muita satisfação que estou aqui, haja
678 visto que esse tema pertine mais que a ninguém ao CEAS que é a questão do plano
679 de ativação social, dentro do licenciamento dentro das usinas hidrelétricas. É bom
680 dizer por que um procurador da Justiça esta envolvido nisso, procurador de justiça é
681 um promotor que atua perante os tribunais, ou seja, se em segunda instancia em tese
682 um procurador de justiça atua basicamente em grau de recursos ao tribunal de justiça.
683 Esse assunto chegou especialmente para nos, a partir de um processo que o Nakapi

684 moveu contra o consórcio que era primeiramente como todos sabem na época era
685 composto pela ALCAM e pela VALE em que se pediu a anulação da licença de
686 operação da Usina pelo fato de não se ter cumprido a lei estadual que previa que para
687 licença de instalação haveria necessidade da aprovação do PAS, e para aprovação já
688 deveria estar implantado o PAS. Em função de um acordo no tribunal de justiça e em
689 um dos processos públicos na CABE, decidiu-se pela anulação da licença em função
690 deste fato de ter sido implantado o PAS para a concessão da licença de operação. A
691 partir daí houve um recurso o que seria meramente para suprir algumas lacunas que
692 tivesse no processo e aos embargos da declaração, mas que muitas vezes se usa
693 para que haja um novo julgamento, não é praxe por há uma questão tétrica e na
694 verdade que se os senhores observarem qual que é a importância disso, é o fato que
695 isso tem dois anos e pouco, quase três e o tribunal ainda não julgou isso, esses
696 embargos da VALE, da NOVELES e do Candonga. Em função disso já houve varias
697 tentativas, o próprio CEAS tentou depois dar resolução 392013, fazer uma mediação
698 própria e depois fazer uma mediação com auxílio da SEDESE, e na verdade que a
699 partir de então nos fomos procurados por um grupo de atingidos, principalmente o Sr.
700 Jose Antônio e Geraldo que são aqueles que estavam mais a frente daquele embate
701 por parte dos atingidos e também tivemos um encontro com o Desembargador relator
702 responsável por isso, que é o Desembargador Pedro Carlos Bittencur Marcondes,
703 que tendo sido procurado pelo novo diretor jurídico da VALE que há pouco tempo esta
704 la que é o Dr. Alberto Ninho nos solicitou a possibilidade de tentarmos fazer uma
705 mediação em relação a essa questão, haja vista que tanto ele quanto um outro
706 desembargador que esta com outro processo na CABE que esta em grau de recursos
707 eles estão ponderando num sentido que qualquer tipo de julgamento e que julgar
708 uma questão dessa seria complicada num embargo dessa situação, esse é o tipo de
709 coisa que o processo não acaba numa instancia dessa, nos tribunais superiores e
710 consequentemente essas coisas vão perdurando o tempo e o objetivo principal que é
711 resolver a questão tanto dos atingidos quanto também do próprio consorcio que a todo
712 momento fica também com aquela vamos dizer espada de damas sobre a cabeça
713 porque essa questão nunca se resolve. A partir daí que através de vários colegas, hoje
714 nos somos sete colegas envolvidos nisso, nos somos Doutora Gisela e eu pela
715 Procuradoria de Direitos e Fuso Coletivos, o colega Bruno Guerra que é o
716 representante do ministério publico na URC Suprema na Zona da Mata, o colega
717 Leonardo de Castro Maia que é coordenador das Promotorias de Meio Ambiente da
718 Bacia do Rio Doce, e o colega Paulo Cesar de Lima que é vizinho de vocês aqui no
719 prédio que é da CIMENS que é Coordenadoria de Inclusão de Movimentos Sociais, e

720 os dois colegas de Ponte Nova o Dr. Sergio e o Dr. Humberto Bizzo que resolvemos
721 então procurar as partes que verificaram a possibilidade de desenvolver qualquer tipo
722 de discussão nesse sentido. Nos de antemão temos já, na parte administrativa
723 algumas questões que estão formalizadas e estão vigendo, mas não vamos dizer
724 assim que estão consolidadas que é a questão do licenciamento, o ultimo
725 licenciamento foi no ano passado e o próximo licenciamento da Usina Hidrelétrica
726 Risoleta Neves vai acontecer no ano que vem em 2014 e por parte do CEAS existe
727 uma resolução que fixou a alguns, vários pontos e entre eles a questão não da
728 reativação econômica, mas da reativação produtiva, houve ate uma mudança da
729 nomenclatura e que os principais prazos vencem em dezembro de 2013, a partir dai
730 conseguimos fazer primeiramente que houvesse uma intenção do consorcio em
731 dialogar e discutir essa questão e em contra partida solicitamos e isso foi uma
732 solicitação de ambas as partes de que pessoas que estivessem há frente desse
733 embate e que conseqüentemente já estariam desgastadas pessoalmente em relação a
734 isso tudo, não fizessem o embate dessa mesma mesa de discussão. Hoje então nessa
735 discussão ela esta sendo conduzida principalmente do lado do consorcio pela parte
736 jurídica, o Doutor Alberto Ninho não tem participado pessoalmente, mas tem dois
737 advogados da VALE principalmente, e tem um que está aqui em Belo Horizonte que é
738 o Doutor Marcelo Quintela, mas o outro o Doutor Pedro Campani esta alocado no Rio
739 de Janeiro e também algumas pessoas que já estavam envolvidas, mas que na
740 verdade com o trabalho do jurídico a VALE tem feito com que a maneira de se tratar
741 essa questão passe há não ser tanto uma questão meramente técnica, e sim uma
742 questão vamos dizer assim formal quanto às coisas simples. Coisas simples tipo
743 assim, tirar a caixa d'agua pra fora que é uma questão muito mais cultural envolvida
744 em torno disso, e por parte dos atingidos foram eleitos primeiramente aquele grupo
745 mais criado ao pessoal do Geraldo e do Jose Antônio, tiraram duas pessoas que foram
746 a Flavia que é a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e tem ate um
747 parentesco com o José Antônio, e o Antônio Venceslau que tem certo parentesco, mas
748 que de certa forma tirou da frente de embate aquelas pessoas que haviam vamos
749 dizer assim maior arestas para resolver a questão, e nos também solicitamos, tivemos
750 ate um nosso, uma pessoa que trabalha na Siemens que é um sociólogo que foi ate a
751 comunidade e que conversou com a comunidade e verificou que também existe claro,
752 já era uma conhecimento nosso um pequeno grupo que não estava mais próximo ao
753 consorcio e que inclusive que é uma coisa que a gente observa durante todo o
754 processo que é uma questão de confiança também sabe? E que também aderiram
755 mais aqueles projetos apresentados aquele consorcio porque uma das questões que a

756 gente observa claramente é isso há uma falta de adesão parece que há um
757 sentimento de não pertencimento naquilo dali, que foi sendo construído com o tempo e
758 conseguimos que uma pessoa também desse grupo se apresentasse por deliberação
759 de varias dessas famílias, e nos temos também a Maria Aparecida que é a Cida a
760 terceira componente dessa comissão por parte do consorcio. A primeira reunião nós
761 fizemos, e nós viemos fazendo reuniões separadas com cada grupo durante o mês de
762 maio e mês de junho nos fizemos a primeira reunião na Promotoria de Justiça de
763 Ponte Nova, onde colocamos aquelas reivindicações principais dos atingidos e
764 também fizemos um primeiro contato com o consorcio e foi uma experiência muito
765 interessante a medida que nos fomos verificando que ainda em um primeiro momento
766 houvesse um certo ar de meíssimo ali, a coisa foi assim encameando. Para vocês
767 terem uma ideia o primeiro momento o consorcio chegou com treze pessoas, ainda
768 que o nosso objetivo fosse que fossem so os representantes, mas foi interessante e
769 nos conseguimos fazer com que isso fosse sendo superado e pouco a pouco estamos
770 vindo construindo essa negociação e chegamos na segunda reunião agora final de
771 junho, com uma proposta de um termo de compromisso que já foi apresentado as
772 duas partes, a partir de reivindicações de ambos e que foram já decididas algumas
773 questões e que ate trouxe aqui uma minuta que eu vou deixar aqui com a presidente a
774 respeito dessa mediação e que os senhores vão poder observar bem que nada mais
775 que grandes questões que já foram discutidas aqui, resolvidas, caminhos que já foram
776 propostos e que na verdade eu acho que a grande questão hoje é que o momento de
777 repente é outro, eu acho que ambas as partes já estão bem desgastadas com essa
778 discussão toda e se por uma parte os atingidos já vem nesse embate desde 1997,
779 quando foi apresentado o projeto, em 1999 que foi concedido a licença previa. Por
780 parte do consorcio já existe essa pendência de mesmo que eles estejam com licença
781 de operação em vigência ou o PAS do CEAS vem sendo razoavelmente me parece
782 cumprido. Eu tive conversando com o conselheiro Marcio e ele me disse que falta
783 algumas informações para o CEAS não sei, se já chegou a questão das reformas das
784 casas, mas que a questão está sendo encaminhada e entendemos que é de
785 fundamental importância o auxilio do CEAS nisso tudo, se por um lado por parte do
786 ministério publico a grande questão é efetivamente é o fato de resolver a questão do
787 licenciamento lá na URC na Zona da Mata com o Doutor Bruno Guerra, e o processos
788 que estão pendentes no primeiro momento nos pensávamos que seriam dois ou três,
789 do Donacab e outro da Prefeitura de Santa Cruz do Calvado contra o consorcio, em
790 função da agua e uma outra do ministério publico também envolvendo a agua
791 chegamos a uma realidade que de 97/98 processos individuais que pedem

792 indenização por parte dos atingidos que entendem que por esse período todo ele vem
793 sofrendo um desgaste em função da não implantação do plano de ativação social. E é
794 importante que fique claro, que o nosso objetivo inclusive nessa proposta é que para a
795 fiscalização da implantação de todas essas questões, depois se acharem
796 interessantes à gente pode até passar por várias dessas, é importante a participação
797 do CEAS na comissão de fiscalização, e a gente pensa num primeiro momento nisso
798 tudo que está em construção que a administração da questão da ativação produtiva,
799 seja numa qualidade de dois representantes do consórcio e dois representantes dos
800 atingidos, mas a fiscalização numa comissão mais ampla que teria a participação de
801 dois representantes do ministério público, dois representantes do CEAS, dois
802 representantes do consórcio, dois representantes da comunidade, um representante
803 da SUPRAM e não sei se tem mais alguém aqui, tem mais alguém? É mais ou menos
804 essa proposta aqui, a gente vem construindo e importante dizer o seguinte, que não se
805 está de maneira nenhuma deixando de se buscar o atendimento das questões que já
806 estão decididas pelo CEAS, tanto que estão incluídas nisso, dentro dos prazos do
807 CEAS que ele fixou e todas aquelas questões que foram definidas pela resolução do
808 final de 2012, sendo que em algumas questões as soluções propostas são um pouco
809 diferentes, mas o que se busca é na verdade a ativação produtiva uma construção e
810 isso não é novidade nenhuma que isso já foi discutido muito aqui no CEAS, uma
811 construção primeiramente com menos dirigida possível assim que haja uma direção
812 mais específica dos atingidos, olha é esse Fulano e esse Ciclano, mais influenciados
813 por outras pessoas que tem outros projetos ainda que uma das experiências que nos
814 pareceu interessante, que até o próprio pessoal do consórcio, especificamente o
815 pessoal da VALE, Doutor Ricardo Mendes diretor de energia e também o Doutor
816 Alberto diretor geral, que conheceram o projeto de Braunas que já foi objeto de
817 discussão aqui, e tivemos também contato com o Doutor Antônio Fonseca a respeito
818 do trabalho que ele já vem desenvolvendo lá na questão de Braunas com a
819 BROKSFIELD, mas isso tudo tá em construção e achamos que em um primeiro
820 momento até a Doutora Gisela é muito mais otimista que eu, e eu fui um tanto cético
821 porque fixei alguns prazos iniciais e pedi primeira suspensão no processo por trinta
822 dias e de acordo com o desenvolvimento da discussão fui pedindo prorrogação e o
823 último prazo agora tinha sido 15 de julho mas em função do avanço das discussões
824 nos pedimos uma prorrogação pelo menos até 15 de setembro para que verifiquemos
825 se é possível fechar essa negociação e efetivamente passar para uma fase de
826 ativação disso. Algumas questões básicas já foram discutidas pela comunidade em
827 assembleia inclusive, uma delas é o seguinte a uma certa discussão por exemplo em

828 relação ao material de construção das caixas d'água e isso não tem uma questão
829 definida pela ciência o uso da caixa d'água pode causa algum problema de saúde com
830 o amianto, mas por uma questão de discussão nos estamos propondo ao consorcio
831 para trocar as caixas d'água daquelas pessoas que queiram troca-las. Outra questão
832 é uma reivindicação das pessoas de botar essa caixa d'água para fora da casa pois
833 seria mais fácil de limpar e eles estão achando uma certa dificuldade e o consorcio ate
834 nos disse, olha isso tinha que ficar dentro do telhado e tal, mas isso é uma questão
835 cultural ou seja já esta construído e lá na sala de reunião eu já estava falando com o
836 pessoal do consorcio que pode não ser a melhor técnica mas podem olhar pela janela
837 a quantidade de caixas pra fora da casa e essa é outra questão que esta mais
838 avançado. A questão da extensão dos quintais, nos naquele local fizemos onde foi
839 definido é impraticado, é impossível, por varias questões, primeiro pelo fato de ser na
840 zona rural não urbana e não é possível fazer qualquer tipo de registro em área menor
841 que um modulo rural, depois a adesão da população e mesmo a divisão do espaço é
842 complicado, é difícilimo então em um primeiro momento nos contamos que haviam
843 quase que uma certa linha de ação dos atingidos pensarem o seguinte no dinheiro e o
844 consorcio pensar na mesma maneira gastar dinheiro para que possa resolver essa
845 questão. Nós tentamos fazer uma outra proposta e ela é o seguinte e isso como eu
846 disse esta tudo em construção e já foi apresentado ao consorcio e dentro de uns sete
847 dias provavelmente eles nos devem dar a resposta de todas essas questões, pegar a
848 eventual indenização pela extensão dos quintais e juntar com o eventual indenização
849 em função de todo esse tempo em que não foi implantado o PAS e isso por família,
850 dos reassentados e colocar um valor financeiro que pessoalmente acho que não é
851 vantajoso para eles, porque se for olhar o metro quadrado da área rural nos pegamos
852 por base pegamos um valor do triangulo mineiro e la o valor da terra é muito maior e
853 um valor de indenização não dos quintais mas sim pela indenização pelo tempo de
854 uma que já houve em primeira instancia e que foi de R\$ 6.000 para R\$ 10.000, ou uma
855 outra proposta na medida inclusive que pelo licenciamento a ainda um déficit de 48%
856 dos hectares para a extensão urbana e fazer um loteamento, ou seja, um outro espaço
857 que cada uma dessas famílias teria um lote, essa é uma proposta que ainda esta em
858 construção para a extensão dos quintais e a questão da indenização então uma ou
859 outra, essa é uma proposta que foi decidida pela comunidade e eles fizeram a opção
860 pelo lote, já foi colocado em votação e fizeram a opção urbana em primeiro momento a
861 área e a ideia era essa de que era uma área rural que vai ser declarada de extensão
862 urbana e a partir dai com o compromisso do consorcio de fazer toda a infraestrutura
863 necessária né, esse é o objetivo. Porque se for rural não ia fazer muita diferença

864 360m, e ae resolver essa questão em dois caminhos, um ate um deles foi proposto
865 para o consorcio para ver se ele já tem outras áreas que possam ser utilizadas ou
866 eventualmente há uma proposta de pensar eventualmente na prefeitura de Santa Cruz
867 fazer uma desapropriação com o convenio e o consorcio faria o pagamento, mas isso
868 ainda esta para ser decidido. E outra questão é que nos fomos verificando e ate uma
869 demanda do consorcio porque o Doutor Bruno estava fazendo uma negociação
870 paralela e ate um pedido primeiro do consorcio a respeito das outras questões que
871 envolviam o licenciamento como um todo, nós tivemos a oportunidade de na primeira
872 reunião na véspera sentarmos o prefeito de Santa Cruz e de Rio Doce e que se
873 colocaram com toda boa vontade e o que precisar e que estão dispostos a nos auxiliar
874 no que for preciso e a partir dai o consorcio foi assim, mas porque não incluímos
875 todos? Estamos ampliando para essa discussão toda né, do pessoal da região de Sete
876 Quedas e deu um problema lá que a principio são lotes que eles deveriam ter um
877 projeto rural, um trabalho conjunto, mas me parece que o consorcio já esta avançado
878 nessa discussão que talvez eles desmembrem, eles coloquem uma parte em outros
879 lugares e repassem parte do terreno que seria de outro para que eles possam ter um
880 espaço melhor para produzir aquilo que eles já tinham como pratica rural, e a todo
881 momento uma questão muito clara para a gente é que é mesmo uma ativação
882 produtiva porque é impossível dizer reativação econômica porque existia o antes e o
883 depois e existia uma economia totalmente diferente, hoje o pessoal principalmente
884 soberbo é eminentemente urbano e ate uma questão interessante é que com decorrer
885 do tempo as pessoas foram se ativando economicamente e ate um casal falou “Não,
886 hoje eles estão ativados economicamente”, e eu falei bom, mas por conta própria né
887 por parte do empreendedor não houve essa ativação e que esta pendente ainda de se
888 resolver. Então também temos essa possibilidade de se resolver a questão de Sete
889 Quedas e o prefeito de Rio Doce então nos procurou e falou, “Mas por que nos
890 estamos ficando de fora disso?”, e então há um interesse também e já estamos então
891 com os nossos objetivos a demais e nessa proposta de termo nos vamos também
892 incluir Rio Doce naquelas questões próprias e do município de Rio Doce porque a
893 gente verifica que se em um primeiro momento a gente pensa a respeito dos pré-
894 atingidos pelos empreendimentos que são os reassentados e tem os pós-atingidos
895 que é uma questão mais especifica lá de Santana do Deserto em que há uma
896 discussão ae a respeito que o consorcio teria passado dinheiro para a prefeitura para
897 arrumar as casas e so sei que as casas não foram arrumadas, mas isso esta sendo
898 resolvido lá, mas a questão é o seguinte. Quando se fecha as comportas das
899 barragens se atingem vários quintais e ate foi muito interessante que uma pessoa

900 nossa, uma socióloga foi lá e na casa de uma senhora e lá tem uma placa do
901 consorcio no quintal dela e olha no “Momento em que ha o fechamento das comportas
902 é passível de inundação então também essa questão de Santana estamos de certa
903 forma tem essa demanda também dessa questão dos garimpeiros em que houve o
904 pagamento de alguns e outros se dizem garimpeiros ate nos apresentaram
905 documentos, mas nos estamos em uma fase de saber quais foram os critérios que
906 foram utilizados para pagar ou não pagar a indenização aos garimpeiros. É mais ou
907 menos isso a respeito da nossa proposta e achamos que é de fundamental
908 importância que nos tenhamos o apoio do CEAS nessa empreitada se não
909 diretamente através de algum ato conjunto ou mesmo a decisão que tem sua
910 atribuição própria completamente frente ao ministério público ou nos auxiliando no
911 acompanhamento e fiscalização dessa proposta, que acho que para o licenciamento
912 ambiental de hidrelétricas de Minas Gerais é um marco novo e eu acho que nos
913 tivemos uma felicidade interessante porque o ministério publico na grande maioria
914 desses processos exceto um em Ponte Nova ele não é parte, ele ta em uma condição
915 de fiscal da lei e também ate conversando com o vice diretor jurídico da VALE ele
916 falou o seguinte “Olha eu estou achando bastante interessante sabe porque,
917 geralmente o ministério publico cada um é uma ilha.”, e isso é uma das questões que
918 sempre bato já escrevi tem ate um livro sobre esse assunto de que o ministério publico
919 ele não é possível atuar numa perspectiva de independência funcional dele, ele é o
920 que ele pensa e o que consta da consciência dele. Ele tem o compromisso de atuar no
921 que se chama principio do ministério publico o que é o principio da unidade, ou seja,
922 aquilo que se diz respeito ao corpo social ele tem que estar primeiramente
923 participando com todos aqueles membros do ministério publico que tem uma Interface
924 nisso e construir essas soluções perante a sociedade. Porque não adianta é de se
925 acabar um tripé que muitas vezes muitos promotores públicos de justiça trabalha em
926 que existe uma sociedade hipo consciente incapaz de resolver os problemas dela com
927 o poder publico sempre granado e um super-homem que vai chegar para tentar
928 resolver o problema. Então dentro dessa logica e que conversando com ele e ele disse
929 que era a primeira vez que ele via tantos membros do ministério publico envolvidos em
930 um assunto e trabalharem conjuntamente, e então isso quer dizer que é uma nova
931 perspectiva que nos estamos pensando pode ser um futuro para a própria
932 constituição. Eu queria agradecer a atenção de todos os senhores e colocar-me a
933 disposição para os questionamentos e debates, muito obrigados. INTERLOCUTORA –
934 Muito obrigada Dr. Rodrigo, sua presença aqui com a gente foi muito esclarecedora e
935 realmente essa visão de que o ministério público que ele não é um inimigo e ele é um

936 parceiro, hoje isso tem mudado nos assistimos a penúltima aula do tempo presencial o
937 ministério publico de Goiás, esta trabalhando com rodas de conversação para
938 resolução de problemas e isso é muito importante, por que é o principio é da unidade,
939 a unidade é o reconhecimento de que somos um e que tem que haver o respeito pelos
940 direitos sociais e direitos individuais. É está escrito a Roberta, depois o Marcelo, e
941 continua depois o Geraldo, continua aberto as inscrições para os esclarecimentos.
942 FÁTIMA – Bom dia promotor, queria dizer que aqui pra nos do CEAS é uma alegria a
943 gente receber neste momento que a gente vivenciou muito na linha de frente essa
944 questão do consorcio e lembrando que a apresentação deste consorcio foi um dos
945 primeiros planos então assim, quando você coloca assim na sua fala a extensão de
946 quintal é impossível se fazer alguma coisa, a gente percebe ate a maturação deste
947 conselho né, porque foi um dos primeiros planos que a gente construiu, que a gente
948 aprovou a gente não tinha experiência nenhuma, ate porque Minas Gerais é o pioneiro
949 nessa questão de atingidos de barragem então pra gente foi todo um processo de
950 aprendizagem também, e haja visto que em toda discussão que a gente vem fazendo
951 por Candonga também tem sido um aprendizado e da gente dizer que a gente errou,
952 erramos com todos, erramos com o consorcio, erramos com o conselho, e é claro que
953 nesse processo nessa somatória de erros e acertos quem mais sofre é o atingido
954 porque a ele que afeta o cotidiano e as coisas do dia a dia, haja visto que a gente
955 percebe claramente a situação do seu Jose Antônio e do seu Geraldo, hoje são
956 pessoas que quando vem pra uma discussão conosco é notório o desgaste deles, o
957 envelhecimento nessa luta toda incansável né? Em que já tivemos confronto bastante
958 forte nesse conselho e em outros conselhos e acredito que faz parte dessa coisa de se
959 achar uma solução, por isso a riqueza do ministério público esta conosco e ai assim é
960 um olhar que mesmo que você coloque no ministério hoje esta aberto a uma proposta
961 de construção conjunta do senso comum o ministério ainda é uma questão forte por
962 exemplo de um poder que é instituído a ele frente a qualquer colegiado, a sociedade
963 que é muito mais fácil eu diria assim do ponto de vista para a solução e a busca da
964 solução dos problemas para o ministério publico do que as vezes para um colegiado
965 como esse nosso aqui e por mais esforço que a gente tenha feito, a gente deve ter
966 cometido vários erros mas também cometemos vários acertos e por isso muito bem
967 vindo ministério publico. Agora existe apenas uma preocupação so que ai a gente vai
968 precisar construir conjuntamente isso, embora as questões sejam as mesmas, mas a
969 forma de resolver é que esta sendo um pouco diferenciada e acredito eu que o
970 ministério publico esta vindo com um olhar ate melhor que o nosso, porque além de
971 vocês estarem propondo do ponto de vistas formas ate mais rápidas para a solução

972 vocês também viram questões que nos não vimos, a questão do meeiro, dessas casas
973 que ao abrir a comporta são atingidas e isso a gente não deu conta de ver, nem o
974 CEAS aqui e nem no momento em que a SEDESE também propôs em fazer a
975 proposta de repactuação desse plano, e isso também passou pra gente, e eu acho
976 que nesse momento tudo que possa ser agregado e tudo que possa ser melhorado
977 para os atingidos acho que não tem como esse conselho dizer que não vai apoiar o
978 ministério público né? Pelo contrário, eu acho que assim que aqui é unanime nesse
979 colegiado entender que para nos é um fortalecimento e para nos vai ser em um prazo
980 menor a gente vai conseguir os resultados que esse colegiado também deseja, agora
981 é preciso a gente depois sentar e fazer pequenos ajustes do ponto de vista do que que
982 a gente vai ter que ou ajustar e readequar nessa resolução nossa porque se a forma
983 de fazer é diferente, quer dizer que hoje nos estamos na meada do ano, com esse
984 planejamento que nos fizemos lá, quer dizer então que o consorcio junto, e pelo o que
985 a gente esta percebendo pelo ponto de vista da VALE um interesse muito grande,
986 então eles com certeza vão na medida dessa decisão conjunta e vão colocar todo o
987 esforço em cima disso e resolver essa questão mais rápido ai a gente precisaria so
988 depois de pequenos ajustes para ver como a gente monitora por ponto de vista desse
989 plano nosso, e monitora esse termo de compromisso quais que são as ferramentas
990 que nos vamos usar que possa ser comum para as duas propostas, porque o
991 consorcio terá que responder pelas duas propostas ou se essa proposta de caso seria
992 absorvida por essa ou vice versa e eu ainda não tenho clareza de como que é isso, e
993 eu acho que a gente precisaria conversar mais para a gente saber e oferecer inclusive
994 as questões de informação não so para o consorcio mas também para a comunidade
995 porque durante todo o processo o que mais gerou conflito foram as informações
996 truncadas, muita vezes do consorcio, muitas vezes do próprio CEAS, muitas vezes do
997 próprio atingido, e isso levava a alusões, a desejos, a frações uma vez que não tendo
998 transparência das informações, seja pactuada pelo ministério público, seja aqui do
999 CEAS, para a população eu acho que isso que gera muitas vezes o conflito. Então eu
1000 acho assim, a gente precisaria desses ajustes refinados para a gente saber quais
1001 ferramentas nos vamos monitorar em conjunto, como que a gente vai ajustar essa
1002 forma de fazer porque pelos itens que foram colocados no plano de compromisso eu
1003 diria que é 100% das propostas dos CEAS estão aqui incluídos que os seus tem
1004 questões a mais do que o plano de pactuação do CEAS. INTERLOCUTORA –
1005 Marcelo, você vai fazer os comentários né? DR. RODRIGO – Roberta eu agradeço
1006 muito as suas ponderações, mas eu acho que isso é uma construção permanente
1007 mesmo, eu acho que Minas Gerais saiu na frente mesmo, eu acho que isso pode ser

1008 bem aprimorado, acho que o ministério publico pode ter um papel bem interessante no
1009 fato de que esse plano de ativação social tem uma relevância maior dentro do
1010 licenciamento não so dos atingidos mas também outros tipos de empreendimento, por
1011 exemplo a mineração é uma área que necessitaria avançar, acho que eventualmente
1012 poderia se pensar no CEAS em se construir com os parceiros, talvez com o ministério
1013 publico podendo ajudar ate houve um seminário a pouco tempo para discutir as
1014 questões do licenciamento das barragens, um protocolo que seja nos parâmetros
1015 básicos para que sejam atingidos o que segurou o consorcio ate agora nesses
1016 pendências judiciais todas foi justamente essa exigência do estado de Minas Gerais
1017 que tem o PAS, porque se não a coisa já tinha ido como todo o licenciamento, as
1018 condicionantes da licença previa para, quer dizer as condições de licença previa para
1019 de instalação eles simplesmente chegam a um momento em que a licença de
1020 instalação eles jogam pra frente, esse é um problema seríssimo. A questão dos
1021 ajustes, eles são de fundamental importância mesmo, ate porque é para se pensar em
1022 uma decisão conjunta CEAS/Ministério Publico é de fundamental importância é ate na
1023 ultima reunião, pena que ficou muito em cima não deu tempo e não teve plenário antes
1024 nos pensamos em ate que o CEAS pudesse indicar uma pessoa para acompanhar
1025 assim sem compromisso nenhum ainda, não se esta se decidindo nada ainda por
1026 parte do CEAS, mas acompanhar todo esse processo, eu acho que se vocês puderem
1027 ate deliberar e indicar uma pessoa que possa estar conosco nessas reuniões da
1028 comunidade com o consorcio vai ser de grande importância, e a partir do momento em
1029 que também tivermos essa resposta agora do consorcio, incluiu mais algumas
1030 coisinhas ai que não constavam, que é questão que por exemplo que decidimos por
1031 lote e não por indenização e mais algumas outras questões dos garimpeiros, mas
1032 como se diz, a bola esta com o consorcio nesse momento, então eu acho que a partir
1033 dessa resposta nos podemos sentar com o CEAS e podemos construir essa solução,
1034 né, obrigado. MARCELO – Dr. Rodrigo quero cumprimenta-lo e considerando os
1035 esclarecimentos e considerando a fala da nossa conselheira Roberta, eu já vou
1036 diretamente a alguns pontos que eu fiz uma leitura dinâmica aqui do termo de conduta,
1037 e pelo visto realmente atendeu daquilo, 100% do que a gente vem demandando ao
1038 longo desses dez anos, mas a gente tem que deixar algo assim muito claro, a gente
1039 fez tudo que era possível para que a gente chegasse ao termo que a gente chegou né,
1040 e o que eu acho interessante sabe Doutor, é que como o empreendimento neste
1041 momento ele acata situações que a gente levou anos para discutir, isso logico é dado
1042 a credibilidade que o ministério publico tem, e dentro do seu campo de atuação
1043 merece realmente todo o nosso respeito, ate mesmo lembrando-se desse ultimo,

1044 momento em que a gente esteve ai nacional, a PEC 37, que foi muito bem trabalhada,
1045 por todo o país. Mas eu quero trazer aqui alguns pontos desse ajustamento desse
1046 termo de conduta, é que no meu ponto de vista poderia se fosse possível
1047 acrescentado, eu não consegui perceber nele ate porque foi uma leitura muito rápida,
1048 caso não haja cumprimento desse TAC que se transforma num termo executivo social,
1049 e consequentemente numa multa, já esta previsto ali. INTERLOCUTOR – Sim, não foi
1050 definido o valor e tal, mas já tem. MARCELO – Mas la eu não consegui verificar, se
1051 este descumprimento também implicaria na revogação pelo CEAS, da resolução 39,
1052 que é a resolução que trata do licenciamento. Nós temos uma nova resolução hoje em
1053 vigor que é a 39, que trata. A princípio nós temos a resolução. INTERLOCUTOR –
1054 Não, a princípio não, a 39 não, hoje é uma outra. A 429. MARCELO – Perdão, mas ela
1055 é no seu final fala que o não comprimento da resolução 438 implicaria na revogação
1056 da 39, e na adoção de providencias. A resolução 39 foi a resolução inicial que deu a
1057 licença de instalação, licença de operação e essa resolução foi a que a da implantação
1058 do PAS a 39, caso eles não cumpram o TAC, consequentemente eles também não
1059 estão cumprindo o que esta na resolução 39, então eu não sei de que forma que isso
1060 poderia ser estudado isso lá no ministério publico de fazer também consignar, caso
1061 também eles não cumpram, apesar de ser um titulo judicial executivo,
1062 consequentemente aplicaria em multa, mas também aplicaria na volta desse resolução
1063 39, pelo CEAS. INTERLOCUTOR – E ai so tem que pescar o que não compatível com
1064 o que foi tratado, porque as vezes a resolução 39, ela vai ter um espectro menor, do
1065 que o resto. MARCELO – Talvez seja outra resolução. Mas ai o que eu quero dizer
1066 Doutor, é evitar que o conselho estadual novamente, volte com essa discussão e
1067 consequentemente ele revogar, porque consequentemente esse termo de
1068 ajustamento, caso não seja cumprido a resolução 39 esta ai em vigor e o CEAS, ele
1069 dentro da sua competência ele poderia revogar aquela resolução que deu a
1070 implantação. Então para evitar que haja esse constrangimento por parte do CEAS o
1071 seguinte, o não comprimento implicara na revogação da nossa resolução.
1072 INTERLOCUTOR – Mas essas coisas não podem estar implícitas, conselheira.
1073 INTERLOCUTORA – Veja bem, eu quero saber se é uma questão técnica. Porque por
1074 exemplo, o TAC se você disser assim, por exemplo, se não cumprir acaba a resolução
1075 do CEAS. INTERLOCUTOR – Bom o CEAS assinasse junto. INTERLOCUTORA – É
1076 isso que eu estou falando, porque o CEAS tem autonomia. INTERLOCUTOR – So se
1077 o CEAS, so se o termo passar a ser uma resolução. INTERLOCUTOR – Bom primeiro
1078 bom dia Doutro Rodrigo, acho que o debate ficou bom agora porque vamos evitar
1079 algumas questões para a gente não ser redundante, quando o Marcelo coloca a

1080 primeira tentativa que ele queria fazer era no que diz respeito, a aquela ultima
1081 deliberação desse plenário, e com a introdução dessa secretaria de estado, tem o
1082 poder de estar interagindo com as demais secretarias de estado e promover uma
1083 intersectorialidade para os beneficiários de lá, então quando nos decidimos por isso
1084 quem tem a competência, o colegiado não tem essa competência, então acho que era
1085 importante não sei se os senhores tomaram o conhecimento, se já conversaram como
1086 gestor ou não para conhecer, a segunda situação é se também conheceram esse
1087 processo todo através do acumulo que a gente tem histórico nesse colegiado, quer
1088 seja através da nossa presidente ou do próprio conselheiro Marcio que estava hoje
1089 representando esse colegiado nessa tentativa, e uma vez conhecido isso, são dois
1090 questionamento que eu faço porque acho que é de suma importância. O primeiro do
1091 órgão gestor, o segundo com esse colegiado. Hoje nos temos o conselheiro Marcio
1092 que nos representa nesse monitoramento, mas pergunto se é ele ou se foi com a
1093 Joanita que foi tomado esse acúmulo, e acho que é importante e soma para a
1094 procuradoria. E ai eu entro na questão muito rapidamente, de colocar quando o
1095 Marcelo falou - "Olha, eu acho que contempla 100%." E eu acho que não contempla
1096 100%, eu fiz uma leitura rápida aqui também e nos vamos discutir isso também, logico
1097 depois. Mas eu penso que não contempla em dois ou três artigos, ele consta que não
1098 tem data, e eu acho que é primordial chamar a atenção dos senhores para que exista
1099 uma data, porque o que mais nos incomodou nessa tentativa toda no que se diz
1100 respeito a mediação que nos tentamos fazer, foi essa, eu vou fazer, mas não existe
1101 um prazo, não tem como determinar isso, e os senhores tem, e ai para não haver o
1102 enrolamento ou para não querer chamar em um palavreado mais chulo, nos
1103 precisamos de um tempo mais determinado para você cumprir. Os senhores tem esse
1104 poder, nos não, então pensa são dois reparos, são dois ou três artigos. A segunda eu
1105 so queria conhecer quando a senhora estabelece uma multa de R\$ 200.000 e diz que
1106 ela vai fundo, essa indenização fica no fundo para a manutenção da atividade publica
1107 ou ela vai ser revertida a quem ou não? E a terceira tentativa o senhor em três
1108 momentos da sua fala, o senhor disse primeiro o seguinte que precisava do auxilio do
1109 colegiado a palavra usada foi auxilio, no segundo momento o senhor disse que
1110 precisava de dois conselheiros na fiscalização, e no terceiro momento você disse olha
1111 preciso do apoio do CEAS. Em que condição se é pensado dentro desse instrumental,
1112 elogiável, diga-se de passagem, quando se junta tantos promotores e procuradores de
1113 diferentes áreas e que se soma no processo, acho interessantíssimo e quero ate fazer
1114 esse código para enaltecer essa abertura suas, porque eu penso que são princípios
1115 suas, e eles gostam de fazer cumprir as leis desse estado, isso aqui em Minas vai

1116 retratar com toda a certeza para o país, porque esse colegiado tem um representante
1117 no Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e hoje nos já replicamos essa resolução
1118 nossa e essa tentativa nossa, para os outros estados que também tem a mesma
1119 demanda, mas que de repente não tem essa visão desse tratamento coletivo, que os
1120 senhores estão tendo aqui enquanto procuradores e promotores e ele se resguarda
1121 daquela situação individual de cada promotor. Então pra mim isso é elogiável, acho
1122 que pode replicar para os outros estados, pronto. Uma vez feito o código eu pergunto,
1123 nessa atuação o conselho estadual ele entra em qual situação nessa instrumental?
1124 Nós entramos como auxílio, nos entramos como apoio, como fiscalizador ou qual é o
1125 nosso papel? E para arrematar a minha questão que eu falei ate da questão do debate
1126 é, nos temos um resolução vigiada e o prazo deste colegiado é dezembro. Então
1127 dentro desse prazo com essa resolução da qual faz parte alguns conselheiros
1128 governamentais que estão na SEDESE, fizeram um cronograma de participação
1129 também levando em conta em consideração essa resolução, pergunto, através da
1130 tentativa dessa instrumental sendo levado isso em consideração ou não? E é dentro
1131 para não ser redundante que o Marcelo coloca isso pra nos é muito importante e ai
1132 nos faríamos parte do instrumental, porque estaríamos atrelados e diria mais, mesmo
1133 sendo um colegiado como ele já deliberou os senhores com toda a autonomia e a
1134 força da caneta pode perfeitamente ratificar a nossa resolução se também fizer casal
1135 do prazo e é por isso que eu chamei a atenção primeiro para dois ou três artigos, no
1136 que se diz respeito ao prazo. Não sei se fui claro ou não, para me fazer entender.
1137 ANÁLIA – estou retornando ao Marcelo porque ele não terminou. MARCELO –
1138 Quando eu fiz então a inequação anterior Doutor, a respeito dessa resolução é no
1139 sentido mesmo dentro da fala do conselheiro Geraldo dessa ratificação que o
1140 ministério público possa dar, a essa resolução e independentemente tem que entender
1141 que são órgãos autônomos e competentes entre si né. Então mas eu tenho outra
1142 questão, quando o senhor fala de prazo eu também fui atentando todos os itens que
1143 foram pautados no TAC, e eu vi prazo sim e praticamente todos os prazos, colidem
1144 com 31 de dezembro. MARCELO – Que ultrapassa esse 31 de dezembro, o fatídico
1145 31 de dezembro da nossa resolução. E aí nós teríamos sim que fazer uma adequação
1146 à nossa resolução uma vez que seremos parceiros nesta construção, de talvez ampliar
1147 este prazo para que adéqüe este prazo às propostas que o termo esta colocando, e
1148 para isso teremos então, em nossa resolução, considerando o TAC, e o TAC a gente
1149 pensa que também poderia constar isso, de que a nova data que iremos colocar, que
1150 vai coincidir com a data do TAC, seria o tempo estipulado para que o Conselho
1151 Estadual de Assistência possa revogar ou não em sua resolução, correto? Esse é um

1152 ponto então, e o último ponto que eu gostaria de acrescentar, é na cláusula 29 que
1153 fala do FUNDIF, que é o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos, e nele coloca
1154 uma indenização de danos morais no valor de R\$ 200.000,00. Perfeito, eu acho que
1155 esses empreendimentos, considerando o retardo e o que causa para o cidadão tem
1156 que ser assim. DR. RODRIGO – Isso é a proposta inicial, porque o Ministério público
1157 muitas vezes tem proposto esses danos morais em outro tipo de coisas. MARCELO –
1158 Perfeito. Não questiono. DR. RODRIGO – Bom, eu acho que é uma questão assim,
1159 tem que fortalecer o fundo, tudo bem, mas ao mesmo tempo também tem algumas
1160 emergências que seria. MARCELO – Com certeza Doutor Rodrigo, eu acho que está
1161 perfeito a forma como colocada, mas eu gostaria de fazer uma sugestão.
1162 Considerando que nós temos um fundo também, que é o FEAS (Fundo Estadual da
1163 Assistência Social), e que estes recursos, nós pudermos também colocar a título de
1164 indenização para o empreendimento que ele também coloque recursos no FEAS para
1165 atender os municípios atingidos nos serviços socioassistenciais que são colocados à
1166 disposição das famílias, e poderia também pensar também se for possível, colocar a
1167 título de indenização, que este também seja colocado ao FEAS como recurso pra
1168 atendimento a estas famílias. E por fim, eu achei ótimo este termo de ajustamento de
1169 conduta, e gostaria de fazer uma sugestão ao Ministério Público e ao CEAS de que
1170 nós temos poucas situações como esta, como disse nossa conselheira Roberta, isso é
1171 causa de uma situação inicial que não tínhamos determinado domínio, como não
1172 temos ainda, mas construímos instrumentos que nos proporciona segurança.
1173 Considerando que nesta situação nós tivemos o termo de ajustamento de conduta,
1174 gostaria de verificar a possibilidade de que em todas as situações em que o CEAS
1175 tiver que fazer alguma questão parecida com esta, que o Ministério Público pudesse
1176 ser nosso parceiro, e isso ser transformado no termo de ajustamento de conduta. O
1177 CEAS discute em parceria com o Ministério Público, as tratativas junto aos
1178 empreendimentos, e destes, ao invés de sairmos não somente com uma resolução do
1179 CEAS tratando disso, que também tenhamos um ajustamento de conduta e então
1180 seria executivo e teríamos um título executivo judicial. Então é isso. DR. RODRIGO –
1181 Eu estou muito feliz, pois tenho aprendido muito com vocês, algumas coisas
1182 principalmente que eu não sabia, por exemplo eu não sabia a existência deste fundo!
1183 Eu acho que é uma questão a ser pensada e discutida com os colegas uma eventual
1184 indenização por ser dividida a este fundo por dano moral. Eu acho muito interessante
1185 esta outra proposta a partir do momento que a situação vai se repetir em
1186 licenciamento de usina hidrelétrica por enquanto, eu acho que a situação tende a
1187 avançar para outros casos. Este é um dos grandes problemas para as pessoas que

1188 trabalham com o que chamam de meio ambiente, como se meio ambiente não fosse
1189 tudo, as questões sociais, saúde educação sócio-juventude, etc, tudo que está em um
1190 grande espaço é um meio ambiente. Às vezes as pessoas trabalham com meio
1191 ambiente até do Ministério Público, e eles tem uma visão muito focada no meio
1192 ambiente natural, e tem uma dificuldade de trabalhar com o meio ambiente urbano que
1193 está envolvido isso tudo. Eu acho uma questão muito interessante fazer esse tipo de
1194 termo de ajustamento de conduta, essa construção junto com o Ministério público em
1195 cada uma dessas situações. É uma questão que eu acho institucional, que eu acho
1196 que não seja uma questão pontual ao promotor de justiça envolvido, e eu acho que ele
1197 estaria muito aberto a isso, e especialmente por duas coordenadorias importantes no
1198 Ministério Público que é a do meio ambiente e a dos direitos humanos. Eu acho que
1199 com o compromisso desses dois espaços do Ministério público será fantástico a idéia,
1200 pois muitas vezes, mesmo nos conselhos, o Ministério público tem sido o “patinho
1201 feio”, chato, o que incomoda, por que muitas vezes pega a coisa até lá na frente. Outra
1202 coisa interessante é uma coisa que ouvi que diz que o Ministério público está
1203 conseguindo avançar mais do que o CEAS conseguiu avançar até agora, mas está
1204 avançando por que o CEAS construiu até agora, está chegando uma demanda ou
1205 outra, e não foram surpreendidos por outras coisas. Foram discussões que existiram
1206 aqui dentro e, por exemplo, a construção participativa da ativação produtiva, se você
1207 ler os documentos isso foi a todo momento permeado aqui. Talvez não como os
1208 atingidos queriam, e também talvez como o consórcio falava “não eu estou fazendo!”.
1209 Esta é outra questão que às vezes tem que ser desconstruída, dizer o seguinte o
1210 consórcio está apenas querendo acabar com isso, ele propôs muita coisa, mas precisa
1211 de participação das pessoas não se asenhoraram disso, então não adianta, você pode
1212 fazer conversando com uma pessoa que não seja ligada com o grupo do José Antônio.
1213 As vezes é triste, o consórcio pode tentar fazer alguma coisa interessante, mas as
1214 pessoas apareceram na hora do lance, por que não se sentiram atraídos naquela
1215 outra questão. Agora como são várias questões vamos para a primeira questão, que é
1216 a questão da Resolução CEAS, como nós temos tratado isso até agora! Nós temos
1217 feito um monitoramento para verificar se eles estão cumprindo, por que se eles estão
1218 cumprindo, dia 31 de dezembro estará fechado. Então nesta lógica eles estão
1219 cumprindo, na lógica isto está sendo contemplado, então está é nossa visão em
1220 relação à isso. A participação do CEAS - em um primeiro momento estamos mais na
1221 comissão de monitoramento por quê? Porque o CEAS tem sua competência própria
1222 pois não depende do Ministério Público para que o CEAS funcione.
1223 Consequentemente, o que o Ministério Público pensou em um primeiro momento

1224 foram as questões judiciais. Vamos construir uma solução para que acabe com as
1225 questões judiciais e com as pendências, por que o consórcio disse não estar
1226 entendendo pois o CEAS pede uma tratativa e o promotor de justiça que está atuando
1227 na unidade regional do meio ambiente da Zona da Mata dão o parecer no sentido da
1228 regulação da licença. Eu disse então esta é a mesma fala que dissemos em nosso
1229 processo, nós estamos agindo de uma maneira conjunta. Então em relação a isso
1230 acho possível, se entenderem necessário que nós façamos essa construção nesta
1231 proposta do TAC, obedecer uma resolução CEAS. Talvez não esta aí, porque esta foi
1232 cumprida em tese. Sendo portanto uma nova resolução. E outra coisa que não está
1233 clara é a instrução dos processos, mas talvez o ideal seria a suspensão destes
1234 processos, dando uma outra amarrada na questão, e não a suspensão do processo.
1235 Essa questão dos documentos já foi resolvida, os documentos foram entregues para o
1236 registro. Algumas questões tem que resolver lá, a questão de apresentar ou não, da
1237 reforma da cozinha, a gente nota que é uma questão de resistência, é uma bandeira
1238 para resistir a isso tudo. A questão da documentação está então praticamente
1239 resolvida. A questão da cozinha o que ocorre é o seguinte, o consórcio disse que tem
1240 duas casas para alojar as pessoas enquanto estiver fazendo as mudanças, e no
1241 cronograma eu não sei se são dezoito cozinhas, uma está em andamento e está
1242 praticamente terminada. E até nos pediram uma coisa interessante, que em um
1243 primeiro momento pode parecer algo absurdo, mas eles pediram que alguém do
1244 Ministério Público verificasse o projeto antes, por que nós temos um corpo técnico,
1245 engenheiro civil do ministério público. Pediram que eles dessem uma olhada no
1246 projeto e depois fosse verificar se efetivamente foi cumprido, e isso não é problema
1247 algum para nós. E no cronograma eles dizem que gastam em torno de 45 dias para
1248 fazerem a mudança de cada duas cozinhas, e neste cronograma daria este prazo mais
1249 estendido. Agora as datas - é fundamental que conste datas, isso sem dúvidas. O que
1250 nós pensamos a respeito da ativação produtiva, talvez fazer uns três projetos, mas
1251 isso eles têm que tirar lá, e esta é até uma discussão a ser resolvida, pois é importante
1252 que as partes tenham feito aquilo que seja necessário, já o resultado foge da
1253 competência, atribuição do CEAS, do Ministério Público e do próprio consórcio desde
1254 que ele cumpra com as obrigações dele. O ideal é tentar construir uma solução que
1255 ele se empodere e de conta de tocar a vida depois, afinal em vários empreendimentos,
1256 não necessariamente da vida elétrica, nós percebemos que fica uma dependência, há
1257 uma relação às vezes ali que mesmo com o sofrimento existe um certo ganho, uma
1258 questão quase psicanalítica. O consórcio e o empreendedor não conseguem largar a
1259 turma e vice-versa. Então dentro desta lógica nós pensamos em três projetos - um que

1260 até o final do ano já esteja implantado, um segundo a médio prazo e outro a longo
1261 prazo, que em três anos esteja concluído. Isso é uma ideia inicia nosso. Mas isso em
1262 um primeiro momento temos que fazer um estudo das potencialidades, viabilidade
1263 econômica. Basicamente é isso, acho que estou até atrapalhando a pauta aqui.
1264 INTERLOCUTORA – Não está ótimo, seus esclarecimentos são necessários, mas vou
1265 apenas pedir aos três próximos inscritos, Fátima, Márcio e Volney, que se já se
1266 sentirem contemplados em algumas respostas, que possam ser mais objetivos.
1267 FÁTIMA – Bom dia doutor Rodrigo, o senhor falou que existem sete membros do
1268 Ministério Público atuando nesta área. Destes sete, doutor Bil é do meio ambiente.
1269 RODRIGO – Bom eu vou te explicar, eles acham que funciona assim - Dr Bil trabalha
1270 na parte extra judicial, ou seja toda questão anterior, do inquérito civil é com ele,
1271 depois que entra, com a ação, o promotor da Vara é que vai acompanhar. Então por
1272 isso é que está o doutor Bil e o doutor Sérgio. FÁTIMA – Porque a gente vê assim, por
1273 exemplo, no consórcio tem 13 pessoas nesta articulação. RODRIGO – Não, naquela
1274 primeira reunião é que apareceu esta quantidade de pessoas. Na verdade, na
1275 articulação são 4 ou 5. São os 2 advogados, o Glauco, e que não está participando
1276 das reuniões mas que também está envolvido, o diretor jurídico da Vale o José
1277 Saturninho e o doutor Geraldo, diretor da área de energia da vela, e que é
1278 efetivamente a pessoa mais próxima e que será quem efetivamente irá fiscalizar isso.
1279 FÁTIMA – Porque eu estou fazendo esta pergunta. Por que depois o senhor diz que
1280 tem 2 representantes do consórcio, e 2 representantes dos atingidos, 2 do Ministério
1281 Público, 2 do CONDOMGIA e 2 suplentes. Esta equipe está fazendo qual
1282 intermediação? RODRIGO – A proposta que está na minuta do TAC, é que este grupo
1283 vai fiscalizar para verificar que se tudo aquilo que foi planejado, e os 2 grupos do
1284 consórcio e os 2 da comunidade estão executando e trabalhando sob o que foi
1285 decidido. E de certa forma, isso é uma questão a ser pensada, como esta sendo feito
1286 isso financeiramente, afinal um problema que temos que sempre tomar cuidado é com
1287 a questão de repasse financeiro e a prestação de contas. FÁTIMA – Está certo, queria
1288 saber desta TAC, ela começou a ter vigência a partir de quando? RODRIGO – Ainda
1289 não tem, a proposta é a seguinte, nós vamos entrar em um acordo, e se fechar mesmo
1290 os termos aí sim assinamos o TAC que é o Termo de Ajustamento de Conduta, este é
1291 um nome que muitas vezes o empreendedor não gosta, então o nome não im porta,
1292 pode ser termo de compromisso, acordo, não tem problema o nome, o certo é que
1293 existem os compromissos, obrigações, prazos e se não cumprir sofrerão as sanções.
1294
1295 FÁTIMA – Então aqui no CEAS haverá outras reuniões para fechar essa conclusão.

1296 RODRIGO – O que a Roberta solicitou e também os demais conselheiros que se
1297 manifestaram, o nosso intuito é esse, ir com o CEAS nas próximas etapas para
1298 identificar como construiria isso. Se ficaria apenas no âmbito dessa comissão, na
1299 medida em que a resolução do CEAS até o fim do ano tem que estar cumprida, ou se
1300 constrói uma nova resolução do CEAS que inclua aqui. Ou seja, tenho a ata do CEAS
1301 aqui que eles tem que cumprir, e no TAC o descumprimento da resolução do CEAS
1302 pode ensejar também a sansão que está no TAC, esta é uma outra proposta. FÁTIMA
1303 – Uma outra pergunta só para concluir, esta outra equipe formada para fiscalizar, os
1304 atingidos irão também fazer parte desta equipe para fiscalizar? Destas reuniões para
1305 conclusão? RODRIGO – Vão sim, está até no TAC, são 2 dos atingidos, 2 do
1306 CANDONGA, 2 do Ministério Público, 2 do CEAS, 1 representante da SUPRAM, 1
1307 representante da Prefeitura de Santa Cruz e 1 representante da Prefeitura do Rio
1308 Doce, então são 11 pessoas, até um número muito grande. FÁTIMA – depois tudo
1309 será articulado com a comunidade? Será feita uma nova reunião com a comunidade
1310 em relação à estes termos? RODRIGO – Eles estão fazendo as reuniões próprias,
1311 estamos enviando a pedidos deles mesmos algumas propostas, não que nós
1312 escolhemos, mas sintetizando o que eles pediram. É quase como um plebiscito. A
1313 questão por exemplo da reativação econômica, se vocês preferem a reativação, a
1314 indenização junto com a reativação ou lote, eles é que estão decidindo. Isso eu
1315 acredito ser uma grande vantagem que este grupo conseguiu. De certa forma eles se
1316 agruparam. Mas não devem ter a ilusão de que vão resolver os problemas de uma
1317 maneira conjunta. Este é um receio que eu tenho no início, que é a questão da
1318 cooperativa. Será que todos irão cooperar? FÁTIMA – Agora me surgiu outra dúvida,
1319 com a ativação desta reativação econômica, como vai ocorrer a administração, que
1320 estará ministrando esta reativação econômica! RODRIGO – nossa proposta é a
1321 seguinte. Realmente há uma necessidade de se escolher uma pessoa, um
1322 coordenador geral da parte operacional, e então formar uma equipe, primeiro para tirar
1323 e fazer um estudo das potencialidades e viabilidades da região. De uma forma ou de
1324 outra eles irão pegar a experiência de Braúnas que com certeza algo será aproveitado.
1325 Não necessariamente dizer que é o mesmo administrador, por que lá o Nacab que
1326 administra, e a partir disso há outra proposta que está por ser decidido, que é um
1327 auxílio participação por família, enquanto não implementado, mas com o compromisso
1328 de resolver o problema. Mas existem famílias que realmente não tem condição de uma
1329 força produtiva. Outra coisa diferente também é que aqueles que vão trabalhar no
1330 empreendimento, isso já no empreendimento, eles terão uma remuneração própria.
1331

1332 INTERLOCUTORA – Agora vamos passar para o Márcio o próximo inscrito. MÁRCIO
1333 – Doutor Rodrigo, muito bom estar aqui com o senhor, acho muito importante ouvirmos
1334 esta proposta do Ministério Público. Depois de solicitada a reunião com o doutor
1335 Rodrigo, e ela foi solicitada para que houvesse o início de uma discussão sobre a
1336 negociação que o Ministério Público estaria encaminhando no processo de
1337 CANDONGA para o CEAS. Nesta reunião que realizamos no início do mês de julho foi
1338 colocado para os procuradores e promotores presentes que foi o doutor Paulo César
1339 também, que a comissão de monitoramento de CANDONGA tinha um limite específico
1340 de ação, dada a característica que foi desenhada pela resolução do CEAS, e daí que
1341 não poderíamos ter a competência de estar construindo naquele momento nenhuma
1342 formalização no Ministério Público em relação ao CEAS e o processo de condução
1343 que estava sendo feito de negociação. Então surgiu a necessidade de solicitar ao
1344 Ministério Público que apresentasse em nossa plenária as propostas, as propostas
1345 que foram feitas conosco na reunião ficaram claras que somaria a resolução do CEAS
1346 e ultrapassaria determinadas ações que o CEAS não consegui avançar, então a
1347 necessidade de trazer a discussão para esta plenária e buscássemos uma solução
1348 mais produtiva e a consequência que nós esperamos que é atender as necessidades
1349 daquela população atingida. E trata-se para mim de um legado que podemos estar
1350 deixando, desta aproximação com o Ministério Público, me sinto plenamente
1351 contemplado com as falas anteriores do ponto de vista das questões relativas aos
1352 prazos que estão definidos em nossa resolução, para que possamos ter consistência
1353 em nosso encaminhamento. Vejo que o CEAS pode compor positivamente com o
1354 Ministério Público. Para ser bem breve, gostaria que todos pensassem neste legado
1355 que estamos deixando para o conselho, do ponto de vista desta aproximação,
1356 deixando claro que a questão social e ambiental andam juntas e não podem ser
1357 dissociadas, pois nós estamos pensando em uma comunidade que é atingida no seu
1358 espaço de vida, na sua cultura, ela está ligada, lincada com o ambiente que está
1359 sendo de certa forma alterado por este empreendimento. Esta discussão é muito
1360 importante por nós. Gostaria de enfatizar o quanto é importante estarmos enfatizando
1361 este novo olhar, para que possamos estar melhorando e aprimorando a nossa
1362 avaliação do ponto de vista dos planos de assistência social. É muito importante a
1363 nossa reflexão e a nossa construção dentro da perspectiva que foi apresentada pelo
1364 Ministério Público. INTERLOCUTORA – Muito bem, Volney. VOLNEY – Meu nome é
1365 Volney, eu faço parte do grupo de monitoramento. Eu estive em Candonga por duas
1366 vezes, e nós temos procurado alimentar este conselho dentro da legalidade, então
1367 quando o senhor coloca as caixas d'água, que deveria trocar por que é amianto, troca

1368 isso, soluciona aquilo, tudo bem. Eu Volney particularmente concordo, mas ao mesmo
1369 tempo se você pensar, o estado de Minas Gerais, conforme eu fui informado, é o único
1370 estado que não tem uma exigência e que não usa a caixa d'água de amianto, eu fico
1371 me perguntando, o Ministério Público, como sendo o guardião da lei, afrontando a
1372 própria lei. E a outra dúvida que eu questiono é a seguinte - com relação a localização
1373 das caixas d'água, eu estive lá também, os alçapões não dão para subirmos, concordo
1374 que deveria ser do lado de fora, mas ao mesmo tempo existe uma lei que é a da ABNT
1375 que define que estas caixas tem que estar do lado de dentro, então eu só queria
1376 pontuar isso. Os grandes empreendimentos hoje se sobrepõem ao próprio estado
1377 brasileiro e nós sabemos disso, muitas vezes eles têm mais força que o estado
1378 brasileiro; o Ministério Público vem fazendo apenas TAC e não atendem às
1379 comunidades. Já tínhamos pensado em um licenciamento sócio assistencial não
1380 apenas para as mineradoras, mas também para os canaviais em Minas Gerais. Uma
1381 coisa eu quero deixar claro para estes conselheiros, eu estive lá por diversas vezes e
1382 atribuições que são do estado e do município não tem avançado. Então nós temos que
1383 cobrar as atribuições que são do estado e que são do município que não avançaram
1384 ao longo deste 1 ano. Nós estamos cobrando a todo tempo do empreendedor e
1385 estamos esquecendo de cobrar do ente federado que é o responsável por várias
1386 atribuições. Eu quero deixar isso claro para este conselho. ANÁLIA - Doutor Rodrigo,
1387 meu nome é Anália e eu represento o colegiado dos gestores municipais da
1388 assistência social de Minas Gerais, tem sido muito Salutar sua presença aqui no
1389 CEAS, e você pode fazer suas considerações. ROBERTA – Eu preferia fazer algumas
1390 colocações e depois ele fechava com as suas considerações. ANÁLIA – Ok. Então
1391 você pode fazer suas considerações. ROBERTA – É só para acertarmos, veja bem, do
1392 ponto de vista do TAC nós vimos que é aquilo mesmo, os eixos são os mesmos, mas
1393 vocês acrescentaram mais ações, mas temos um gargalo que algumas ações são
1394 diferentes e elas interferem, e nós precisamos urgentemente debruçar em cima delas
1395 para definirmos se faz o que está proposto por ela ou faz o que diz a resolução? Por
1396 exemplo, expansão de quintal, nós propusemos de uma forma e vocês de outra, nós
1397 vimos até que a proposta de vocês está melhor. Como algumas outras ações que a
1398 gente propôs, que vocês encamparam nos eixos, precisamos ver qual vai ter mais
1399 ganho para os atingidos, e assim veremos se vamos adequar à suas ou vocês à
1400 nossa. Por que senão o empreendedor não vai saber o que fazer. Nós precisávamos
1401 checar item por item para acertar. Nesta coisa de olhar o Ministério Público e a nossa
1402 comissão de monitoramento, do nosso ponto de vista ela já possui o olhar e ate que
1403 ponto o ministério já esta atuando para acertar estas questões, e com o olhar de fazer

1404 o melhor para o atingido. INTERLOCUTOR – Você me permite uma fala conselheira?
1405 Porque quando fala das indenizações doutor Rodrigo, fala em alternativa 1 e
1406 alternativa 2. Isso é para o CEAS analisar ou para o empreendimento? RODRIGO –
1407 Isso é para os atingidos, e eles já definiram pela 2, eles preferem lote.
1408 INTERLOCUTOR – Então quer dizer que a indenização para o fundo ficou de lado.
1409 RODRIGO – Não, isso é uma coisa diferente, esta primeira e individual, a outra é dano
1410 moral coletivo. (fala ao fundo). ROBERTA – Por isso que eu sugiro que a gente tire
1411 aqui do CEAS pelo menos 2 conselheiros que sentasse com vocês com mais prazo e
1412 olhem item por item fazendo esta comparação para fazermos um ajuste disso.
1413 RODRIGO – Isso antes que eu me esqueça, eu vou propor que façamos na 1ª
1414 semana de agosto esta reunião, ontem eu passei para o CANDONGA os últimos
1415 acertos e em cerca de 7 dias eles nos dão a resposta. ROBERTA – Então vamos ver
1416 se fica bom para todas estas propostas. Assim que vocês receberem esta proposta, e
1417 isso estiver definido e o TAC assinado pelas partes vocês ouvirem o grupo do CEAS
1418 para fazer esta proposta. RODRIGO – Tudo bem, mesmo porque é do nosso interesse
1419 que o CEAS participe deste monitoramento (fala ao fundo), e acredito que para que
1420 isso seja assinado tem que ser por volta do dia 15 de agosto, isso na melhor das
1421 hipóteses que com certeza alguma sintonia fina deverá ser feita com o consórcio.
1422 ROBERTA – A minha sugestão é - a gente poderia sentar com equipe dos
1423 conselheiros e Ministério, teríamos uma plenária no meio, na plenária apresentamos a
1424 proposta, e decidiríamos qual melhor proposta. Aquilo que for bom que acrescenta no
1425 TAC ficaria no TAC, aquilo que em nossa resolução deve ser acrescentado, nós
1426 faríamos uma resolução ajustando ao TAC, pelo menos para o empreendedor
1427 caminhar em uma linha só. Vocês nos chamariam, e podemos tirar até hoje quem irá
1428 participar e depois trazer a proposta para a plenária, isso não vai ser decidido lá não, e
1429 só para fazer os ajustes (fala ao fundo). INTERLOCUTOR - Para não tomar muito
1430 tempo minha sugestão é - pode a plenária deliberar, que seja com a essência da mesa
1431 diretora através de seus 3 conselheiros para evitar retardo de tempo, e a segunda é
1432 para doutor Rodrigo, em questão do instrumental a gente estaria junto, assinaria junto
1433 ou não? E outra coisa, penso que podemos ficar de fora e acompanhar sem nenhum
1434 problema. E eu acho também que seria interessante se vocês conversassem primeiro
1435 com a SEDESE porque tem tratativa já dada e ela para nós é de suma importância,
1436 independente se ela está certa ou não, se ela vai ser retificada ou não, se ela vai ser
1437 modificada ou não desta tratativa. RODRIGO – Esta é uma questão de respeito entre
1438 o CEAS e SEDESE, esta relação vocês que tem que decidir, e de qualquer maneira,
1439 não como concomitante, mas como interveniente, a nossa idéia é que o CEAS assine

1440 fazendo parte da comissão de fiscalização, os dois membros. De qualquer forma vai
1441 fazer parte do termo. ROBERTA – A minha sugestão, até por experiência do processo
1442 na construção, eu acho que o CEAS não deve participar nas reuniões de construção
1443 deste TAC. Esta experiência já foi vivida e eu acho que deve ser uma construção do
1444 Ministério com as partes, e o CEAS participaria do grupo de monitoramento, que aí
1445 sim nós faríamos este refinamento de dizer os eixos são os mesmos e tentar refinar as
1446 mesmas formas de chegar àquele eixo, seja da água, de extensão de quintal, teríamos
1447 o nosso grupo normal e o grupo composto por 2 membros. Temos que refinar o grupo
1448 e chegar a uma conclusão do TAC e da nossa resolução. RODRIGO – Eu acho que o
1449 maior problema está sendo a extensão de quintais não é? (fala ao fundo). Na verdade
1450 o sete quedas está surgindo agora. Em relação a fala do Volney e que eu falei das
1451 caixas d'água, eu tenho esta preocupação, ainda que não haja nenhum estudo que
1452 fale que a água consumida a partir da caixa d'água tenha alguma influencia, apesar de
1453 estar mais do que provado que a manipulação do produto, a caixa d'água quebrada é
1454 altamente tóxica. A questão da caixa d'água pra fora da casa, também tem uma norma
1455 da ABNT, mas também é uma preocupação nossa. Esta caixa d'água vai ficar
1456 exposta? Tem toda uma questão em cima disso. Mas também é difícil falar. ROBERTA
1457 – Doutor Rodrigo, uma outra questão, a indenização dos garimpeiros, não está na
1458 resolução CEAS, vai anexar? RODRIGO – O nosso objetivo é incluir os garimpeiros
1459 para saber pelo menos porque são pagos uns e não são pagos outros que alegam ser
1460 garimpeiros, quais são os critérios. Parece que foi uma exigência da FEAM. Então nós
1461 vamos fazer essa averiguação pelo menos. Se existe por acaso alguma contemplação
1462 a ser feita de garimpeiro, faisqueiro. ANÁLIA – Lembrando que tem coisas que estão
1463 aqui no TAC e não estão em nossa resolução que não precisamos ficar nos atendo.
1464 Gostaríamos de agradecer a sua presença doutor Rodrigo e nosso objetivo é chegar
1465 ao final com sucesso com os atingidos tendo seus direitos cumpridos. RODRIGO – Eu
1466 agradeço vamos mantendo contato então. Prazer e muito obrigado. ANÁLIA – Nós
1467 temos ainda ponto de pauta para parte da manhã mas primeiro gostaria de dar a
1468 posse à conselheira Isabela de Vasconcelos Teixeira suplente da Joanita da SUAS
1469 SEDESE, (aplausos). Então vamos definir as pessoas que vão estar na comissão de
1470 monitoramento - Márcio, Volney, Valdemar, Gilvânia e tem mais duas indicações da
1471 SEDESE, Cláudia, Consolação e Rosilene. Mais no documento eles estão pedindo
1472 duas pessoas não é? ROBERTA – Não gente, são duas pessoas para compor o
1473 monitoramento, ai é outra discussão. Estamos falando para fazer a análise do TAC
1474 com a nossa resolução. ANÁLIA – Vocês estão de acordo que permaneça a nossa
1475 comissão? (fala ao fundo) eu gostaria que o Marcelo fosse incluído visto a grande

1476 contribuição dele aqui. INTERLOCUTOR – É importante colocar que a comissão está
1477 com um limite de pessoas. Já que vamos começar com esse grupo de análise do TAC
1478 é importante que a gente amplie a comissão, e gostaria de pedir a este pleno que a
1479 secretaria executiva também possa nos auxiliar neste processo de análise porque até
1480 o presente momento, a comissão tem uma independência desta análise, gostaria de
1481 ter mais elementos técnicos para dar procedimento nesta análise. ANÁLIA – A
1482 proposta então é que permaneça a comissão com a inclusão do Marcelo (fala ao
1483 fundo). Esta comissão não deve ser grande, tem que ser de no máximo 4 ou 5, porque
1484 ela vai ler um documento, fazer uma análise. INTERLOCUTOR – Veja bem, o Márcio
1485 já está no grupo de monitoramento, quando a Roberta sugeriu 3 eu achei que foi muito
1486 importante e a gente já vai ter na figura do Marcelo esta terceira pessoa que conhece
1487 muito bem a trajetória. Eu acho que pode contemplar seus anseios. A outra colocação
1488 Roberta, eu quero divergir de você ele convidou o CEAS para acompanhar, então eu
1489 penso que podemos estar como observador, mas isso vai trazer uma contribuição
1490 muito grande para o monitoramento. (falas ao fundo) ROBERTA – Eu queria dizer o
1491 seguinte, são 2 pessoas que vão para o Ministério público, e eu queria que fosse
1492 assim - 1 da sociedade civil e 1 do governo. E deixar bem claro que eles vão só para
1493 observar, não vão expor o seu ponto de vista. ANÁLIA – Então temos 2 pessoas para
1494 fiscalização e 3 para fazer análise do documento e a sugestão que tenha a
1495 participação de 1 técnico da SEDESE (fala ao fundo) a Rosa é a que tem
1496 acompanhado, vamos liberar os 2. Consolação pela secretaria executiva e os 2.
1497 Marcelo! MARCELO – Nós temos que atentar gente que nós conselheiros da
1498 sociedade civil saímos agora em outubro, então indicar neste momento comissão de
1499 fiscalização neste momento é temerário, porque teria que pensar talvez em uma
1500 reunião para verificar quem seriam os participantes (fala ao fundo). INTERLOCUTOR
1501 – ô gente nós estamos falando desde agosto tem que ter nome. ROBERTA – Nós
1502 estamos fazendo uma confusão enorme, veja bem, as 3 pessoas para trabalhar o
1503 documento, minha sugestão de encaminhamento - Márcio da comissão de
1504 monitoramento, Marcelo entrando na sugestão, Consolação as três pessoas para
1505 trabalhar TAC e resolução votado gente pronto. Agora são duas pessoas pós TAC só
1506 depois que o TAC for assinado que nós teríamos essa preocupação para mandarmos
1507 pra lá duas pessoas que vão... ROBERTA – Agora não vamos discutir nome agora
1508 porque vai ser em agosto que vai ter que encaminhar esse TAC pronto. ANÁLIA –
1509 Então o assunto está encerrado, e não vamos discutir isso agora. Temos mais
1510 algumas coisas para discutir. Vamos falar antes ou depois do almoço? (falas ao fundo)
1511 INTERLOCUTORA – Então hoje o conselho regional de assistência social está

1512 organizando um encontro descentralizado e eu estou como delegada, pra quem não
1513 conhece é como se fosse uma conferencia. Setembro a gente a gente vai ter o
1514 encontro nacional e não vamos poder está a tarde e eu já gostaria de deixar o meu
1515 nome para a definição do pró regional, se tiver Montes Claros estou á disposição.
1516 ANÁLIA – Ótimo, tem também algumas palestras Ibiá, Santa Cruz do Escalvado, Maria
1517 São José da Varginha, Barbacena, Sabará, Contagem, Carlos Chagas, Três Marias,
1518 Lima Duarte, Piedade das Gerais e Cataguases. INTERLOCUTORA – Só lembrando
1519 também que dia 2 temos a conferência municipal e dia 10 a gente vai ter o encontro da
1520 seccional, mas fora isso podem contar comigo. AMI – Só queria saber se a pauta da
1521 Resolução foi concluída? ANÁLIA – A resolução concluiu. AMI – Mas ela não foi
1522 votada, ela só foi concluída. ANÁLIA – Foi finalizada esta pauta. AMI – Mas ela não foi
1523 votada. Apenas discutida. ANÁLIA – Então obrigada AMI, então estou colocando em
1524 votação a resolução que complementa a resolução da conferência estadual. Aprovada
1525 a resolução. De acordo recomeçamos às 13 -30 horas, sem atrasos onde
1526 começaremos com explanação de reunião de URCMAS. ANÁLIA – Vamos resolver
1527 esta questão da participação nas conferências regionais e nas municipais. Está
1528 projetado aqui, os participantes que irão do CEAS para as conferências regionais,
1529 lembrando que tem locais ali que tem um conjunto de municípios então a pessoa
1530 quando der o nome participara dos 2 ou 3 que estão elencados conforme as datas. No
1531 dia 20 Divinópolis Volney. Geraldo disponibilizou para 3 porque este é o dia que ele
1532 tem livre na agenda, no dia 20 falta Curvelo, (fala ao fundo), Poços de Caldas e
1533 Varginha, 11 e 12 de Setembro Márcio. Eu vou passar para o Marcelo devido a uma
1534 questão administrativa aqui. MARCELO – Falta Curvelo dia 20 de agosto, (fala ao
1535 fundo), então André ficaria em Curvelo. Então fechamos os nomes. Agora estão
1536 faltando as conferências municipais, temos Ibiá, Santa Cruz do Escalvado, Mariana,
1537 São José de Varginha, Barbacena, Sabará, Contagem, Carlos Chagas, Três Marias.
1538 INTERLOCUTORA – Aqui tem um calendário. Ibiá 25 de julho. ROBERTA – É que nós
1539 estamos colocando uma questão, por exemplo o André, nas regionais, foi aquilo que o
1540 Geraldo colocou, coloquei meu nome mas se tiver interesse não teria problema. Eu
1541 acho que deveríamos ver a questão dos conselheiros que estão na regional, para
1542 facilitar e otimizar para nós (fala ao fundo). Entendeu? Pode ser? Igual marcamos da
1543 Rosilene, por exemplo, em Montes Claros, para facilitar. ANÁLIA – Eu teria agenda
1544 apenas nos dias 11 e 12 que é Poços de Caldas e Varginha que é próximo de onde eu
1545 moro, que é onde o Márcio disponibilizou. Para as outras conferências eu não tenho
1546 mais agenda, se ele disponibilizar trocar. Essas são regionais. A minha sugestão é
1547 que depois a Consolação sente, inclusive assim que acabarmos hoje, senta com o

1548 grupo que vai para a regional e orienta todos que vão para a regional. (fala ao fundo).
1549 Esse é regional, as pré-conferências. A condição que eu coloquei foi se o Marcio tiver
1550 disponibilidade de ir para as conferências municipais, senão ele pode ir. (fala ao
1551 fundo). Então fechado as regionais. Vamos para os convites das conferencias
1552 municipais. Dia 25/07 Ibiá, na regional Patos de Minas palestra sobre a gestão do
1553 financiamento na efetivação do SUAS, quinta-feira, André; Santa Cruz do Escalvado
1554 no mesmo dia, nós temos alguém? Mariana será o Marcelo. São José de Varginha,
1555 regional Divinópolis, 29/07. 10/08 tem Contagem, Carlos Chagas, três Marias e
1556 Sabará. Volney Contagem dia 10/08. Sabará dia 02/08. Está faltando Três Marias e
1557 Santa Cruz do Escalvado. Três Maria, Marcelo. Sabará, Isabela. Faltam alguns, se nós
1558 não temos ninguém aqui depois à secretaria executiva entra em contato com os
1559 demais conselheiros. Carlos Chagas quinta feira 08/08, e fora este tem mais 3, que é
1560 lima Duarte dia 06/08 convidando o Geraldo. Piedade das Gerais, a data é conforme
1561 disponibilidade do conselheiro, será o... ANÁLIA - Volney Cataguases, que ir Fátima
1562 ta longe pra você não Ok dia 08/08 19hs Quinta. Geraldo vai em Cataguases. Então
1563 os que não conseguimos vamos ver se a secretaria executiva distribui. Próxima pauta,
1564 vamos prosseguir com resultado e propostas da reunião dos presidentes das Uniões
1565 Regionais dos Conselhos Municipais de Assistência Social, a apresentação será feita
1566 pelo conselheiro Marcelo Armando. MARCELO – Boa tarde, nós tivemos uma reunião
1567 com os representantes das uniões dos conselhos, nós tivemos uma parte bastante
1568 interessante dos presidentes, esta reunião ocorreu nesta casa no dia 28 com a
1569 presença da presidente conselheira Joanita, o conselheiro Wellington, o senhor Hélio e
1570 técnicos da secretaria executiva. Tivemos a participação de todas as uniões de
1571 conselho que constam aqui, número de 10 URCMAS. Foi identificado e em um
1572 trabalho que nós tivemos, na reunião que fizemos foi muito mais de dialogar com as
1573 uniões de conselhos detectando junto com eles algumas situações de dificuldades que
1574 eles encontraram e encima disso saíram alguns indicativos para que pudéssemos
1575 trabalhar em conjunto. Então dentro da construção desta fotografia identificamos um
1576 completo desconhecimento dos participantes sobre o que é URCMAS, a inexistência
1577 de organização do fórum, e outras fragilidades. Foi realizada a fotografia das uniões
1578 presentes utilizando o seguinte roteiro - Nós fizemos um quadro e neste fizemos o
1579 seguinte roteiro, o nome da união de conselho, o conselho municipal que ele preside,
1580 o nome do presidente, os municípios vinculados, local de realização de reuniões,
1581 porque algumas eram, itinerantes, se possui calendário de reuniões, forma de
1582 mobilização dos conselhos municipais, se possuíam algum planejamento/plano de
1583 ação, as ações de apoio aos conselhos municipais, as estratégias de superação, isso

1584 tudo para tentar melhorar as ações dos conselhos nas reuniões. Quais foram os
1585 resultados então - municípios vinculados a Belo Horizonte 29, Montes Claros 13, na
1586 Micro Campo Belo 13, na região de Divinópolis micro Capitólio 20, Divinópolis micro
1587 Divinópolis 30, Divinópolis micro Abaeté 11, Valadares 88, Juiz de Fora 89, Patos de
1588 Minas 29, poços de Caldas 40, Paracatu 15, São João Del Rei 68, Salinas 19,
1589 Triângulo Mineiro micro Ituiutaba 15. No município sede é o local onde se encontra a
1590 presidência da URCMA. Então qual foi o resultado. A gente verifica que dentro deste
1591 queijo o numero de municípios participantes só que em uma visualização de
1592 quantidade. Sobre o planejamento, e a localização das regiões, algumas URCMAS
1593 faziam reuniões itinerantes e outras faziam onde estava a sede da URCMAS. A forma
1594 das reuniões - trimestral, bimestral e outras não apontaram. Salinas que disse que
1595 tinha um cronograma e o tema é definido na reunião anterior, o que não quer dizer que
1596 eles tenham um planejamento de ação. BH e Paracatu tem mais reuniões pois elas
1597 são mensais. Nesta reunião eles também falaram das sugestões que tinha para
1598 melhorar a participação dos conselhos, as ações, apoio e forma de mobilização. BH
1599 não pontuou nada, Divinópolis na micro Campo Belo disse ser fazer convites, atas, e-
1600 mail; forma de como mobilizar isso - contato com os conselhos municipais para
1601 informar o papel das URCMAS. Isso são pontos que eles levantaram. Mais a frente
1602 colocamos as estratégias que vamos usar para isso. Sugestão para melhorar a
1603 participação, Divinópolis entendeu sensibilização do papel das URCMAS, financiar a
1604 participação, melhorar a relação do CEAS com os conselhos municipais, elaborar uma
1605 cartilha e um passo a passo para auxiliar no instrumental. A Divinópolis de Capitólio
1606 sempre promove capacitação com o apoio da secretaria executiva. As formas de
1607 mobilização, eles articulam para promover capacitações através de e-mail, telefone, e
1608 sugestão para melhorar; informação do papel das URCMAS. A regional de Divinópolis
1609 fornece apoio para a realização destas reuniões, existe uma troca de experiência com
1610 relação aos conselhos municipais e do papel deste conselho, a forma que eles utilizam
1611 de reuniões é visita in locu, a mesa diretora visitou os municípios desta região, eles
1612 tem a estratégia de ir em cada município, e como sugestão o CEAS ajudar na
1613 motivação de gestores, a valorização de conselhos e conselheiros. Abaeté não se
1614 manifestou, Valadares mostrou com dificuldades, e ficou de agendarmos uma reunião
1615 para estruturar aquela união de conselhos. Juiz de Fora também não manifestou.
1616 Patos de Minas, ações de apoio que eles utilizam são as reuniões tele presenciais,
1617 visitas in locu e parceria com o SINTBREF, sugestão para melhoria é age uma reunião
1618 e fazer um convite em conjunto CEAS e URCMAS, lá a menina disse que está
1619 fragilizado, praticamente parado. Poços de Cauda são as reuniões tele presenciais, e

1620 sugestão agendar reunião como forma de fomentar também a URCMAS de Poços de
1621 Caldas que está com problema. Paracatu, o conselho de buritis apóia as reuniões,
1622 mas há dificuldade na desatualização da secretaria executiva. Formas de mobilização
1623 - e-mail, telefonemas, e diretamente com os gestores, a sugestão deles de apoio é
1624 divisão das URCMAS e mobilização com representantes do CEAS, mostrar a
1625 importância das URCMAS para a região e exigir dos gestores a participação nas
1626 reuniões para capacitações. São João Del Rei não se manifestou, Salinas visita in
1627 locu, em todos os conselhos e da regional SEDESE, sugestão diálogo que suscite o
1628 sentimento democrático para produzir legitimidade do conselho, despertar os
1629 conselhos o seu papel. As dificuldades apresentadas por incidência - dificuldades com
1630 o governo local, 12 municípios disseram ter este problema - com mudança de gestão,
1631 falta de informação, falte de apoio financeiro, falta de entendimento e informação, e
1632 medo devido ao coronelismo que existe nos municípios pequenos. Dificuldades
1633 apresentadas pelos conselhos municipais, 08 - mudança de conselheiro, inexperiência
1634 ou falta de informação, desinteresse, falta de tempo, não funcionamento do conselho,
1635 fragilidade do conselho, desatualização da secretaria executiva. Dificuldade que as
1636 URCMAS encontram, 10 - dificuldades em reunir municípios, número de municípios,
1637 desarticulação das URCMAS, falta de documentação, conselho e gestor fracos.
1638 Estratégias apresentadas para superação, que teve como incidência - maior contato
1639 da URCMAS com o CEAS, contato da URCMAS com a gestão, usar encontros
1640 regionais e conferências para fortalecimento das URCMAS, articulação das URCMAS,
1641 fortalecimento do conselho municipal de assistência, capacitação para os
1642 conselheiros, apoio do CEAS e SEDESE, divisão em microrregiões, todos eles
1643 levantaram a questão de que o CEAS está ausente neste apoio às URCMAS.
1644 Encaminhamentos - construção de instrumentais para facilitar os trabalhos. Isso em
1645 uma discussão que tivemos com eles, fomos construindo este material, apesar do que
1646 este material foi um trabalho técnico elaborado pela presidente Joanita e que
1647 contribuiu na hora de trabalharmos com eles este instrumental. Então no planejamento
1648 foram construídos este material em parceria com o conselho estadual para a gente
1649 estar junto com eles. Essa é uma proposta de planejamento junto com as uniões de
1650 conselho com os seguintes eixos - eixos das normativas do SUAS, o outro é o
1651 conselho municipal e sua estrutura, funcionamento, planejamento anual, e
1652 capacitação. No calendário já previamente preparado onde teriam as pautas do
1653 planejamento, resolução das deliberações, normativas, infraestrutura do conselho
1654 municipal, avaliação da execução do planejamento para esses meses seguintes. E ai
1655 eles vão definir as datas, e nestas seriam as datas que o nosso conselho estaria junto

1656 com eles nas reuniões. E a proposta de reunião com pauta para que eles possam
1657 discutir as formas de como eles vão trabalhar. 2º item - fortalecer as URCMAS de
1658 Poços de Caldas, Patos de Minas, Governador Valadares, pela finalidade levantada,
1659 com a participação do CEAS na reunião e em sua elaboração. 3º item - o CEAS
1660 promoverá a capacitação da secretaria executiva do município sede das URCMAS
1661 iniciando pelas que estão em funcionamento. 4º item - fazer um contato mais
1662 informativo do CEAS com as URCMAS. 5º item, na primeira reunião da URCMAS
1663 deverá ser elaborado um planejamento de ações e repassado ao CEAS para
1664 validação, após este processo agendar processo com o conselheiro do CEAS. 6º item,
1665 será montado um kit com a legislação pertinente ao funcionamento dos conselhos
1666 para subsidiar as URCMAS, compor a construção de uma lei única que contemple a
1667 política, conselho, fundo. Outra, o regimento, cartilha do CGU de forma resumida, lei
1668 de benefícios eventuais, plano de ação social do CEAS. Quando está ali - política,
1669 conselho e fundo na lei única, foi até apresentado pelo representante de Campo Belo
1670 que estava lá, ele apresentou a proposta da lei que foi aprovada lá naquele município
1671 como contribuição de sugestão. 7º item, o CEAS deverá mobilizar os conselhos
1672 municipais através de ofício para fazer as reuniões com as URCMAS. 8º agendar 2
1673 reuniões anuais com as URCMAS - 1 para planejar as ações e outra para avaliar as
1674 ações desenvolvidas. 9º marcar 2 agendas com o conselho pelo CVT, via SEDESE
1675 atender os municípios do entorno de Capitólio, São João Del Rei, Pouso Alegre, Patos
1676 de Minas, Belo Horizonte, Salinas, Divinópolis, Manhuaçu, Abaeté, Poços de Caldas.
1677 10º solicitar pauta na reunião do CONGEMAS para apresentação do CEAS sobre o
1678 papel das URCMAS e a importância de se garantir a participação dos conselhos
1679 municipais. 11º item, informar sobre a disponibilidade de vagas para o conselheiro no
1680 tele presencial que ocorre quinzenalmente, convidar os presidentes das URCMAS
1681 para as conferências. ANÁLIA – Antes da inscrição eu gostaria de fazer um
1682 comentário sobre estas reuniões com as URCMAS, ela já estava prevista pela
1683 comissão de apoio. A comissão de apoio elaborou um plano de ação trouxe para a
1684 plenária e foi aprovada pelo CNAS, então este plano está pronto e aprovado, e tem
1685 realmente como objetivo o fortalecimento através das URCMAS, pois nós não temos
1686 realmente condições de fazer a capacitação em todos os conselhos municipais. Nós
1687 não participamos desta reunião porque não tínhamos agenda, foi modificada 2 vezes
1688 esta reunião em função da agenda da Joanita, então ela foi marcada e nós da
1689 comissão não tomamos conhecimento antes que nossa agenda estivesse disponível
1690 para participarmos. Uma coisa que me preocupa muito é que o controle social fica
1691 muito subordinado à gestão, tanto que vocês podem ver que nas dificuldades a que

1692 teve maior número foi mudança de gestão; e isso acontece no município e no estado.
1693 E o controle social precisa alcançar esta linha, pois o controle social não pode ficar no
1694 papel de subordinação. Na parte de mobilização a sugestão que mais saiu - contato
1695 com os gestores. Entendo que os gestores tem que dar apoio para que os gestores
1696 participem nas URCMAS, mas isso não pode ficar centralizado. Outra questão que
1697 mostra o papel forte dos gestores são os instrumentais trazendo a logo da SEDESE
1698 sendo que é o conselho estadual, naquele momento acreditamos, nós da comissão,
1699 que não cabe a logo da SEDESE, uma vez que o conselho faz o controle social. Com
1700 relação à participação do CEAS no CONGEMAS, a exemplo da participação que
1701 tivemos hoje do Ministério Público, ele solicitou um espaço na agenda, então nós
1702 devemos solicitar ao CONGEMAS este espaço, e não ficar esperando que o
1703 CONGEMAS convide. Estão inscritas, primeiro a Roberta. ROBERTA – Gostaria de
1704 parabenizar o grupo, pois eu acho que é uma tarefa extremamente difícil a gente
1705 trabalhar a mobilização dos conselhos sabendo que do ponto de vista da gestão SUAS
1706 nós temos uma gestão frágil, então eu acho que tem que partir de alguma coisa, então
1707 esta iniciativa que vocês começam fazendo uma radiografia mostrando as
1708 perspectivas, vocês foram muito felizes neste olhar. Agora eu gostaria de fazer uma
1709 pergunta que é a seguinte - Não é possível a gente começar a trabalhar o processo de
1710 mobilização dessas URCMAS nesta conferência regional? Por que às vezes fazemos
1711 as coisas paralelas. Como eu fortaleço uma URCMA se estou fazendo um encontro
1712 regional? Quer dizer poderia fazer uma grande mobilização naquele encontro regional.
1713 Por exemplo, Valadares que está frágil, além de tirar outros delegados vão tirar a
1714 instalação da URCMAS a gente precisa desprender um pouco da papelada, e o
1715 processo de mobilização é chamar. A gente tem que avançar nesta coisa de achar que
1716 mobilização e fortalecimento passa só por capacitação e visita, estamos muito
1717 engessados na construção matemática e administrativa da coisa. Temos que trabalhar
1718 um pouco o que é mobilização e como trabalhamos mobilização. Então eu acho que
1719 na pauta das conferências regionais tem que ter um assento forte, uma marca forte
1720 que ali tem uma URCMAS. ANÁLIA – No anexo 2 da resolução que aprovamos hoje
1721 tem a programação das pré conferências, e na programação das palestras temos
1722 URCMAS, como organizar? E quem toma assento? O representante da URCMA
1723 também toma assento. ROBERTA – Eu entendi, mas uma coisa é isso, outra coisa é
1724 mobilização. Eu posso fazer uma palestra dizendo o que é URCMA e as pessoas
1725 saírem de lá não entendendo nada. E nisso que precisamos avançar. Uma pauta de
1726 palestra não quer dizer que estamos mobilizando, por exemplo, quando o FONACEAS
1727 trabalhou esta perspectiva de um fórum, para além destas coisas regulares, você teve

1728 que ter um enfrentamento forte para marcar. Nós temos que trabalhar algo forte,
1729 pensar e discutir algo que possamos pontuar, quando vocês apresentam um
1730 diagnóstico falando que as pessoas desconhecem, e outra coisa que aparece é
1731 dizendo que o CEAS oferece pouco apoio, e olha o esforço que fazemos. Então a
1732 pesar de nosso esforço, fotografia não mostra isso, mas é bom para vermos onde
1733 estamos errando. E a outra coisa eu queria discordar de você na questão da
1734 subordinação, eu acho que não tem como os conselhos serem fortes se não houver
1735 uma decisão do gestor, seja municipal ou estadual de entender que aquele órgão é
1736 importante, por que se ele não tiver esse entendimento ele não vai viabilizar a
1737 condição dos conselheiros de participar sempre, seja na sede ou fora dela, porque o
1738 conselheiro principalmente da sociedade civil não vai desembolsar recurso próprio
1739 para poder participar, e o conselheiro governamental da mesma forma. Os gestores
1740 municipais tem que entender que o conselho vai além de prestar contas. A ele tem que
1741 ser garantido a participação. Por isso é que quando é percebida a falta de apoio seja
1742 da SEDESE ou do gestor municipal, é muito mais fácil, pois se ele não der condições
1743 dele participar, ele não vai participar. Quem promove as plenárias e cria condições
1744 para elas é o gestor. São estes os conselhos. Está fraco pode ter certeza que a gestão
1745 também está fraca, é aquilo que também foi colocado em retrato. A gestão tem medo,
1746 medo de em que vai dar o fórum. ANÁLIA – O que eu disse foi em relação ao que
1747 mais foi dito, que foi a mudança de gestão. Especificação das incidências e
1748 dificuldades, mudança de gestão. Se a gestão é forte certamente o conselho é mais
1749 forte. Está inscrita Fátima. FÁTIMA – Eu gostaria de propor uma questão em relação
1750 ao financiamento das URCMAS, falta o financiamento para as pessoas participarem.
1751 Gostaria de ver a possibilidade da com as URCMAS das verbas das usinas também
1752 custear as ações das URCMAS poderia ser um avanço. Geralmente não há orçamento
1753 nas prefeituras para garantir esta articulação financeira. Estou sugerindo então que
1754 este financiamento. Eu gostaria de saber se este kit vai ser elaborado pela SEDESE, e
1755 quando vai começar esta distribuição. Tem algum prazo? ANÁLIA – Com relação ao
1756 financiamento, não parece ser esta a questão. Quando você conversa com os
1757 conselheiros, parece ser algo. Além disso, é uma questão de gestão mesmo. Nós
1758 estamos aprendendo a lidar com estes recursos que vem do GE, do GDSUAS, e tem
1759 recursos que podem ser aplicados e tem muitos municípios com recursos nas contas,
1760 a questão do recurso não parece ser isso. Parece ser muito mais forte a questão de
1761 envolvimento e compromisso. De vestir a camisa da assistência social, que é
1762 necessário você participar. Agora esta inscrita Edma. EDMA – É o que você falou. A
1763 questão que eu acho seria, primeiro, os conselhos são novos, os gestores são novos,

1764 então a maioria dos gestores governamentais são novos, os conselhos não fizeram
1765 planejamento e o problema maior é este, e o GDSUAS não está sendo gasto porque
1766 eles não sabem que no mínimo 3% deste recurso é garantido para o desenvolvimento
1767 do conselho. Eu acho que o nosso conselho, este conselho tem que pensar em uma
1768 maneira de orientar estes conselhos no mínimo que seja para que eles tomem
1769 conhecimento. CONSOLAÇÃO – Primeiro na questão da mudança de gestão, é lógico
1770 que vamos ter este problema, porque o conselho é paritário, e na hora que muda eu
1771 tenho uma indicação governamental, e muitas vezes falta alguma capacitação e as
1772 pessoas ficam esperando, porque tem um tempo para isso. O conselho não pode
1773 funcionar apenas com a sociedade civil. É claro que tem um tempo e não pode
1774 demorar muito, mas nós temos que ter o cuidado de dar as explicações e capacitação.
1775 A respeito do kit é responsabilidade da secretaria executiva do CEAS e já estamos
1776 montando esse material. E a proposta é que na próxima reunião vá um conselheiro
1777 junto com um técnico, para auxiliar inclusive na identificação de documentos que
1778 venham dos conselhos municipais e fazer esse planejamento juntos. Então o que
1779 queremos é trabalhar junto ao COGEMAS e falar deste fortalecimento que ele existe.
1780 E a outra questão do financiamento, novamente na sensibilização, e priorização do
1781 próprio conselho, porque o conselho quando delibera ele tem que priorizar qual o
1782 gasto será dele. Ele tem que priorizar. É por isso também que na proposta fala, não
1783 precisa fazer reuniões mensais, então a proposta é - temos momentos importantes no
1784 estado, momentos de uma LO de orçamento, de planejamento do início do ano, então
1785 que estas reuniões aconteçam de 3 a 4 meses, que é mais possível do conselho
1786 estadual esteja apoiando e os municípios estarem presentes. ANÁLIA – Está Claro!
1787 Ami. AMI – esta questão do fortalecimento das URCMAS passa primeiro pela questão
1788 do fortalecimento dos conselhos municipais, eu tive a oportunidade de andar com o
1789 Geraldo em Minas Gerais a gente percebe que os conselhos municipais não
1790 funcionam, a gente pensar em URCMAS mas temos primeiro os conselhos municipais.
1791 E no processo de eleição dos conselhos municipais, é renovado todo quadro de uma
1792 só vez. A gente deveria pensar em um processo de renovação por partes, pois as
1793 pessoas com experiência poderiam ficar e colaborar com os novos. Eu acho que a
1794 mudança total deveria ser pensada na legislação. Outra questão é o apoio do CEAS,
1795 eu acho que o apoio do CEAS vai acontecer só a partir de outubro, nós todos aqui
1796 vamos sair, então este material deve ficar na secretaria executiva e os próximos
1797 conselheiros aí sim retomarem. E por fim, vamos criar cultura de URCAM, não existe
1798 esta cultura, eu sei porque visitei o estado de Minas Gerais no ano passado e
1799 verificamos que não existe esta cultura, porque os conselhos municipais também não

1800 funcionam. ANÁLIA – Só lembrando que nas conferências regionais é proposto que se
1801 faça uma palestra sobre as URCMAS. Então precisamos estar preparados para isso.
1802 AMI – Mas só isso não é suficiente, concordo que deve haver a palestra, porém só
1803 isso não é suficiente. E devemos estudar uma proposta de fortalecimento, e acho que
1804 o retorno para discutirmos isso firmemente será só quando o novo conselho tomar
1805 posse, para darem continuidade ao processo. ANÁLIA – Só reforçando que as
1806 palestras nas pré-conferências são para reforçar e firmar o canal de informação junto
1807 ao CEAS, o que podemos contribuir para fortalecimento dos conselhos municipais
1808 através das URCMAS. Está inscrito Sérgio. SÉRGIO – Boa tarde, eu represento a
1809 federação das APAEs, quando eu vejo essa discussão das URCMAS, o que não está
1810 claro, e o que a Consolação fala que o gestor diz ser desperdício de dinheiro público, é
1811 porque a gente, dentro da democratização do Brasil, a gente trabalha com um
1812 municipalismo muito grande, e tudo começa na importância de entendermos a questão
1813 da regionalização, eu acho que o gestor não entende de políticas públicas. Eu acho
1814 que nem nós entendemos de políticas públicas. E acho que antes de você discutir o
1815 instrumento que é a URCMAS você tem que discutir a importância de regionalizar as
1816 políticas públicas. Esta é a discussão que eu gostaria de estar trazendo. ANÁLIA –
1817 Está inscrito o Marcelo. MARCELO – Só para encerrar a discussão. Existem 2 pontos
1818 que eu pautei, que é a questão do IGD, quando a Edna trata deste tema, só
1819 lembrando que o IGD ele não dá para nada, em alguns municípios, o que temos que
1820 defender é o apoio logístico que a gestão tem que dar para o funcionamento dos
1821 conselhos, como co financiamento por parte dele e no que diz respeito a fala do Amir,
1822 em nossa reunião nós já pontuamos que iremos nas URCMAS que estão com
1823 dificuldades, que é Poços de Caldas, Patos de Minas e Governador Valadares. Ou
1824 seja o conselho não poderá parar em face à eleição que ocorrerá em outubro.
1825 ROBERTA – Eu só queria empossar o que o Marcelo falou. Toda vez que discutimos
1826 sobre URCMAS a gente fala de conselho estadual, é daqui para lá. Ate a palestra
1827 nossa já está pronta. E quando ele diz vamos discutir do ponto de vista regional, o que
1828 estes municípios estão entendendo do ponto de vista do controle social regional é a
1829 gente ir aberto a qualquer possibilidade e nenhuma questão proposta daqui isso nunca
1830 fizemos. Pelo contrário estruturamos as questões deliberamos essas questões e
1831 partimos para essas discussão. Do ponto de vista que o Sérgio coloca é fazer essa
1832 pergunta quais são as possibilidades de serviços regionalizados porque não perguntar
1833 de que forma trabalhar o controle social de forma regionalizada. Até para entender se
1834 isso que estamos chamando de URCMAS é aquilo que eles querem. Porque talvez a
1835 falta de legitimidade disso valerá, porque talvez é um grupo menor. Vale a pena

1836 pensarmos isso porque estamos trabalhando com essa estratégia de URCMAS é a
1837 bastante tempo e se fizermos a fotografia que estava lá e a que está hoje não
1838 diferente e temos que ver onde erramos pois fazemos o discursos que somos
1839 extremamente democráticos e o que estamos chamando de democracia e de
1840 discussão democrática. ANDRÉ – Gostei da sua fala Roberta e muito vou
1841 complementar na minha angustia em relação a isso o que o Sérgio disse contempla o
1842 anseio o gestor não tem muito interesse essa questão de dá apoio logístico
1843 percebemos que essa regionalização é para o bem deles. Esse trabalho existe uma
1844 cultura e vou discordar do Amim, existe uma cultura discordando quando você
1845 apresenta é dificuldade que este conselho vai se renovar, agora existe essa cultura de
1846 que somos novos acabei de assumir não temos experiência. Isso perdura a vinte anos
1847 no órgão gestor no conselho, nas conferencias, nós estamos presenciando pessoas
1848 da equipe organizadora de que uma pessoa participou de conferencia como
1849 assistente. Olha bem faz um diagnóstico de conferencia, agora faz um diagnóstico de
1850 URCMAS, agora todos envolvidos no processo são novos, precisa de capacitação,
1851 bom isso estou ouvindo a 10 anos que desde 2003 participo de conferencia estou em
1852 atividade e tenho dificuldade de convencer e mostrar para as pessoas no grupo na
1853 assistência e no gestor essa habilidade de perceber que não dá mais para dá essa
1854 desculpa de que não estamos preparados, acabamos de assumir. A cada dois anos
1855 muda tudo, a cada 4 anos muda sim, tem gestor que passa por 4 usuários que está na
1856 frente da secretaria tem município que tem dois gestor ou mais, então se formos
1857 pontuar essa cultura não vamos chegar a lugar nenhum. Que seja feito esse caderno a
1858 essa orientação, a secretaria executiva não é passageira tem um tempo que está
1859 discutindo, independente de estamos aqui ou não e informar para que continue a ser
1860 feito. Existe um conselho e estou contribuindo com ele hoje. Amanha não tem que ter
1861 prejuízo pela minha ausência ou de alguém, ele tem que continuar o órgão gestor do
1862 lado mas independente hoje de ser qualquer um de nós, precisamos ter a consciência
1863 de continuar. Mas percebo que aqui também é complicado. Não é que não temos
1864 experiência precisamos de ter o sentimento de que tem que continuar. A URCMA
1865 precisa continuar. Hoje sou conselheiro e tenho dificuldades na minha região. Aqui no
1866 conselho temos pessoas acabando de assumir, assim vai perdurar as nossas
1867 dificuldades. Nosso eixo regionalizar significa mostrar não só as fragilidades mas o
1868 potencial. Ele não está fazendo juz dessa questão da regionalização ta ficando muito
1869 papel muita coisa pra se fazer, mas a parte pratica falta coisa concreta. ANÁLIA – ok,
1870 ta bom então foi enriquecedora essa conversa em torno desse assunto e isso me fez
1871 lembrar e informar com pesar a todos os conselheiros deveria ter feito isso no inicio da

1872 reunião que nós perdemos a gestora de Cristais em um acidente na Fernão Dias ela a
1873 Filha e Esposo, ela participava no pólo de capacitação em Campo Belo e ai o
1874 município ficou descoberto de muitas informações e isso ficou pesaroso para nós. É
1875 uma assistente social muito atuante. É então finalizando essa pauta das URCMAS
1876 quero lembrar que na pauta anterior tem um convite do município de contagem, estão
1877 dizendo ao CEAS que na resolução 02/13 que trata o edital de convocação da 9º
1878 conferencia do município de contagem eles colocaram que faz parte dos delegados 2
1879 conselheiros do CEAS então trago o assunto se realmente é devido se nós devemos
1880 levar eles colocaram na resolução que dois delegados seriam indicados pelo CEAS
1881 então avaliar se isso é. O Volney já vai participar. ROBERTA – acho que temos que
1882 responder e liberar essas duas vagas porque no meu entendimento o CEAS não pode
1883 ocupar duas vagas de delegados de uma discussão que é municipal nós estamos
1884 prejudicando o município. Na condição de delegado o CEAS não pode participar e é
1885 uma discussão local e encaminhar dizendo que já vai o conselheiro X como
1886 palestrante. ANÁLIA – então será. Temos que votar? É uma questão de
1887 esclarecimento. O Marcelo precisa sair e eu passo pra ele a informação que ele pediu.
1888 MARCELO – é nós temos aquela pauta que eu solicitei no inicio veio da secretaria
1889 executiva. Como foi uma demanda que chegou e não deu tempo de passar pra
1890 constar na ata da pauta. Chegou um e-mail como o seguinte teor. “Olá as conferencias
1891 devem ser realizadas em breve caso tenham interesse podemos auxiliá-lo no
1892 organização, envio de relatórios, ligue pra gente e solicite a visita no seu município”
1893 Atenciosamente, Eric Dias secretaria de assitencia social Itamaraty de Minas Gerais –
1894 MG. Esse é o e-mail o e-mail que utiliza não tem não. ai anexo a este documento veio
1895 isso aqui. Assessoria social organização execução e finalização das conferencias
1896 municipais. Objetivo prestar serviço ao município em especial ao de assitencia social
1897 para atuar nas três fases da conferencia municipais tais como elaboração execução
1898 envio de relatórios, discussão pela comunidade envolvendo a rede social como um
1899 todo ampliando a discussão democrática. Muito bom! Gestão municipal do SUAS
1900 secretario, coordenar de serviços. Etapa 1 duas visitas ao município para organização
1901 dos trabalhos etapa 2 uma visita ao município para organização da conferencia
1902 incluindo palestra condução dos trabalhos. Item 3 uma visita ao município para
1903 avaliação dos trabalhos preenchimento de documentos e envio aos órgãos
1904 competentes duração desse trabalho 4 visitas investimentos a combinar ai vem o
1905 nome do representante dessa assessoria e eles utilizam como e-mail o e-mail
1906 institucional do município Itamaraty de Minas então está aqui para discussão.
1907 ROBERTA – eu queria só porque as vezes os conselheiros não sabem nós já tivemos

1908 esse mesmo tipo de problema é funcionário da SEDESE que é pior ainda. A minha
1909 sugestão é que encaminhasse para a prefeitura de Itamarati e para a câmara
1910 denunciando a situação porque quem pode puder é apenas a prefeitura porque do
1911 ponto de vista da consultoria particular isso é livre é até bom que a assistência esteja
1912 no mercado daí a qualidade quem contrata é que vai ver, para a política de assitencia
1913 pra ser oferecer no mercado de consultoria é um nicho de trabalho, agora como
1914 prefeitura ela não pode usar e-mail institucional e a prefeitura deva saber qual o
1915 horário que a pessoa está fazendo isso. Se estiver no horário de serviço cabe a
1916 prefeitura cotar o ponto e fazer as medidas cabíveis. A minha sugestão é encaminhar
1917 para tomada de providencias no sentido da servidora e da utilização do e-mail
1918 institucional. ANÁLIA – ok todos de acordo acho que é o melhor encaminhamento.
1919 Podemos passar para outro ponto de pauta agora as comissões vamos começar pela
1920 comissão de apoio Geraldo. GERALDO – ok pessoal na comissão foram feitas várias
1921 discussões e uma delas a ser trazido a este plenário é o ofício de n. 057 do município
1922 de Prata no triangulo, que responde o ofício circular do CEAS que diz respeito da
1923 implantação do site da não demonstração de implantação do CREAS informa que
1924 devolveu o recurso no valor de R\$40.000 então foi verificado o documento do
1925 município da dificuldade de utilização da contrapartida da implantação do CREAS ele
1926 devolveu e mandou anexo o comprovante de devolução, pra proceder qualquer tipo de
1927 encaminhamento é necessário maiores informações que não instalaram o CREAS por
1928 analogia levantou-se a necessidade de obter informações com relação ao CRAS então
1929 qual o encaminhamento. Solicitar à SEDESE que nos forneça qual a estatística que
1930 tem de verba federal recebida e qual a utilização com a contrapartida do município
1931 para instalação de CREAS e CRAS, visando podermos contribuir com o CNAS no
1932 sentido que Minas Gerais representa 15% dos municípios brasileiros e MG se tem
1933 esse problema e que na pratica ele existe com vários programas não só com CREAS
1934 e CRAS, existe muito município que está com verba para gastar, para devolver e não
1935 gasta porque não tem a contrapartida essa é a situação porque se tem uma outra
1936 implicação que é a Lei de responsabilidade fiscal sendo assim se tivermos um retrato
1937 mais apurado e pedirmos a SEDESE, mais informações para darmos ao CNAS
1938 resposta com relação a esses programas ou uma melhor maneira de pensarmos
1939 nestes programas, pois está sendo pensado de cima pra baixo não levando em
1940 consideração quem detém as popularidades inerentes a cada um dos municípios.
1941 ROBERTA – na verdade eu não entendi a indagação, repasses de recursos de fundo
1942 nacional para fundo estadual é transferência de fundo a fundo sem contrapartida não
1943 existe contrapartida nisso ai. É ai por exemplo precisamos saber mais informações se

1944 é construção de CRAS e de CREAS se for para implantar serviço não tem
1945 contrapartida porque financiamento transferência fundo a fundo não tem contrapartida.
1946 Precisamos saber do ponto de vista, uma coisa, já adianto, a SEDESE no sistema
1947 nacional de fundo nós não temos a informação de devolução para o fundo nacional.
1948 Nós só temos informação de devolução do FEAS, do fundo nacional somente eles tem
1949 essa informação. GERALDO – a contrapartida discutida foi à seguinte, do valor que
1950 veio da união, mas sim da instalação. O município diz “eu não tenho dinheiro e não
1951 quero fazer o CREAS”. GERALDO – de união de regional de conselhos municipais de
1952 assistência social, nós tivemos o conselho municipal de Santo Antonio do Retiro que
1953 solicita anuência do CEAS para deixar de integrar a URCMAS de Montes Claros para
1954 passar a integrar a URCMAS de Salinas tendo em vista a distância geográfica, este
1955 conselho conforme plenária deliberada em capacitação leva em conta que o conselho
1956 municipal leva ao conselho estadual da SEDESE fato da experiência já passada por
1957 esse conselho. A gente sabe como funciona as URCMAS em regionais, tentamos
1958 fazer a distancia em regionais, mas ainda sim isso prejudica a participação. Porque a
1959 participação é de um dia você sai pela manhã e volta à tarde tem gente que tem que
1960 sair de madrugada e voltar à noite. O André tem isso lá na região dele. Então quer
1961 dizer eles pedem anuência do CEAS para eles saírem de Montes Claros e ir para
1962 Noroeste no nosso entendimento não há nenhum o importante é eles discutirem
1963 questões regionais, muito embora fica ai entre aspas um certo prejuízo às
1964 peculiaridades inerentes à região norte que não vai ser a mesma da região noroeste
1965 necessariamente mas de qualquer maneira nós trouxemos diz respeito conforme a
1966 apresentação feita pelo Marcelo e cita a comissão conforme definido por esse
1967 conselho, registro porque não há vinculação de conselho a URCMAS, porque a
1968 URCMAS regional. Então enviar um ofício ao presidente do conselho de Santo Antonio
1969 do Retiro informando da liberdade para sua vinculação. Se tiver posição diferente
1970 estamos abertos nesse quesito se não a comissão dá por encerrado a apresentação
1971 dos nossos trabalhos sem outras deliberações. ANÁLIA – Ami. AMI – eu estive na
1972 semana passada com o presidente do SINPRO – sindicato dos professores e por
1973 coincidência ele é vereador em BH, encaminhou um trabalho com a PUC no
1974 levantamento da população nos CRAS e assim disse ele, me mostrou esse documento
1975 e a participação é a pior possível e que ele vai levar esse assunto mais pra frente.
1976 Então eu gostaria, não sei se seria pertinente ao conselho estadual de tomar
1977 conhecimento dessa pesquisa é eu passo o cartão que ele me deu pra Consolação
1978 quem sabe fazer um contato com esse senhor, porque ele tem uma visão meio louca
1979 sobre a participação sobre a assistência social no Brasil, e sobre educação também,

1980 então eu gostaria, recomendaria ao conselho que conversasse com esse senhor,
1981 porque ele tem uma influência, ele é presidente do sindicato dos professores do
1982 Estado de Minas Gerais, o cara que tem uma influência. Saber dessa pesquisa, qual
1983 foi o processo a metodologia dessa pesquisa, etc e tal. CONSOLAÇÃO – Amim eu
1984 entendo que eu não tenho o que fazer em relação a isso em relação à pesquisa por
1985 exemplo, se ele divulgar uma pesquisa e chegar no conselho este é o fluxo interno,
1986 divulgar e vem em que matéria seria pertinente uma análise ou não, porque chegar
1987 qualquer documento e mexer. Agora essa busca de documento seria um objetivo
1988 muito específico, entendeu! Assim, pra que, quê eu vou fazer um contato com ele
1989 nesse momento, ou talvez. AMI – se houver interesse do conselho estadual de
1990 assistência social de saber o funcionamento dos CRAS no Estado de Minas Gerais, se
1991 ainda há interesse de saber busque a pesquisa se não há interesse deixe como está.
1992 Eu só estou dando uma informação. Existe esse trabalho ele me mostrou em parte
1993 esse trabalho. Agora se o conselho entender que há interesse em saber sobre essa
1994 pesquisa que foi instrumentalizada e foi apoiada por uma universidade, em Minas
1995 Gerais. Se houver interesse em saber, se não deixa publicar depois. É só uma
1996 informação que estou passando. ANÁLIA – Amim, a pesquisa é sobre os CRAS e as
1997 Entidades, também não? (falas ao fundo). A rede não? ROBERTA – eu acho que a
1998 colocação do conselheiro ele ainda mais que está falando que é de universidade, a
1999 minha sugestão conselheiro é que você mande, pois deva haver um link que
2000 possamos acessar. A minha sugestão é que você (falas ao fundo). ANÁLIA – a
2001 colocação do conselheiro deixa muito claro a preocupação do presidente do sindicato
2002 de educação SINPRO-MG, Gilson ele é está fazendo uma divulgação de algo que não
2003 seja real. Inclusive assim depondo contra a assistência social, depondo contra a rede
2004 de serviços de assistência social, uma vez que ele nega isso, ele propõe que
2005 assistente social seja efetivada através do governo diretamente, que não haja
2006 parcerias que as entendidas são é só fantasia. É uma fala muito séria, acho que o
2007 conselho tem que fazer um contato diretamente com ele, conhecer essa pesquisa e
2008 ver a seriedade deste trabalho. (falas ao fundo) ok. ROBERTA – a minha sugestão. É
2009 só pra institucionalizar a coisa. Ai eu não, pode ser Consolação fazer o contato. Tem
2010 que buscar informação sobre isso e se for o caso a própria presidente, às vezes até
2011 por ofício. Nós tomamos conhecimento desta pesquisa e chama ele para apresentar
2012 na plenária. Entendeu! AMI – de qualquer forma. ROBERTA – porque quando você
2013 coloca conselheira assim, há se este conselho. Você faz parte deste conselho. Você
2014 teve um papel importantíssimo. Você participou disto, teve a informação e está
2015 trazendo. Agora acho que a Secretaria Executiva vai buscar mais informações, colocar

2016 a presidente em contato e dizer, nós ficamos sabendo disso, pode preservar o nome
2017 do conselho e gostaríamos de saber melhor e debater com ele. AMI – na verdade
2018 pesquisa é uma coisa publica. Eu queria dá outra sugestão porque eu e o Márcio
2019 fazemos parte de uma fórum com a Puc Minas, então antes da próxima plenária do
2020 CEAS teremos uma reunião do Fórum e vou perguntar a professora Monica Abranges
2021 se ela conhece a pesquisa ela é Pró Reitora de Extensão, se existe alguma pesquisa
2022 nesse sentido e ai trazemos para conhecer. ANÁLIA – ok, isso é muito importante.
2023 Demonstra o compromisso do conselheiro Amim. Muito bacana! Voltando. ROBERTA
2024 – só para não ficarmos com pré conceito. Precisamos conhecer a pesquisa e ele pode
2025 mostrar questões para nós que estamos muito cegos. Ainda mais ele dizendo que foi
2026 feito por uma universidade. Nós temos que no mínimo dá direito à duvida e ter respeito
2027 por um trabalho acadêmico. E é um conteúdo para este conselho debater. Agora o que
2028 fica confortável para nós é dizer que ficamos sabemos da pesquisa para este conselho
2029 é importantíssimo saber e ter a escuta do ponto de vista universitário e estamos
2030 tranqüilo de saber que a universidade vai colocar o pé em cima disso. ANÁLIA – antes
2031 de passar para a próxima comissão, nós temos a proposta que é solicitar á SEDESE
2032 às informações. Ai nesse sentido de informações, quando dizemos que queremos
2033 saber quais os municípios que demonstraram a efetividade dos serviços e deram o
2034 aceite junto ao MDS, é porque muitas vezes ele não efetiva o serviço é porque o
2035 recurso ele ainda é pouco. Precisamos ter clareza disso, em momento de conferencia
2036 falando de trabalhadores do SUAS e pensamos assim um CRAS ser co-financiado
2037 com Nove mil reais para contratar 4 técnicos de nível superior, 4 de nível técnico o
2038 CRAS precisa de motorista para fazer visita, porque chega constantemente relatórios
2039 e listas do programa bolsa família para acompanhar as famílias em
2040 discondicionalidade, tem que ter alguém de serviços gerais, a estrutura então são
2041 muitas coisas. Com relação à vigilância sócio-assistencial, onde está o recurso? Que
2042 nós temos que fazer permanentemente, pelo piso não pode. O piso mineiro porque
2043 está atrelado ao serviço de proteção básica, media e alta complexidade. Os outros
2044 estão em bloco. Temos que ter clareza disso, porque são assuntos que surgem nas
2045 conferências municipais. E os recursos ainda é mínimo para efetivar o sistema único
2046 de assistência social. Então solicitamos para ter clareza e a SEDESE tem a
2047 informação os municípios têm a SEDESE ela que monitora o Estado que monitora.
2048 Então temos que demonstrar se implantou ou não o serviço que foi dado o aceite no
2049 termo que foi disponibilizado pelo MDS. ROBERTA – eu só estou entendendo na sua
2050 fala que você está encaminhando para votarmos essa questão não é isso? ANÁLIA –
2051 porque se veio pra cá a Consolação entende que temos que deliberar. ROBERTA – eu

2052 estou entendendo, eu estou dizendo que na sua fala você está dizendo assim, o que
2053 nós temos da proposta que veio da comissão, nós temos que deliberar em cima deste
2054 encaminhamento. ANÁLIA- exatamente. ROBERTA – ai você tentou fazer uma
2055 justificativa porque da não instalação não é isso? Eu queria dizer que tem isso sim,
2056 agora acho que a comissão foi muito feliz ao solicitar esse painel, o que foi colocado
2057 para ser aceito, porque não foi aceito, quais são os motivos porque não foi aceito,
2058 porque isso é papel desse conselho conhecer os motivos. Tem haver com o que você
2059 falou, mas por outro lado um número significativo que depende de decisão política.
2060 Nós temos um problema que é estruturante no SUAS, prova disso que estamos
2061 discutindo financiamento na conferencia. Esta é a pauta. O financiamento ainda está a
2062 quem em todos os aspectos e tem hora que nem é o financiamento, porque temos
2063 saldo na conta. A nossa discussão não pode passar só pela não falta do dinheiro, mas
2064 temos problema que além de não ter o dinheiro, ainda não temos a capacidade
2065 operacional para gastar. Então saber que estamos apostando os dois equipamentos
2066 públicos que são importantes para o SUAS e esse conselho reconhecimento de que
2067 abrir o aporte de financiamento do governo federal e outros municípios do Estado de
2068 Minas Gerais, porque que não aderiram, dos que aderiram porque que não
2069 implantaram isso é importante para ser debatido do ponto de vista do controle social,
2070 não só do conselho mas da comissão de política. Na comissão de política este debate
2071 tem que fazer parte, pois para o apoio aos conselhos municipais quando entra este é
2072 um assunto. Porque ao fim a cabo a população está descoberta disso ai.
2073 INTERLOCUTORA – complementando o que a Roberta disse a questão é só do
2074 financiamento bem como do co-financiamento, mas tem a parte do município, e
2075 entendo que está a quem, pois deveria ser uma questão de gestão, pois quando se
2076 sabe dos saldos tem o problema da gestão, mas eu acho também que solicitar esse
2077 quadro pra SEDESE é importante para discutir e entender mais este cenário, se é
2078 questão de falta de dinheiro, se é questão de incapacidade administrativa ou outras
2079 questão que possam aparecer. A SEDESE faz o quadro e é interessante pra discutir e
2080 ter mais dados para entender melhor este cenário. A SEDESE faz o acompanhamento
2081 das expansões e eu queria sugerir que são várias expansões que no caso o governo
2082 federal e colocar os anos que o conselho gostaria de obter a informação, pois é
2083 acompanhado pelo ano da expansão. E quais informações que o conselho gostaria
2084 para facilitar. Temos os dados e qual o direcionamento mais claro. ANÁLIA – você
2085 teria sugestão a partir de 2010? Por exemplo. INTERLOCUTORA – Não está na minha
2086 superintendência. Temos acompanhamento desde 2009 e agora em 2013 abri uma
2087 nova. Então geralmente o acompanhamento que fazemos é para os municípios que

2088 foram elegíveis e qual o envio da adesão para implantação do serviço. E quando ele
2089 comprova a implantação do serviço a gente monitora pelos indicadores do IDCRAS
2090 pra ver se todas as dimensões estão sendo contempladas, e muitas vezes a gente vê
2091 que o equipamento foi construído que essa questão do convenio se o dinheiro foi
2092 devolvido ou não isso é uma relação com fundo nacional e pode ter lá no meio do
2093 processo um acompanhamento se ta ou não funcionando de acordo com o IDCRAS.
2094 INTERLOCUTORA – CEAS já foi contemplado, e o Geraldo já esta inscrito. Com
2095 relação ao período eu acho que 2012 é pouco, porque o que saiu da expansão em
2096 2012 e para efetivar em 2013 esta muito próxima. E em 2012 a gente teve a questão
2097 do ano eleitoral, então talvez a gente teria que pegar pelo menos uns dois anos
2098 anteriores, 10, 11. GERALDO – Eu não quero polemizar, e entrar em detalhes, mas eu
2099 acho que a Roberta quando trouxe essa fala dela é importantíssimo nos conselheiros
2100 determos isso para fazer as discussões nos municípios, porque nas conferencias irão
2101 aparecer. Porque esse debate tem duas situações diferentes, o Governo Federal
2102 aporta o recurso do município, ou seja, ele entra no nosso estado sem pedir licença,
2103 mas direto no município, depois o município devolve e o estado nem fica sabendo.
2104 Esta entrando na minha casa e dando ordem para a minha mulher, então que historia
2105 que é essa? Nós precisamos descobrir isso, porque? E ae não é meramente está
2106 contra ou a favor, é a gente entender controle social, no momento instrumental que
2107 chama CREAS e ai desculpa Isabela, pra nos tem uma importância fundamental,
2108 como é o modelo pensado e desenhado por nos CREAS que ele vai funcionar, sem
2109 contar que o CRAS em pleno funcionamento? Não vai acontecer com isso a gente
2110 extrapolou por CRAS e alias através do IDCRAS a gente esta sabendo se esta
2111 funcionando ou não. Mas acho que é primordial a gente ter essa experiência porque
2112 como eu falei antes, nos somos a maior parte dos municípios deste país, nos temos
2113 efetiva contribuição para dar e eles lá não estão fazendo com recurso do tesouro eles
2114 estão fazendo com o nosso dinheiro público. Então se estiver brincando com o
2115 dinheiro nos temos que avançar e fazer a incursão disso ai, e isso tem que ser
2116 pensado. INTERLOCUTORA – Então só o que foi acrescentado aqui, que a partir do
2117 ano de 2010 e que ser apresentado também a comissão politica. E então podemos
2118 considerar fechado? INTERLOCUTORA – Isabela quanto tempo vocês acham que
2119 levam para fazer esse retrato? So pra gente saber se na próxima plenária a gente,
2120 porque como o Geraldo colocou isso na perspectiva de conferencia, entendeu? Você
2121 acha que na próxima? ISABELA – Então eu acho que na próxima plenária da pra
2122 trazer, mas é isso que eu estou te falando, eu não posso te dar certeza porque é la na
2123 SAS, com esse retrato já é um acompanhamento que a gente já faz, um retrato do que

2124 já implantou, se aderiu ou não aderiu, isso a gente tem. Agora esse diagnóstico se for
2125 mais aprofundado, aí pode ser que demore mais tempo, entendeu? Mas esse retrato
2126 com certeza eu já tenho. INTERLOCUTORA – É então agora podemos passar para a
2127 comissão política, quem é que vai fazer? Volney. VOLNEY – Bom na comissão de
2128 política estiveram presentes o Marcelo, a Maria de Fátima Bergamini, a Ethiara e
2129 Euler, a gente sentiu falta da Isabela, da Edir, do Júlio Cesar, e da Roberta. ISABELA
2130 – Posso fazer uma consideração? Eu não vim porque ainda tinha tomado posse.
2131 VOLNEY – Bom recebimento do ofício da CEDESE chega a estar encaminhando
2132 ofício/2013 e com a resolução 04.2013 que dispõe sobre o regimento interno, a
2133 referência legal é a lei federal 8742/93 e a resolução 33/12 do CNAS, tratativa técnica
2134 esclarecer somente para conhecimento o texto do novo regimento interno, ele foi
2135 calculado em função dos artigos 136 e 137, aprovada através da resolução 33/12 do
2136 CNAS, onde temos alterações quanto a sua compreensão ao artigo 136 e
2137 competências o artigo 137. O Marcelo Armando ele participou dessas discussões
2138 depois da reunião da CEBE então o encaminhamento Gerado para a deliberação
2139 plenária, no parágrafo 5 do artigo segundo dessa redução 4.13 consta o seguinte a
2140 CEBE definira em regimento interno o core mínimo e encaminhar para sugestão como
2141 essa normativa já é o próprio regimento interno, seria melhor já mencionar o número
2142 de core mínimo, ok? Não estava definido, aprovado? INTERLOCUTORA – Aprovado.
2143 VOLNEY – Ponto dois. INTERLOCUTORA – Porque é um regimento, eu sei que é no
2144 sentido de contribuir é o regimento interno da CIA, aí falando aqui, você participa
2145 também. A gente poderia fazer isso sem ter que oficializar isso, há foi visto porque
2146 pode ter erro na hora, acho que não demanda um ofício, entendeu? É nessa
2147 contribuição, tudo bem foi visto lá a gente pode, a Anália está aqui, e a própria Juanita
2148 a gente coloca para ela. INTERLOCUTORA – Gente veja bem, a gente não pode fazer
2149 nada a CIB não delibera ela pactua, então a CIB tem que ter fórum próprio nisso não,
2150 entendeu? A CIB tem fórum mínimo não, isso é pactuação. INTERLOCUTOR – Ok,
2151 mas por que colocou um número mínimo dos participantes lá, é aceito essa
2152 participação? INTERLOCUTORA – Não, porque veja bem, as reuniões da CEBE são
2153 bem diferentes do conselho, primeira coisa que esse conselho precisa entender, outra
2154 coisa, esse conselho não pode inferir numa regulação da CIB, então em hipótese
2155 alguma a gente pode mandar qualquer coisa pra lá, principalmente para o ponto de
2156 vista do regimento interno. Porque pela norma é muito claro, competência de uma e
2157 competência de outro. Segunda questão, quando a CIB quando faz reunião ela só faz
2158 reunião se ela tem certeza de 100% do acento do município e do estado, entendeu?
2159 Então por exemplo, se três pessoas do município disserem que não vem a CIB vai

2160 marcando a data ate que todo mundo esteja presente, porque se discute questões de
2161 gestão e pactua então não tem que ter fórum pra deliberar porque o campo de
2162 deliberação esta aqui, tanto que ela pactuar uma coisa lá e chegar aqui e não ser
2163 deliberado, porque a deliberação esta aqui dentro, não esta na CIB, por isso que não
2164 precisa de fórum mínimo para essa discussão de colocar isso no regimento interno,
2165 porque essa coisa é bem consensuada, igual a CIT, a CIT também por exemplo, ela
2166 não realiza reunião se não tiver representante dos três entes federados a mesma
2167 coisa a CIB, se não tiver representante dos dois entes federados ela não pode existir,
2168 então não tem essa coisa de fórum mínimo pra isso não. INTERLOCUTORA – Então
2169 gente, a CIB ela funciona realmente dessa forma, e que eu estou entendendo aqui que
2170 ela mandou para conhecimento, ela encaminhou o regimento para conhecimento do
2171 CEAS, né? Mas de informação, o mais importante é que o CEAS conhece o regimento
2172 da CIB, a Edma está aqui que é a nossa secretária executiva e pode fazer uso da
2173 palavra. EDMA – Gente eu so para deixar claro, quando a gente faz a convocação a
2174 Joanita como coordenadora e ai como uma das funções da diretoria é secretaria a
2175 CIB, nos ligamos para todos os secretários municípios que compõe a CIB para garantir
2176 se vem ou não, tá? Então da SEDESE é fácil porque a gente esta ali dentro, porque
2177 são seis representantes da SEDESE e seis do COGEMAS, agora é com seus
2178 respectivos suplentes, então a gente liga para todos eles, confirma a presença e a
2179 gente nota que isso não é nada, que não tem 50% da presença das pessoas, mais um
2180 se o titular não vem a gente entra em contato com o suplente, muitas vezes o titular
2181 ajuda a gente, tá, e o suplente é comunicado e tal. Então essa questão de core é o
2182 que a Roberta falou, na CIB é uma coisa irrelevante, porque sempre tem se não tem
2183 não tem reunião a gente cancela antes. INTERLOCUTORA – E para aqueles que não
2184 estão lembrados, a mudança que teve na composição é que antes eram três do
2185 estado e seis dos municípios e hoje são seis e seis. ETHIARA – É so porque a
2186 comissão é so para pontuar mesmo, acho que a gente nem falou em oficio não, so
2187 mesmo porque lá estava falando, que ia ser instituído em regimento interno sendo que
2188 já é o regimento interno, era so por isso então, de toda a forma teve que mudar a
2189 forma de dizer. VOLNEY – Então não tem que ser deliberado nada.
2190 INTERLOCUTORA – Não tem que ser deliberado nada, so para conhecimento
2191 mesmo. VOLNEY – Ponto dois, e-mail recebido da superintendência da regional do
2192 trabalho emprego, encaminhando consolidado dos trabalhos do Encontro da Região
2193 Sudeste sobre Trabalho Infantil, realizado em 13/06/2013 vem com informações sobra
2194 a 3ª Conferencia Global sobre Trabalho Infantil, há se realizar nos dias 08 e 10 de
2195 outubro de 2013 em Brasília. O consolidado ele dispõe sobre diversas recomendações

2196 quanto à erradicação do trabalho infantil em diversas áreas, tais como domésticas
2197 empreendimentos familiares no meio rural, empreendimentos familiares no meio
2198 urbano, empreendimentos de cabeças produtivas, nossa sugestão é encaminhar esse
2199 material para todos os conselheiros do CEAS, aos conselhos municipais de
2200 assistência social e ao cedica, e ainda solicitar a superintendência regional a
2201 possibilidade de abertura de uma vaga para o CEAS participar como convidado, caso
2202 seja possível, poderiam ser os conselheiros João Ademar, ou Cristiano, pois esses
2203 mesmo já fazem parte junto ao cedida, do grupo de trabalho para tratar do plano
2204 estadual de promoção e proteção e defesa das crianças e adolescentes a convivência
2205 familiar, do estado de Minas Gerais. Então o nosso encaminhamento é para que todos
2206 tomem conhecimento, nesse relatório foi produzido esse encontro regional ok? E
2207 também para que os conselhos municipais tomem conhecimento também, ok? Ponto
2208 três. INTERLOCUTORA – Eu não sei se a gente vai ter tempo hábil de pedir vaga para
2209 a conferência de Brasília, veja bem, teve o encontro regional do sudeste, saiu
2210 delegado daqui, certamente, deve ser saído convidado também, e nos perdemos, se a
2211 discussão da região sudeste foi aqui eles devem ter preparado tudo para Brasília e
2212 agora nos vamos pedir para ir pra Brasília, nos não participamos da daqui.
2213 INTERLOCUTOR – Eu participei. INTERLOCUTORA – Você participou? Ah você foi o
2214 representante do CEAS, ah então beleza. FATIMA – Esclarece aqui, por favor, você
2215 participou, você viu lá na hora do regimento, na votação do regimento, você esta
2216 lembrado se saiu vaga para convidado? INTERLOCUTOR – Não me lembro desse
2217 detalhe. FÁTIMA – É fácil de articular se tem vaga, ou se não tem. VOLNEY – Item
2218 três, o ofício informando sobre a importância da participação do CEAS nas reuniões
2219 regionalizadas e que essa estratégia foi exitosa, encaminhar os relatórios das reuniões
2220 regionalizadas da CNAS com o CEAS, e CAS do Distrito Federal de 2013, o relatório
2221 ele trata de assuntos como objetivos dessas reuniões, pauta, metodologia,
2222 participação, sistematização das exonerações apresentadas pelos conselhos,
2223 resultados gerais das avaliações, e considerações gerais. Sugestão de publicar esse
2224 relatório no site do CEAS, bem como encaminhar para todos os conselheiros do CEAS
2225 e aos conselhos municipais de estado de assistência de comissão de apoio, afim de
2226 que os mesmos possam estar inteirados das discussões entre o CEAS e o Conselho
2227 Nacional de Assistência Social. Ok, aprovado este encaminhamento?
2228 INTERLOCUTORA – Ok pode passar. VOLNEY – Ponto quatro, e-mail de uma
2229 funcionária do município de Caratinga informando questões que afetam possíveis
2230 irregularidades, em relação à utilização de recursos do UGD a ausência de PPAS.
2231 Tratativa técnica, aliás referências legais a resolução 363/2011 do CEAS, tratativa

2232 técnica definido pela vice-diretora do CEAS, reunido em 12/07 pelo encaminhamento
2233 do ofício 174/13 solicitando ao conselho municipal de assistência de Caratinga
2234 esclarecimentos quanto aos fatos apresentados, foi aberto um processo conforme
2235 predisposto na resolução 13/2011 do CEAS. Sugestão - aguardar o retorno do CNAS
2236 de Caratinga para somente após avaliar quais as medidas o CEAS adotara, ainda
2237 solicitar a CEDESE informações sobre esse município quanto à utilização correta
2238 desses recursos do UGD. Aprovado? INTERLOCUTORA – Aprovado. VOLNEY –
2239 Ponto cinco, e-mail de Cristina do município de Três Marias informando diversas
2240 irregularidades, afeta a RH do CRAS, CREAS, PET e Piso Mineiro, data do
2241 recebimento 04/07/2013. Referencias legais - resolução 269/06 do CNAS e a
2242 resolução 3632011 do CEAS. Dos sete itens mencionados pela denunciante temos
2243 seis itens direcionados a competências do órgão gestor, centro de referencia vereador
2244 Arnaldo Passos Lacife, CRAS, CREAS, PET, Pro Jovem Adolescente e SMAS. Foi
2245 definido pela mesa diretora do CEAS que se reuniu em 12/07/2013 de encaminhar
2246 essas seis eventualidades a CEDESE solicitando providencias cabíveis. Direcionado
2247 ao Centro Nacional de Assistência Social, constando três funções quais sejam.
2248 Secretario executivo do CNAS é contratada pela lista do concurso municipal, cargo - a
2249 gente de assistência social estando em desacordo com as exigências do CNAS, a
2250 mesma não apresenta domínio sobre as atividades executadas. So que claro que ela
2251 precisa de capacitação. Nos não percebemos irregularidades, que dizer que ela
2252 denuncia que a moça não apresenta domínio sobre as atividades, o que ela precisa é
2253 ser capacitada. Realizada pelo CEAS uma consulta no SUAS, sobre as questões de
2254 secretaria executiva que é Viviane Aparecida da Silva e Carvalho, constando como
2255 servidora de cargo temporário e profissão Assistente Social, de acordo com o
2256 paragrafo segundo do artigo 123 da norma do SUAS temos - os conselhos serão
2257 dotados de secretaria executiva com profissional responsável de nível superior, ainda
2258 na norma RH temos no item 11 do inciso quarto, responsabilidades e atribuições dos
2259 gestores municipais os seguintes - realizar concurso publico para contratar e manter o
2260 quadro de pessoal necessário a execução de gestão do serviço sócio assistências,
2261 salienta-se que o nome do cargo da secretaria executiva não significa que a mesma
2262 não venha a ser assistente social e tão pouco desempenha essa função. O cargo vai
2263 de acordo com os critérios estabelecidos pelo edital do concurso publico, ainda não
2264 existem critérios, normativas, exigindo que o secretário executivo ou secretaria tenha
2265 cargo com nome especifico de assistência social, em relação ao denunciante ter
2266 mencionado que a secretaria executiva não apresenta domínio sobre as atividades
2267 executadas, o CEAS não pode julgar questões que afetam a experiência do

2268 profissional, mas pode orientar e sugerir que o CNAS realize capacitações visando o
2269 aprimoramento da sua secretaria executiva, sugestão de encaminhar correspondência
2270 ao CNAS, solicitando informações sobre a secretaria executiva e se a mesma detém
2271 cargo efetivo ou não, uma vez que no cabe SUAS consta como serviço temporário,
2272 bem como sugerir ao CNAS a realização de capacitação a fim de aprimorar o cargo de
2273 secretaria executiva. AP-ARTE, Associação dos Pequenos Artesãos de Três Marias é
2274 entidade laranja da Secretaria Municipal de Assistência Social, pois a mesma tem
2275 representantes na própria secretaria. Realizado pelo CEAS, uma consulta no cabe
2276 SUAS sendo que a entidade estava relacionada no mesmo, porém não esta inscrita no
2277 CNAS do município. Sugestão de encaminhamento, correspondência ao CNAS
2278 solicitando informações sobre se a entidade desenvolve algum trabalho dentro da área
2279 de assistência social, e caso seja afirmativo os motivos pelos quais não estão inscritos
2280 no mesmo, uma vez que ela consta no cabe SUAS. Recurso do piso mineiro de
2281 assistência social é utilizado para oferta de benefícios eventuais da Secretaria
2282 Municipal de Assistência Social, realizado consulta ainda será formalizada por telefone
2283 na DGFEAS-CEDESE, informar o plano do município a previsão de recurso do piso
2284 mineiro de assistência social para ser utilizado na oferta de benefícios eventuais.
2285 Sugestão de informar a denunciante sobre a questão acima exposta conforme
2286 consulta na CEDESE, após retorno das informações solicitadas ao CNAS, encaminhar
2287 correspondência a denunciante esclarecendo os fatos. Alguma dúvida?
2288 INTERLOCUTORA – Está inscrita a Consolação, e Roberta. CONSOLAÇÃO – Eu só
2289 queria fazer uma seguinte sugestão, a denunciante colocou uma serie de coisas que
2290 em um primeiro momento da exposição pelo Volney algumas coisas a gente entende
2291 que possa ser, porque aqui nesse conselho a gente não pode presumir que algumas
2292 coisas sejam verdades, possa ser regular, outras questões que eu estou entendendo
2293 que é um equívoco de concepção que ela esta equivocada. A minha sugestão é que a
2294 gente não encaminhe nenhuma correspondência, primeiro a gente precisa apurar os
2295 fatos porque é assim que a gente trabalha com denuncia aqui, ai seria abrir um
2296 processo normal como a gente faz de denuncia, apurar esses fatos e ai buscar essas
2297 informações primeiro sem ate mencionar o nome da denunciante nem nada, por
2298 exemplo buscar informação na CEDESE, em relação a entidade que foi uma questão
2299 que ela colocou ali. ROBERTA – A gente pedir informação não é se a entidade presta
2300 serviço, porque ela pode prestar serviço na área da assistência e não
2301 necessariamente não se inscrever no conselho, por que não? Ela tem que se
2302 inscrever? Ok, então ela tem que se inscrever, e a outra questão é se ela recebe
2303 financiamento ou não, porque enquanto a outra esta dizendo que ela é laranja, pelo

2304 menos na concepção para ser laranja se pressupõe que ela repasse recurso
2305 financeiro, então eu acho que a gente precisa ter algumas correspondências e ai que
2306 eu acho que a secretaria executiva tem que ficar atenta é que tipo de correspondência
2307 que vai mandar solicitando informação, e abrir um processinho para depois sim à
2308 gente deliberar aqui se foi aberto um processo e esclarecido as questões e como ela
2309 deu um nome a denunciante a gente reporta ela que conforme apuração que tais e tais
2310 são fundamentadas e tais e tais foram tomadas as providencias so pra gente não cair
2311 um pouco, me parece que é muito típico de município aquela coisa de fofoca também
2312 né? Então acaba institucionalizando uma fofoca via canal do conselho e a gente tem
2313 que tomar muito cuidado com isso. É saber de que forma que nos vamos encaminhar
2314 essas correspondências, para solicitar informação para apurar os fatos lá e como a
2315 gente faz normal em denuncia né? INTERLOCUTORA – É so esclarecimento, isso ai
2316 já é um cumprimento da resolução porque passou para a mesa diretora, efetuou-se
2317 aquilo que era competência do conselho e o que não era então pela resolução
2318 encaminha-se pertinente para instaurar o processo, então isso aqui já é a abertura do
2319 processo, e complementando seria se não tem problema no item 1 e no item 3 que a
2320 gente não vê nada, acho que não tem o que mandar, tirar mesmo, acho que não tem
2321 encaminhamento em relação ao item 1 e ao item 3, porque pelo o que esta posto não
2322 tem nada irregular, depois de tudo o item 2 no fluxo de processo possa sim a gente
2323 reportar ao conselho municipal porque é uma questão de entidade para que a gente
2324 saiba disso, é so isso. VOLNEY – 4 E-mail de Margaria do município de Pitangui,
2325 informando que a assistente social do município possui três cargos em duas entidades
2326 e na prefeitura municipal, so comparece duas vezes na semana. Referências legais
2327 resolução 26906 do CNAS e resolução 363 do CEAS, tratativa realizada uma consulta
2328 no cabe SUAS para verificar a questão da assistente social Luciene Angélica da Costa
2329 Duarte, constando que a mesma possui como função a de assistente social, é
2330 servidora temporária e conselheira suplente do CNAS, ainda não foi conseguido
2331 verificar no cabe SUAS, se a profissional constava no quadro de alguma entidade no
2332 município. Sugestão de encaminha correspondências para o CNAS solicitando as
2333 seguintes informações - quais as entidades a profissional faz parte do quadro de
2334 pessoal e qual a sua carga horária. Ontem nos discutimos muito isso daqui eu e o
2335 Marcelo inclusive, porque ela pode ter outros vínculos né? Agora essa questão da
2336 fiscalização dela lá cabe a eles. INTERLOCUTORA – Se ela conseguir conciliar os
2337 horários da pra ela trabalhar 24h. VOLNEY – Agora isso ai foi o seguinte, foi aquela
2338 conferencia e eu estive lá, o que essa pessoa diz é que ela tem um cargo na
2339 prefeitura, so que ela não é da prefeitura. Ela tem 40 horas lá, e so vai duas vezes à

2340 prefeitura. Não é uma questão nossa né? É uma questão do órgão gestor né?
2341 Exatamente, o órgão de controle, então foi avaliado que não compete ao CEAS
2342 solicitar esse tipo de informação e aguardando retorno do conselheiro Marcelo, pois
2343 ele ira verificar essa questão com o CREAS, essa questão ele ate me levou no
2344 CREAS e não justifica, então o encaminhamento a deliberação, solicitar ao conselho
2345 municipal de Pitangui, esclarecimentos sobre o assunto. INTERLOCUTORA –
2346 Finalizou? VOLNEY – Não, deixa eu ver. ROBERTA – Eu acho que a gente pode pedir
2347 também para o gestor, porque se o conselho não obtém informação, por exemplo, que
2348 ela tem um cargo lá na prefeitura, porque ele pode saber da situação agora para o
2349 gestor a gente pode dizer qual o cargo e qual a carga horaria, ai ele declara o gesto
2350 em cima disso, então ele pode dar uma informação que é falsa, agora o conselho pode
2351 ouvir o boato, mas ele não tem certeza, porque ele não tem acesso a esse tipo de
2352 informação, entendeu? E se ela tiver um cargo lá, pode mandar tanto para o
2353 presidente do conselho quanto para o órgão gestor. ISABELA – Agora so uma
2354 consideração, não sei, assim pelo conhecimento que eu tenho você não pode
2355 acumular cargos se for da mesma fonte pagadora, se essa entidade ela for mantida
2356 pela prefeitura e ela é funcionaria da prefeitura o que eu sei é que isso não pode
2357 acontecer. Porque eu já passei por isso, por exemplo, já trabalhei em uma ONG e
2358 depois fui para o estado, eu so pude passar para o estado quando eu cortei, a minha
2359 carteira estava assinada minha demissão e eu não sei se no caso de prefeituras é da
2360 mesma forma, e eu acredito que não, eu acho que tem que verificar se essa entidade
2361 é mantida pela prefeitura ou não. Isso, o conselho pode buscar, mas eu acho que tem
2362 que explicitar porque a questão que mais pega pra mim é isso, porque ela pode ter
2363 três empregos e se todos forem da rede privada, por exemplo, se ela quiser trabalhar
2364 24h por dia, problema é dela, mas ela não pode ter dois empregos em que a prefeitura
2365 esteja pagando dois salários, isso não pode. ROBERTA – Por isso eu insisto que deva
2366 ser mandado, por que o conselho pode não obter essas informações, porque no
2367 município não tem como o conselho buscar essas informações, entendeu? Tem que
2368 mandar para os dois, de preferência se tiver alguma coisa na própria câmara, a gente
2369 tem que mandar para buscar informação, porque é isso que a Isabela coloca é
2370 importante, porque se daqui vier que ela tem um cargo publico e ela tem não sei em
2371 ONG's não sei o que, ai tem a irregularidade lá, principalmente se essa ONG é
2372 mantida pela prefeitura. INTERLOCUTORA – Ai no caso é assim, se ele mandar
2373 comprovando o vinculo trabalhista dela, o contrato né? Concordam? Não? Ok,
2374 finalizado essa comissão, tudo ok? Agora passamos para comissão de normas,
2375 Marcio. MÁRCIO – Boa tarde, peço a compreensão de todos os conselheiros, mas a

2376 nossa pauta é um pouco extensa. Bom, vou tentar ser o mais objetivo possível para
2377 que a gente possa estar superando ela o mais rápido possível. Bom, presentes na
2378 comissão ontem - Adriana, Marcio, Marcos e Rosilene, e ausências - Ana Paula,
2379 Guilhermina e o Mauro. Ponto um - E-mail de Pastoral da Terra da CPT, que solicita
2380 informações sobre as providencias quanto à barragem de Jequitaiá, ainda a CPT
2381 denuncia aspectos referentes à área ambiental, sobre o reassentamento sobre as
2382 famílias atingidas e o fato do projeto ter recebido a licença de instalação via A de
2383 referendo do presidente COPAN sem a participação do PAS pelo CEAS, a data do
2384 recebimento desse documento foi em 03/05 as referencias legais são 437 do CEAS
2385 que dispõe sobre aprovação sobre plano de aprovação do PAS, para população
2386 atingida sobre o projeto hidroagrícola de Jequitaiá, e eleito a CPT de maio e
2387 encaminhamento da mesa diretora, reunida no dia 10/05. Esse tema já foi tratado em
2388 plenárias anteriores também, sobre essas tratativas técnicas, e para ser objetivo eu já
2389 vou estar dando um direcionamento mais objetivo. Foi solicitado na época informações
2390 sobre conselhos estaduais aos municípios que estão envolvidos pelo projeto de
2391 Jequitaiá, em relação às denúncias que afetam ao plano de assistência social, tais
2392 como a presença de sem terras na região do empreendimento, indicativo técnico que
2393 foi constatado através das informações esclarecidas pelos conselhos municipais, e
2394 também pela própria CODEVASP que é o empreendedor deste empreendimento, que
2395 não houve indicativos quanto à presença dos sem terra na área de inserção do
2396 empreendimento e que o bom senso do fluxo do cronograma que foi apresentado pelo
2397 CEAS ele segue o seu curso normal. Então dessa forma a comissão da síntese
2398 concorda com o indicativo técnico tendo em vista que não indícios de acampamento
2399 de sem terras na área diretamente afetada na barragem e que o fluxo da negociação
2400 ocorre de acordo com aprovado pelo PAS e pelo CEAS, e como indicativo a comissão
2401 é encaminhada a correspondência a CPT, informando os aspectos verificados que
2402 ainda não houve parecer do INCRA a respeito da presença de ocupação por
2403 trabalhadores sem terra na área em questão, e que o CEAS considera em seu parecer
2404 os seus aspectos pactuados que dizem respeito ao PAS, os demais questionamentos
2405 não estão sobre a sua competência de acompanhamento e avaliação e encaminhar
2406 outra correspondência ao INCRA, solicitando sua manifestando. INTERLOCUTORA –
2407 Ok, você vai questionar? FÁTIMA – Eu gostaria de saber por que nisso que você falou
2408 ai a COPAN deu o licenciamento sem passar pelo CEAS, certo? Entendi isso?
2409 MÁRCIO – Correto. FÁTIMA – E agora, como é que fica? MÁRCIO – Veja bem, nos
2410 pegou com essa mesma questão, nos lemos isso na nossa comissão, o fato é que
2411 esse plano de assistência social ele foi aprovado aqui pelo CEAS em maio de 2013, e

2412 me parece que esse processo de licenciamento de instalação a de referendo, pelo que
2413 foi colocado e denunciado pela CPT, ele ocorreu um período onde esse plano de
2414 assistência social estava em processo de avaliação por esse conselho, então nos
2415 fizemos o processo não houve nenhuma informação anterior a nossa plenária aonde
2416 nos tivemos aprovação desse projeto hidro agrícola, não houve nenhum tipo de
2417 indicativo que a licença de instalação desse empreendimento já tinha sido concedido a
2418 de referendo da COPAN, ok? Então por isso que dentro do nosso fluxo o processo ele
2419 foi apresentado, foi feito a relatoria, foi aprovado a PAS em maio deste ano, essa
2420 denuncia ela chegou posterior a aprovação do PAS aqui pelo CEAS.
2421 INTERLOCUTORA – Podemos dar o encaminhamento? MÁRCIO – O PAS ele esta
2422 aprovado, pelo conselho. Ele foi aprovado, dentro das observações que a técnica fez a
2423 todas as visitas que foram feitas na região, o PAS ele foi totalmente aprovado e
2424 debatido aqui nesse plenário. Posteriormente que nos temos essa informação que foi
2425 feito a concessão de referendo nessa licença de instalação e mais uma vez houve
2426 essa ingerência do COPAM, nesse aspecto. Agora é importante a gente esclarecer
2427 que trata-se de uma denuncia da CPT, nos não temos a fundamentação se realmente
2428 houve ou não, não houve esse verificação junto a COPAM sobre a licença de
2429 instalação se realmente houve o referendo ou não, nos não questionamos porque o
2430 nosso processo estava bem focado no processo uma vez que já havia aprovado o
2431 plano e as denuncias que foram apresentadas pela CPT elas não foram identificadas
2432 na avaliação técnica da visita que foi realizada pela técnica nessa área e que ela não
2433 indicou presença de nenhum sem terra, na região do empreendimento, todas as
2434 possibilidades da gente estar identificando se havia consistência ou não na denuncia
2435 foi feito o encaminhamento então as informações que nos recebemos realmente
2436 apontam que não há presença de sem terras e que todo o fluxo aprovado pelo plano,
2437 ele segue o seu curso corretamente. GERALDO – Conselheiro Márcio eu penso que a
2438 colocação da Fátima ela tem uma viela de preocupação que a gente tem que atentar
2439 junto a ele, no momento em que ele fizer a de referendo acho que a gente não pode
2440 saber se sim ou se não, conforme já foi deliberado e aprovado, então o importante é
2441 que o PAS foi aprovado e esta se cumprindo, isso é uma coisa. A outra é, a gente
2442 podia questionar qual é a data que houve a liberação para saber se realmente foi
2443 antes e se sim, as providencias serão outras, porque não é a primeira vez que existe
2444 essa ocorrência, eles atropelam o PAS e o CEAS e fazem isso, e então se se
2445 confirmar vamos esperar a resposta e quando tivermos a resposta é importante trazer
2446 para essa plenária podemos deliberar a respeito. MÁRCIO – Perfeito, a comissão
2447 acata a sugestão de incluir no encaminhamento mais uma solicitação de verificação do

2448 referendo da licença feito pelo COPAM. INTERLOCUTORA – Então podemos
2449 encaminhar para deliberação da plenária? Eu já começo o aprovado, com a comissão.
2450 MÁRCIO – Ponto dois - Denúncia de um atingido pela construção da CGH de Pitangas
2451 no município de Braúnas, conforme o e-mail o empreendedor Ray Brasil não cumpriu
2452 com dois itens do termo de acordo firmado com o denunciante que é o senhor Rivanir
2453 Oliveira Brandão, a falta do comprimento de um deles levou um bem de sua
2454 propriedade e sofreu um acidente, este animal veio também a falecer, então o prejuízo
2455 foi total. A data de recebimento desse documento foi dia 22 de maio, as referencias
2456 legais - resolução 3632011 que dispõe sobre o procedimento aplicado as denuncia
2457 pelo conselho, resolução 374 do SESC que dispõe sobre a comprovação da
2458 implantação do plano de assistência social, para a central geradora elétrica de
2459 Pitangas, e-mail protocolado no CEAS em 03/04, o senhor Rivanir Oliveira Brandão,
2460 que é o atingido pela CGH de Pitangas e o encaminhamento para a mesa diretora, a
2461 tratativa técnica conforme o encaminhamento da reunião no mês de maio, seguindo os
2462 procedimentos dispostos na resolução 363 foi solicitado ao empreendedor atual
2463 termos do acordo assinado pela Ray Brasil e atingidos, e ainda solicitado ao CNAS de
2464 Braúnas que fizesse visita a propriedade do atingido, conversar com o seu filho Rivanir
2465 de Oliveira Brandão para ver se os aspectos que foram apresentados foram cumpridos
2466 ou não, e que essa visita fosse registrada por meio de entrevistas e fotografias das
2467 vistorias. O empreendedor enviou resposta de posição dos itens no documento seriam
2468 todos os itens de acordo com o termo cumpridos. O CNAS entra em atenção com a
2469 solicitação do CEAS encaminhou relatório e fotos da visita que realizaram dia 07/06
2470 quando foi constatado que os itens informados pelo atingidos como pendente ainda
2471 continuam sem solução pelo empreendedor, quais sejam, construção do acesso do
2472 gado ao ribeirão e a construção de um cômodo para servir de apoio ao curral.
2473 Indicativo técnico é solicitar o cumprimento imediato dos aspectos pendentes
2474 terminando o prazo e informar ainda que o não comprimento o levava a revogação da
2475 resolução 3632011. Síntese da resolução - considerando as visitas técnicas o
2476 conselho municipal de Braúnas e entrevista ao atingido que constatou que os dois
2477 pontos pendentes não foram cumpridos, que é a rampa de acesso ao rio e o cômodo
2478 de apoio. Peço o encaminhamento da resolução é encaminha correspondência ao
2479 empreendedor Ray Brasil, determinando o comprimento das pendências em 30 dias e
2480 informando que em caso contrario, acarretara na revogação da resolução 3632011.
2481 INTERLOCUTORA – Roberta esclarecimentos. ROBERTA – Essas questões que
2482 estão pendentes lá, elas foram pensadas pelo PAS, é isso? MÁRCIO – Elas estão
2483 acordadas e registradas em cartório e estavam no PAS, assinadas pelo empreendedor

2484 e pelo atingido. ROBERTA – Com a pactuação do PAS? MÁRCIO – Exatamente, no
2485 PAS. ROBERTA – Estavam no PAS, ai no momento de execução do PAS eles estão
2486 denunciando o descumprimento desses dois itens, que é o cômodo e a estrada.
2487 MÁRCIO – Exatamente, o fato é que nos deliberamos inclusive para fechamento do
2488 posto de atendimento social deste empreendimento já venceu todo o prazo e todos os
2489 relatórios apontados, indicaram que todas as tentativas já haviam sido superadas,
2490 posteriormente que chegou essa denuncia então nesse aspecto é que a gente
2491 solicitou que se fosse feito as visitas para a gente constatar se havia realmente essa
2492 pendência ou não, porque a gente constatou que há essa pendência. ROBERTA – Na
2493 visita que constatou que há essa pendência? MÁRCIO – Exatamente, na nossa visita.
2494 ROBERTA – E no nosso relatório aqui a gente declarou pela resolução de que estava
2495 cumprido o PAS e a gente deu licença de instalação, é isso? MÁRCIO – A licença de
2496 instalação, de operação. ROBERTA – Entendendo que o PAS estava sendo
2497 cumprido? MÁRCIO – Isso vou pedir até a Rosa para contribuir um pouco nessa
2498 discussão porque ela acompanha esse empreendedor já sabe algumas questões
2499 sobre isso. ROSA – A questão desse empreendimento no caso eram três
2500 propriedades atingidas, esse senhor Rivanir, a propriedade do pai dele serviu como
2501 canteiro de obra quando é canteiro de obras a propriedade não é negociada, ela é
2502 emprestada ou alugada para o empreendedor no momento da avaliação se o PAS foi
2503 cumprido ou não, o senhor Rivanir estava satisfeito, já estava para ser devolvida para
2504 ele a propriedade e dentro desse termo de acordo que estariam em uma fase de
2505 finalização e faltavam essas duas questões, a construção do cômodo que ate então
2506 ele acreditava que ia ser cumprido tanto que ele falou que estava tudo ok, que eles ate
2507 reformaram a área dele toda e alegando estar tudo tranquilo, e a questão do acesso
2508 ao rio ele so poderia ocorrer pós inicio/meio de todas as obras de geração de energia
2509 para ver como seria esse acesso, ai quando ele denunciou ele informou que
2510 entregaram mas não fizeram essas duas questões pra ele e ele disse que o próprio já
2511 tentou fazer contato com a Ray Brasil varias vezes por telefone, mas não conseguiu.
2512 ROBERTA – Eu acho Marcio que a gente tem que intervir sim, agora a gente poderia
2513 ate aproveitar a presença do ministério publico nessa questão porque pelo o que eu
2514 estou entendendo desse empreendimento todas as outras questões foram cumpridas
2515 e so faltou isso, e ai a minha sugestão antes que a gente faça qualquer ameaça de
2516 cassação de resolução eu acho que a gente precisa de mandar correspondências para
2517 lá, para saber a veracidade dos fatos, e sabendo isso acho que a gente tem que
2518 chamar o empreendedor aqui no CEAS e pactuar com ele uma nova data sobre pena
2519 de 30 dias e oficializar isso. MÁRCIO – Penso que também é importante a gente

2520 ressaltar que o empreendedor Ray Brasil que já é um longo conhecido nosso aqui, de
2521 outros empreendimentos também e eles sabem quais são as competências do CEAS
2522 e principalmente qual é a competência que o empreendedor tem para realização. Ele
2523 tem um histórico nesse aspecto e é por isso que a comissão ate mesmo discutindo
2524 relação a esse histórico so colocou esse encaminhamento direto nesse ponto, porque
2525 já foi passivo de varias reuniões esse mesmo empreendedor aqui de outros
2526 empreendimentos o posicionamento do CEAS, pelo PAS. GERALDO - nenhum dos
2527 municípios querem e não podemos, não é simplesmente por que eu estou defendendo
2528 a sociedade civil ou o “governo”, é porque a concepção a fala a participação na
2529 conferência é pra você ter a visão da sociedade civil organizada. Se fosse pra ter do
2530 governo, seria só o governo ou não seria assim. Então é pra ter a visão da sociedade
2531 civil, por que nós queremos ser com a sociedade civil, saber a visão que se tem, se a
2532 política está chegando ou não. O servidor tem um “cunho” diferente dessa sociedade
2533 civil então eu vou deixar muito claro essa situação nós tivemos esse barulho muito
2534 grande na conferência derradeira quando nós tivemos um monte de representantes de
2535 “trabalhador” lá na conferência que era os funcionários dos CRAS e dos CRES. Não é
2536 que não queremos que eles não participem, não é isso, mas na visão que a gente tem
2537 quando eles erram a visão do serviço público e não da sociedade civil organizada.
2538 Então só finalizando, quando eles pedem que seja acatado a decisão deles, não, nós
2539 devemos acatar não, nós devemos fazer cumprir o que está na nossa resolução 238 é
2540 o meu entendimento pra socializar com vocês. ROBERTA - eu queria concordar com
2541 o Geraldo também e o seguinte, aí já sugiro que nas nossas “informações” para Belo
2542 Horizonte, a gente não acate nada a gente acate a nossa resolução, até porque, é o
2543 seguinte, é essa resolução que normatiza a conferência ela foi discutida nesse
2544 plenário que tem representação dos municípios aqui dentro. Então qualquer
2545 divergência nessa questão ela deveria ter sido trazida pra cá e discutida aqui por um
2546 representante do COGEMAS que faz parte de BH. Essa é a primeira questão,
2547 segunda questão, toda conferência BH faz essas “questionamentos”, é isso que o
2548 Geraldo falou. Atrás desses questionamentos tem essa intencionalidade então a meu
2549 ver eu acho que a gente tem que responder isso, que para a deliberação dessa
2550 resolução que normatiza a conferência, e ela foi amplamente discutida no conselho da
2551 qual o conselho municipal de BH tem representação nesse conselho e que isso já foi
2552 definido e que isso já foi definido e que todas as outras definições para os municípios
2553 também foram dessa mesma lógica porque que nós vamos dar essa tratativa diferente
2554 para BH. BH sempre tem esses questionamentos Aí eu acho que a gente tem que
2555 acatar um nada deles tem que acatar delegado deles não tem que acatar o que eles o

2556 que foi discutido. Que eles para participar da conferência nossa estadual que eles tem
2557 que atacar as deliberações desse conselho por que foi amplamente discutida e aqui
2558 eles tem representação, então se não questionou na época, eles tem mania disso,
2559 hora que você está com a coisa pronta eles começam a questionar por que aí eles
2560 começam a perceber qual que é a forma que eles vão vir pra participar da conferência.
2561 ANÁLIA - Consolação. Só um minutinho Volney Consolação depois você.
2562 CONSOLAÇÃO - E quero dar alguns esclarecimentos pra contribuir com o debate.
2563 Primeiro nossa normativa ela considerou os informes do conselho nacional que
2564 “estampou” toda a orientação que ele tinha dado. Há uma semana o conselho nacional
2565 lançou uma nota de esclarecimento, e nessa nota de esclarecimento ele coloca toda
2566 questão de trabalhador da área ele coloca toda definição, ele faz referência à
2567 resolução dele própria que define a questão do trabalhador e conclui que , dentro da
2568 nota dele ele fala, que todo trabalhador salvo quem é de cargo condicionado quem
2569 ocupa cargo de direção no serviço público e todo restante deve estar com a sua
2570 representação na sociedade civil. Em cima disso que o conselho de BH está
2571 levantando essa questão, não é do nada, nós fizemos muita discussão interna, técnica
2572 , interna até antes de ir para a comissão. Conversei, também com a presidente sobre
2573 isso, por quê? No entendimento da gente, CNAS soltou isso na nota dele para o
2574 esclarecimento do que é “noção” do trabalhador Nós estamos falando de duas coisas
2575 porque nessa nota dele ele vai falando por definição e aí a gente fala que a gente não
2576 difere em definição do que é trabalhador a gente concorda com tudo que está “posto”
2577 em trabalhador público e privado. E que agora o que a gente estava discutindo a
2578 representatividade em relação a quem vai estar falando pelo trabalhador da sociedade
2579 civil porque o “público” ele não representa o trabalhador privado mas o CNAS soltou
2580 isso então a gente teve a discussão e surgiu também falando se esse trabalhador que
2581 é público ele entra numa conferência representando uma entidade, ele é trabalhador
2582 público, mas ele entrou na conferência está lá na disputa pela entidade, ou seja, ou
2583 por um conselho de classe ou por um sindicato. Ele aí ele tem uma outra
2584 representação independente de ele estar trabalhando na prefeitura ele está indo com
2585 uma representação da sociedade civil via um sindicato e via conselho então a gente
2586 estava analisando essas questões colocaria pra gente dar a resposta para BH por isso
2587 a gente pensou que o conselho de BH ele fez as câmaras dele muito baseado nisso,
2588 de quem tem essa representação e que a gente poderia estar validando a deliberação
2589 dele por que da mesma forma que o nosso entendimento a gente não precisa
2590 necessariamente mudar nossa resolução em prol do conselho nacional por que somos
2591 entes federados e não temos. O município também na hora que ele delibera, mas o

2592 município também é ente federado na hora que ele delibera na sua representação de
2593 conferência, então esse é o pano de fundo... (uma discussão começa) ROBERTA - A
2594 nacional dita a regra de como é que nós vamos participar na nacional, aí a gente não
2595 pode confundir as coisas não mas é uma coisa deliberar no âmbito federativo dele
2596 agora outra é ele querer intervir numa deliberação por que nós não podemos intervir
2597 nas deliberações da nacional se o conselho nacional fala vai participar 10 preto e 20
2598 branco o máximo que a gente pode mudar é quando estiver na discussão lá agora se
2599 ele disser que é isso “aqui sai puxando isso” ele que dita a regra. Agora o que, que
2600 BH está querendo isso tem que ficar claro, ele está dizendo claro, mas não com o
2601 perdão dessa divisão que vocês fizeram do trabalhador. Agora se ele não concordou
2602 ele perdeu o time de discutir aonde ele tem que discutir gente, não é agora não por
2603 que o time que ele tinha que discutir era aqui nesse conselho depois da representação
2604 dele. ANÁLIA - Nós precisamos, tem inscrito Volney, André e Geraldo, e a nossa
2605 questão é se a gente está concordando ou não com a nota técnica. VOLNEY - É só
2606 lembrando os conselheiros que CMAS de BH eles tem assento aqui e tem mais de 3
2607 plenárias que eles não comparecem aqui. Eu acho importante esse ano não vieram
2608 aqui, entendeu? Então quer dizer quando é que eles apareceram aqui. Não
2609 compareceram aqui, não compareceram. ANÁLIA - Então vamos encaminhando para
2610 a deliberação gente ainda falta essa comissão e mais uma. André está inscrito? Ok, e
2611 Geraldo? Ok. ANDRÉ - Eu queria só. GERALDO - Eu vou falar sim não vou abrir mão
2612 não. Por quê? Porque o seguinte é importante que a gente saiba fazer a leitura. Gente
2613 eu não to aqui por “ vaidade pessoal” eu não estou aqui pra buscar recurso pra minha
2614 entidade que também nem posso mas a gente precisa fazer a leitura. Se a gente quer
2615 realmente contribuir com o controle social a gente precisa fazer a leitura correta das
2616 coisas. O CNAS não é de hoje que eles vêm fazendo equivocadamente esse tipo de
2617 encaminhamento lá dentro. Eu estive lá vocês sabem que eu estive lá muito tempo
2618 representando na tripartite. Então o que, que eles querem quando foi feita a discussão
2619 do usuário, todos nós lembramos o barulho foi feito por que entidade representa
2620 usuário, que não sei o que, usuário, usuário, e na última vez ainda teve um desacato
2621 com a sociedade civil por parte de uma professora que se diz acadêmica, mas pra
2622 eles, pra mim não é. Porque fez aquela leitura dentro da conferência nacional
2623 desmerecendo a participação da sociedade civil quando jogou os usuários contra a
2624 sociedade civil organizada. Aquilo foi covardia e mesquinharia de uma pessoa
2625 acadêmica que não podia ter aquele comportamento. A gente sabe muito bem o que
2626 aconteceu. Então eles tentaram equivocadamente fazer isso e aí nós fomos fazer a
2627 leitura se querem encher o conselho municipal de usuários e de beneficiários é pra

2628 tornar os conselhos “subservientes”, pois o usuário e beneficiário não vão votar contra
2629 o programa que eles recebem do poder público municipal. Primeira leitura que nós
2630 fomos fazer, segunda. Traduzindo isso aqui para cá essa instância agora é isso que
2631 BH quer é cumprir uma série de situações que tem pessoas nossas de BH saiu de BH
2632 foram companheiros meus voltando aqui para o conselho que foram pra Brasília e
2633 ficam ditando ali dentro alguma coisa e BH continua aceitando por que a gente às
2634 vezes vai ler então nós não podemos concordar em fazer a leitura simples do que eu
2635 já disse no que diz respeito à representação do trabalhador. O CNAS assumiu agora
2636 os encontros regionais dos trabalhadores do SUAS e nós perguntamos pra eles no
2637 fórum nacional do trabalhador porque que o CNAS está se metendo nisso sobre
2638 discussão do trabalhador. Eles querem fazer os encontros para tentar fazer isso pra
2639 tentar colocar os trabalhadores públicos lá dentro para representar o trabalhador. A
2640 NOBRH saiu aqui em BH quando nós estávamos no primeiro encontro do trabalhador
2641 no Chico Nunes eu estava lá conselheiro e a NOBRH e voltado o servidor. Porque isso
2642 é desmerecer os empregados que fazem parte da iniciativa privada de compor a rede
2643 socioassistencial. Vamos fazer a leitura correta pessoal. E é a minha leitura eu não
2644 sou dono da verdade e minha verdade é relativa mas vamos fazer a leitura compra-se
2645 a resolução nossa ou fique fora. No município o ente federal de BH pode fazer o que
2646 quiseram participar naquela situação de eleição lá, no nosso não, é diferente. ANÁLIA
2647 - Geraldo, você quer que acresça, crescente algo no encaminhamento? GERALDO -
2648 Não a sua “condição” de parte do encaminhamento que é o acatamento da eleição dos
2649 indicativos. ROBERTA - Lógico que não gente tem que acatar.... Meu
2650 encaminhamento é obedecer nossa resolução gente. (alguém esclareceu algo ao
2651 fundo) GERALDO - É importante esclarecer também que na própria resolução 23 do
2652 conselho nacional ele estabelece lá como uma (forma de) potencializar todas as
2653 formas e estratégias para ampliar a participação dos trabalhadores na rede sócio
2654 assistencial pública e privada do SUAS. Essa foi uma estratégia que o CEAS
2655 estabeleceu para que realmente tivesse a participação de todos os trabalhadores do
2656 SUAS, para definir essa “qualidade” de trabalhadores governamentais e não
2657 governamentais. Então eu vejo também e pactua aqui que a estratégia do CEAS está
2658 correta nós não entramos no mérito da discussão dos bastidores do conselho
2659 municipal de BH, por que eu acho que não nos cabe essa discussão na comissão.
2660 Porém em relação aos indicativos que foi dado da comissão do conselho nacional
2661 sobre a nota técnica sobre quem são o trabalhadores do SUAS é que a gente
2662 trabalhou nesse aspecto, porém com as deliberações e as discussões aqui a comissão
2663 também pactou com todo o encaminhamento que foi dado aqui, sugerido. ANÁLIA -

2664 Ok, passamos para o próximo ponto.Consolação quer mais um esclarecimento.
2665 CONSOLAÇÃO - Vocês me desculpem, mas é na parte técnica então tenho que fazer.
2666 A nota do CNAS ela vai falar de tudo aqui, da definição do trabalhador arremete
2667 naquela resolução 23 que fala das associações e tal, e ela vai falar também dos
2668 trabalhadores públicos e depois ela termina falando que esses trabalhadores, aí ela e
2669 refere ao público e ao privado, no âmbito da conferências de 2013 defenderam seus
2670 interesses coletivos na qualidade de representantes do seguimento trabalhadores da
2671 sociedade civil. Então eles fizeram uma nota de esclarecimento falando que pra eles
2672 nessa nota quer dizer os regulamentos deveriam ser que todo trabalhador salvo, que
2673 eles colocam aqui, que é cargo condicionado que é aquele trabalhador gestor, que
2674 esses, os outros trabalhadores, eles teriam que estar na sociedade civil na categoria
2675 de trabalhador da área dentro da sociedade civil. Está aqui a nota pra quem quiser. Eu
2676 só estou falando assim, eu tenho que esclarecer isso, pois na hora que ele falou assim
2677 nós não estamos descumprindo, estamos descumprindo. ROBERTA - Eu continuo
2678 dizendo que nós não estamos descumprindo eu discordo, discordo veementemente
2679 pelo seguinte, primeiro é uma nota técnica segunda questão é o seguinte, nós fizemos
2680 a discussão da nossa resolução aqui, a divisão da nossa resolução ela está bastante
2681 democrática para garantir esse viés aí. Segunda, terceira questão, BH sugeriu, eu não
2682 sei se BH inclusive sugeriu uma nova composição, sugeriu? INTERLOCUTOR - Não.
2683 ROBERTA - Simplesmente questionou, quer dizer nem se deu o trabalho de fazer uma
2684 nova composição quer dizer assim, vocês estão me mandando 15 mas eu gostaria de
2685 fazer a divisão A B C e D aí eu acho que nós estamos perdendo tempo nessa
2686 discussão de meia hora se foi feito uma resolução já foi votada, por causa de um
2687 município aí a gente teria que fazer pra todos os municípios aí vai dar muito problema
2688 na nossa conferência e volto a falar eu tenho certeza absoluta que nós não estamos
2689 ferindo, por quê? Porque nós não estamos contradizendo a questão da participação e
2690 do jeito que ficou a divisão lá ficou bem garantido uma participação bem democrática.
2691 ANÁLIA - Finalizado com a comissão. (vozes ao fundo) ANÁLIA - Passamos para o
2692 ponto 6, Márcio. MÁRCIO - Ponto 6. Conselho municipal de Governador Valadares
2693 solicita orientações sobre os procedimentos de inscrição de entidades que cobram
2694 taxas simbólicas para ajuda de “custo” dos usuários do serviço. Referência legal,
2695 resolução 16 do conselho nacional.Tratativa técnica.O conselho municipal de
2696 Governador Valadares informa que tem apurado que algumas entidades que
2697 desenvolvem serviços programas e projetos no município cobram taxa considerada
2698 simbólica para a ajuda de “custo” dos usuários do serviço. Para análise e resposta
2699 associação do conselho nacional faz-se necessário solicitar os documentos de

2700 algumas “referíveis” “entidades como estatuto plano de trabalho entre outros para
2701 avaliar que tipo de entidade se trata, pois temos algumas entidades que é facultada a
2702 cobrança de participação no da entidade como a instituição de longa permanência
2703 para idosos. Nesse aspecto o encaminhamento dado, dado a encaminhar a
2704 correspondência ao conselho municipal solicitando essa documentação. ANÁLIA -
2705 Geraldo inscrito. GERALDO - Márcio, penso eu como a tratativa desrespeita a
2706 fundamentação legal eu acho que não existe a necessidade de pedir. São 3 situações
2707 o usuário não deve ter contra partida financeira em nenhuma hipótese, a única
2708 exceção é se a instituição de longa permanência está prevista em lei. Segunda
2709 situação a gratuidade de pena, terceira situação direito universal. Feriu esse princípios
2710 não precisa de documento, aí o conselho lá precisa saber isso, é princípio básico, feriu
2711 ,aí ta cobrando mesmo que simbólico pode ser 1 real pode ser 10 centavos, está
2712 cobrando a cada cobrança você vai ser de entidade de assistência,se estiver
2713 enquadrado nos outros pré-requisitos se não, não é de assistência, não se escreve.
2714 Eu acho que são aquelas condições básicas que está na página 16. INTERLOCUTOR
2715 - As sugestões de encaminhamento mais objetivo. GERALDO - Não precisa pedir
2716 documentação é só orientá-lo tem as condições não pode haver contra partida
2717 financeira por parte do usuário, então é gratuidade plena. Não ser a exceção que
2718 está fundamentada em lei que o órgão permanência. Segunda situação, é direito
2719 universal e ele estiver no bairro lá qualquer bairro pode lá e exercer direito. Então aí a
2720 entidade pode se inscrever fora essa situação cobrou ainda que seja 10 centavos,
2721 porque é essa a história que a gente vê no estado inteiro, a prática é essa. Associação
2722 comunitária rural e de bairro, eles vão lá e cobram olha tem que ter 10 centavos então
2723 o senhor não pode, estatutariamente não pode. Vou dar essa instrução pra ele (não
2724 entendi). Pra não gastar tempo desnecessário, penso eu. OK. INTERLOCUTOR - A
2725 comissão acata a sugestão. ANÁLIA - Então eu queria só fazer um comentário
2726 trocando idéia aqui com o Edson, que no estatuto do idoso prevê que ele pode
2727 contribuir com 70% do salário, da aposentadoria, para a instituição de longa de
2728 permanência, tudo bem mas eu quero chegar à residência inclusiva que é o deficiente
2729 a mesma coisa que é uma casa onde eles moram e aí nesse caso eles não podem
2730 contribuir com o salário? Pode? INTERLOCUTORA - Pois é o que, que acontece com
2731 a questão da ILPI e com o idoso está no estatuto está dito no estatuto é lei. Entendeu
2732 por que, que as entidades estão fazendo essa cobrança por que está na lei lá do
2733 estatuto agora os outros seguimentos como eles não tem isso previsto em lei eles não
2734 podem. (Uma discussão ao fundo) ANÁLIA - Ok. GERALDO - O que a Anália está
2735 trazendo aqui é o seguinte ter um jeitinho tem um jeitinho mas nós não ai faze

2736 tentativa de jeitinho não.A gente poderia perguntar cada uma delas como é que se faz
2737 isso pra não contradizer a leitura mas aqui ao da pra fazer isso não. ANÁLIA - Ok
2738 podemos passar para o próximo ponto 7 (falas ao fundo) INTERLOCUTOR - Ok.
2739 Ponto 7.O empreendedor da PCH Santa Rita Neomax Ltda solicita a prorrogação de
2740 prazo para a instalação do posto de atendimento social. Resolução 317 e resolução
2741 445 do CEAS que aprovou o plano de assistência social da pequena central
2742 hidrelétrica de Mariana pessoal da Santa Rita. Tratativa técnica de acordo com o
2743 arranjo geral da PCH Santa Rita a área de influencia direta será composto por duas
2744 propriedades que terão suas terras demandadas para implantação do
2745 empreendimento inclusive nas áreas do reservatório casa de foco e área de
2746 preservação permanente. O PAS da PCH Santa Rita foi aprovado pela 180ª plenária
2747 ordinária, encurtando (encurtando não ele não sabia) ocorrido em 29/05/13 por meio
2748 da resolução 445 publicada em 11/06/13 se o artigo 1º parágrafo 2º foi determinado
2749 que o posto devesse estar em funcionamento com as relações próprias e adequadas
2750 no prazo máximo de 30 dias a contar da data de publicação de resolução assim o
2751 posto deveria estar em funcionamento no município de João Pinheiro a partir de
2752 11/07/13. Empreendedor solicita o prazo pelo fato de estarem realizando a avaliação
2753 ambiental integrada da bacia hidrográfica que se encontra em empreendimento que é
2754 determinação da SEMAD desta forma todos os empreendimentos ficam impedidos de
2755 dar continuidade nos processos de licenciamento ambiental até a conclusão da AA1 e
2756 por consequência não há uma previsão para a implantação do empreendimento
2757 inclusive podendo ser apontado como inviável pela avaliação ambiental integral. E
2758 ainda informa que já foi iniciado o estudo ambiental através de um consorcio firmado
2759 pelos vários empreendedores da bacia do rio do Sono. O indicativo do técnico aprovar
2760 a solicitação visto que, o empreendedor só poderá receber a sua licença de instalação
2761 bem como iniciar as obras e negociações após a finalização da avaliação integral
2762 ambientada. A síntese em aprovar a solicitação compreendendo os aspectos
2763 apresentado pelo empreendedor e entendendo que neste caso não haverá prejuízo
2764 aos atingidos. Um encaminhamento seria alterar a resolução que aprovou o prazo
2765 determinando um prazo de trinta dias após a manifestação de aprovação da avaliação
2766 ambiental integrada pela SEMAD. ANÁLIA - Ok podemos seguir? O encaminhamento
2767 com a comissão INTERLOCUTOR - Alterar a resolução de aprovação do prazo
2768 determinando um prazo de trinta dias após a manifestação de aprovação da avaliação
2769 integrada emitida pela SEMAD. ANÁLIA - Ok, próximo ponto. E último dessa
2770 comissão. INTERLOCUTOR - Ponto num 8, o último ponto. O conselho municipal de
2771 Virgínia denuncia irregularidades em relação a construção da PCH fortuna 2. E

2772 solicita providencias em relação a uma idosa que vive próximo, 700 metros, do
2773 canteiro de obras e está sendo impactada indiretamente. As referências legais a
2774 resolução 317 e a resolução num 141 do CEAS que até então social das
2775 pequenas centrais hidrelétricas, Fortuna 1, Fortuna 2 e (Não entendi). A tratativa, a
2776 pequena central Hidrelétrica Fortuna 2 de 9 megawatts de potência será instalada no
2777 Rio Corrente Grande terá um reservatório com extensão de aproximadamente 7,3 km
2778 ao longo do curso do Rio Corrente Grande afetando as ondas Ribeirinhas dos
2779 municípios de Guanhães e Virginópolis para a formação do reservatório serão
2780 inundadas cerca de 76,26 Hectares necessitando de terras de 17 empreendimentos
2781 rurais ressaltando-se que a duração prevista para as obras de implantação são de 24
2782 meses. Correspondência eletrônica do Município de Virginópolis relata as seguintes
2783 situações não está cumprindo com o compromisso da segurança da comunidade do
2784 entorno do empreendimento pois a denúncia de que a empresa iniciou a detonação de
2785 pedras no rio onde estão construindo a PCH avisando somente alguns moradores do
2786 entorno sobre tal ação permitindo que estes continuem em suas residências que estão
2787 bem próximas do local ressalta o caso de uma idosa e sua família residente
2788 aproximadamente 25 anos em área próxima ao canteiro de obras aproximadamente
2789 700 metros do canteiro e próximo ao local onde estão explodindo muitas pedras
2790 segundo o relato do conselho municipal pode ter sua casa, que é de Pau-a-pique de
2791 acordo com a foto apresentada que essa casa possa desabar por não suportar o
2792 impacto das explosões. Já solicitaram providências ao empreendedor, porém sempre
2793 diz que a senhora e sua família não são atingidos pela PCH. INTERLOCUTOR - Pois
2794 é. O empreendedor disse que ela é não é atingida. A pessoa citada na
2795 correspondência não estava como atingida no "PAS" assim sugere-se uma visita de
2796 fiscalização in loco, para verificar a situação e conversar com a Idosa. Síntese da
2797 discussão diagnóstico atualizado das propriedades atingidas e relatório das ações
2798 executadas pelo "PAS". Visita in loco a residência da idosa para verificar possíveis
2799 impactos sofridos com a construção da PCH, bem como de outras residências do
2800 entorno que seriam para Agosto de 2013. ANÁLIA - Alguém inscrito.
2801 INTERLOCUTORA - Eu só queria comentar o seguinte a gente achou Adriana da
2802 CEAPA, essa casa está numa fazenda que dizem que foi num primeiro momento
2803 negociada com o empreendedor por que ia ser parte da área de uso do
2804 empreendimento. Sim a fazenda onde fica essa casa tá, mas não era com o dono da
2805 terra. Aí num segundo momento houve uma renegociação e ele disse que essa área
2806 não seria mais de importância de interesse. Então assim essa coisa de que a
2807 moradora não é atingida, então assim tem uma confusão aí, tem um baralho aí que a

2808 gente não conseguiu entender. Por isso que a gente solicitou o diagnostico atualizado
2809 das propriedades atingidas e o relatório das ações pra ver se aparece em algum lugar
2810 o que, que foi isso que está na denuncia. Né? A gente não tem conhecimento e isso é
2811 fato. Aparece na denuncia isso. Não é isso? INTERLOCUTOR - Só complementando
2812 também o PAS parece que o empreendimento teve uma reorientação então a área
2813 que havia sido prevista inicialmente foi alterada, não sabemos se foi alguma
2814 deliberação unto ao órgão ambiental mas houve uma mudança no projeto então essa
2815 propriedade que havia sido adquirida inicialmente pela informação que chegou nessa
2816 denuncia ela estaria sendo devolvida ao proprietário. E nós não temos essa
2817 informação no PAS isso não consta no nosso PAS. Por isso que a gente tem que ter
2818 essa atualização de todo esse diagnostico pra gente tem que identificar onde
2819 realmente estão essas questões que não foram apresentadas anteriormente. ANÁLIA -
2820 Ok, inscrito Roberta depois Geraldo. ROBERTA - A sugestão é de visita in loco , eu,
2821 pra mim eu acato a sugestão pelo seguinte por que a primeira questão que vocês
2822 estão colocando é que a priori não tem informação que ela não está no PAS nem
2823 atingida direta e nem indiretamente ela inexistente no “PAS” agora ta claro que no
2824 momento da construção da barragem qualquer que seja a mudança que eles tenham
2825 feito ambiental e geográfica lá ela está sendo atingida indiretamente tendo em vista
2826 essa questão da estrutura do Casebre dela. A minha sugestão é de visita in loco
2827 rápida e uma modificação constatando que realmente está tendo consequência na
2828 construção da usina é pedir a construção da casa imediata gente sem nem ter nem
2829 que ver pra não ficar naquele “lenga-lenga” pra demorar não sei quanto tempo e ela
2830 estar sofrendo o dano indireto dessa construção aí. ANÁLIA - Geraldo GERALDO -
2831 Tudo bem conselheira Roberta Eu não vou ser redundante “ratifico” o que a Roberta
2832 colocou. Me candidato a estar lá. ANÁLIA - Ok? Finalizamos então. INTERLOCUTOR
2833 - Só um instante presidente eu quero falar com questão da data nós colocamos aqui a
2834 previsão para Agosto mas os membros da comissão não tinham uma agenda para
2835 essa definição dada também que a técnica está em férias nesse período. E aí também
2836 qual que vai ser a data pra esse encaminhamento. A data que a gente solicitou aqui
2837 seria agosto mas dentro da sua disponibilidade vão ter que verificar, também, toda
2838 essa estrutura pra fazer uma antecipação aí a nossa técnica também está em férias.
2839 GERADO - Eu vou fazer aproveitamento de uma viagem que eu vou estar naquela
2840 região e já passo lá e aí é melhor que é mais curto ainda que eu vou estar lá também
2841 na quinta-feira possa ir também na sexta, ou na quarta. Ok. ANÁLIA - Ótimo.
2842 Finalizamos com a comissão de orçamento e financiamento. Criar a proposta
2843 “defendo” depois né? Não precisa ser agora. INTERLOCUTORA - Então o

2844 encaminhamento vai ser o conselheiro Geraldo e mais uma técnica. Não é isso?
2845 INTERLOCUTOR - Bem, a comissão de orçamento e financiamento, na verdade
2846 esteve presente só eu e o Luís George. Então coube a mim fazer aqui a relatoria pra
2847 vocês então vocês desculpem alguma falha aí no rito de vocês. Bem a gente discutiu
2848 dois pontos nessa comissão o primeiro ponto foi à operacionalização do CEAS e na
2849 nossa análise na nossa discussão a gente observou que essa ação estava em
2850 conformidade com o plano de ação do CEAS do pra 2003(13) (fiquei na dúvida) nós
2851 analisamos só o segundo trimestre dessa ação atingiu nesse segundo trimestre uma
2852 execução financeira de 90,9% e diante disso. (Acabou o orçamento).
2853 INTERLOCUTOR - Do segundo trimestre. E diante disso a gente não observou
2854 nenhum entrave por que na verdade foi possível observar a execução financeira dessa
2855 ação por conta da realização das conferências que estão acontecendo agora e que
2856 está previsto nesse plano de trabalho pra esse segundo trimestre. Os avanços que a
2857 gente observou além da própria execução financeira da “B” ou “re” execução
2858 financeira da “ATAE” e da ação foi a orientação que o CEAS está dando pros
2859 municípios por meio de e-mail e por atendimento de telefone e encaminhamento de
2860 CDs sobre a organização das conferências. Isso também foi uma avanço pois isso
2861 também economiza recursos. Os desafios na verdade isso foi um a mais da nossa
2862 assessora técnica que a gente corrobora ela que é no sentido de que na verdade você
2863 tem uma solicitação muito grande dos municípios para participação do CEAS como
2864 palestrantes e que tem uma disponibilidade a disponibilidade dos conselheiros e isso
2865 na verdade é um desafio que está sendo superado e a gente tem conseguido atender,
2866 e até quando a gente não consegue atender a gente tem enviado uma palestra pra
2867 critério de? INTERLOCUTOR - Além dos critérios a gente tem conseguido atender isso
2868 mas é um desafio constante como hoje que ainda tem 3 municípios que se definiram
2869 quais são os conselheiros que vão seguir. Então na verdade o impacto dessa ação no
2870 nosso entendimento da execução da ação são positivos porque as conferências estão
2871 sendo realizadas o orçamento esta endo executado e também, então as palestras
2872 estão sendo realizadas pelos conselheiros nós temos auxiliado os municípios então
2873 está tudo positivo na operacionalização dessa ação do segundo trimestre. O
2874 encaminhamento para a plenária indicativa de aprovação de fato nós não tivemos
2875 nenhuma dúvida, aprovação na verdade da execução orçamentária do segundo
2876 trimestre pelo menos foi o que a assessoria indicou, do conselho da ação do conselho,
2877 da ação via operacionalização do conselho. Pois na verdade a gente poderia ter
2878 observado que por exemplo não seguia o plano de ação do CEAS que estava sendo
2879 executado então não seria indicativo de aprovação, é de aprovação porque está

2880 dentro dos critérios estabelecidos o nosso plano de ação e existe uma execução
2881 orçamentária boa porque às vezes também e a gente não tivesse conseguido executa
2882 e tivesse lá o dinheiro na verdade sem execução isso também não é indicativo de
2883 aprovação. ANÁLIA - Ok? INTERLOCUTOR - Ok? ANÁLIA - Aprovado, ninguém
2884 manifestou aprovado. Pode passar para o próximo ponto. INTERLOCUTOR - O outro
2885 tema na verdade é um ofício encaminhado ao CEAS a esse conselho que na verdade
2886 se trata da vinculação orçamentária constitucional para assistência social.É uma PEC,
2887 PEC Nº431 de 2001 que na verdade está pronta para ser votada no plenário da
2888 câmara federal, essa PEC foi encaminhada pelo deputado Federal Eduardo Barbosa
2889 essa PEC é dele. E na verdade a preposição é que isso fosse levado como uma
2890 proposta para a conferência estadual de indicativo para que essa PEC fosse votada no
2891 plenário da Câmara. Essa PEC vincula na análise tem toda uma defesa dessa PEC e
2892 mostra um estudo da associação nacional dos fiscais da receita federal do Brasil
2893 (ANAFRFB) que na verdade mostra que do orçamento da união descontados as
2894 contribuições previdenciárias e os benefícios na verdade a união não sendo histórico
2895 de 2008 a 2012 ela não ultrapassa 1,02% de orçamento destinado pra assistência.
2896 Porque a proposta da PEC é a vinculação de 5% que na verdade é uma discussão
2897 histórica na área da assistência desde a primeira conferência nacional há um
2898 referendo para que se faça essa vinculação dos 5% a discussão com o executivo que
2899 o executivo diz que estes 5% por cento já estão atendidos e na verdade os 5% por
2900 cento são só atendidos se você coloca os benefícios e as rendas vitalícias incluídas
2901 nesse orçamento, a proposta da PEC é que isso não seja incluído e que de fato seja
2902 5% de transferência pro fundo nacional de assistência social essa é a proposta da
2903 PEC e isso também pros estados e pros municípios essa é a proposta dessa PEC e
2904 essa PEC já foi aprovada pela comissão, não sei se vocês sabem mas tem uma muito
2905 longa para a aprovação de PEC na Câmara federal essa PEC já trafegou um bom
2906 momento e está na boca para ser votada em plenário e a ideia era que a gente levasse
2907 isso pra ver se na conferência sai uma deliberação de apoio para essa PEC pra ver se
2908 pressiona pra essa PEC no plenário do congresso nacional.Então é isso o indicativo
2909 da comissão é pra aprovação de se levar a proposta como indicativo desse conselho
2910 pra deliberar pra que essa PEC seja votada pra conferência estadual. ANÁLIA - Antes
2911 da Roberta eu queria dizer da importância dessa PEC porque só depois de ter
2912 recursos vinculados para a assistência social será efetivado o SUS no Brasil
2913 principalmente na questão dos concursos públicos porque o gestor, os prefeitos eles
2914 não são obrigados a engolir assim, meu recurso está aí mas e depois não tem recurso
2915 vinculado isso é muito sério, e olha o tempo que está desde 2001, isso é muito tempo.

2916 Eu estou de pleno acordo que a gente faça um momento em torno desse apoio.
2917 ROBERTA - Eu queria comungar com o indicativo desde a capacitação, nós fizemos a
2918 capacitação para conselheiro, Sérgio que a sua veio depois. E um dos indicativos que
2919 nós fizemos no tema de financiamento foi exatamente esse indicativo de vinculação de
2920 receita, naquele momento não tinha informação dessa PEC pra gente até encaminhar
2921 inclusive acho que estamos fazendo isso tardiamente, isso já era pra estar nas bocas
2922 nossas de conselheiro pra gente estar falando nas nossa conferências municipais e
2923 minha sugestão é que isso entre na pauta da conferência regional nós temos que
2924 colocar isso já concreto, que já existe porque essa fala de vinculação dos 5% ela é
2925 histórica ela é desde o momento dá linha orgânica da assistência social que a gente
2926 vêm falando 5%, 5% e a gente, era muito obscuro porque a gente não tinha o 5% de
2927 que né agora essa pelo que você está descrevendo 5% é e ela tira a questão do
2928 benefício de prestação continuada entendendo que ele já é constitucional eu acho que
2929 isso é uma sacada legal porque se você inclui e não fica atento a isso obviamente se
2930 você fizer o percentual se for pela seguridade social você vai ver que a união dá mais
2931 de 5% incluindo benefícios que já é constitucional. Aí eu não sei se a gente fugiria do
2932 bolsa família porque eu não acho que a gente não tem como fugir dele porque ele na é
2933 constitucional então ele teria que estar entrando nessa questão aí mas enfim. Agora é
2934 a minha sugestão é que façamos essa discussão nas conferências regionais e que de
2935 todas as bandeiras que a gente pudesse levantar e aí eu ao que tem um papel do
2936 conselho estadual, porque a sensação que eu tenho eu falo isso com muita
2937 tranqüilidade por que eu venho desde a primeira conferência a gente perde tempo com
2938 bandeia ou firula, por exemplo, na área da assistência a gente arruma aquela relação
2939 de 299 000 penduricalhos para poder levantar de bandeira aí do ponto de vista quando
2940 se vai “bréganha” aí é fácil você fala assim “ó beleza, eles tão pedindo 299 a gente da
2941 os 250 de penduricalho e os 50 que são estruturante do sistema a gente continua com
2942 essa luta nossa em cena”. E aí a sugestão que eu acho que a gente está bem maduro
2943 na área da assistência pra isso é a gente encampar duas ou três propostas fortes pra
2944 ir pra nacional por que ai você marca o que a gente quer, por exemplo se você pegar o
2945 processo do SUS o SUS em todas as conferências deles eles vêm com duas pautas
2946 no máximo pra nacional e essas duas pautas elas são gritadas do Norte ao Sul do
2947 país agora isso é que a gente precisa na área da assistência né e eu acho que a gente
2948 tem condições de trabalhar porque a gente trabalha com experiência de comissão
2949 popular mas a gente fica no penduricalho, a gente perde tempo no varejo perde tempo
2950 às vezes na forma como vai fazer esquece a essência e eu acho que isso a gente vêm
2951 falando o tempo inteiro porque uma vez que a gente consegue resolver e as questões

2952 estruturantes as demais dos nossos problemas vão estar 90% resolvido. Aí a gente
2953 parte o ao contrário a gente pega o probleminha lá e vem sendo que na questão
2954 estrutural a gente não consegue alcançar. Aí acho que é um bom indicativo e vejo que
2955 nas conferências regional nós temos que atacar isso forte para que a delegação e que
2956 fazer uma articulação com entendeu? Pra que a gente consiga colocar essa bandeira
2957 no Brasil inteiro porque se não fica só a bandeira de Minas, entendeu? Pra gente
2958 poder levantar uma bandeira forte nessa conferência principalmente por que o tema é
2959 financiamento. ANÁLIA - OK, então Márcio. MÁRCIO - Não, só, antes encerrar, eu
2960 gostaria de dar um informe aqui que eu perdi o horário do informe hoje de manhã,
2961 coisa bem rápida. ANÁLIA - Informe agora finalizando essa comissão informa agora.
2962 Podemos finalizar então comissão? É isso? Então finalizamos a nossa pauta com os
2963 informes. O que eu tenho aqui é uma solicitação de deliberação dessa plenária para
2964 que o Marcelo Armando represente o CEAS na reunião do “fona CEAS” pois ele já
2965 estará mesmo lá em Porto Alegre na reunião no CNAS que será no dia 22/07 á 25/07.
2966 Nesse período será realizado a reunião do FONACEAS com que o Marcelo possa
2967 representar o CEAS de acordo? De acordo assinarei o ofício. O informe que eu teria
2968 também é que o MDS já disponibilizou o pacto de aprimoramento e gestão colocando
2969 prioridades e metas no período de 2014 á 2017 então que os conselheiros façam essa
2970 leitura e que a gente possa estar conversando isso aqui na reunião do
2971 conselho. Márcio. MÁRCIO - Eu participei da última reunião da comissão estadual do
2972 bolsa família e é interessante que eu traga para esse conselho uma alteração de
2973 preenchimento do CAD-Único de informações que até então a gente não tinha esse
2974 mapeamento no estado, que é a segregação das comunidades tradicionais dentro do
2975 CAD-Único. Então é um campo específico que foi constituído, o vai ser orientado
2976 todos os municípios a fazer esse cadastramento de forma que a gente vai ter o do
2977 estado ou seja de todo o banco do CAD-Único das comunidades tradicionais, isso pra
2978 gente vai ser fundamental identificar quantas comunidades quilombolas nós temos no
2979 estado quantas comunidades ribeirinhas não é isso tudo isso é importante inclusive
2980 para os nossos processos de diagnostico dos empreendimentos, saber quem
2981 realmente está sendo atingido e esses dados estão sendo importados do senso do
2982 IBGE de 2010 então todo mapeamento todo recenseamento do IBGE está sendo
2983 introduzido dentro dessa base do CAD-Único então isso vai ser pra gente ver assim o
2984 avanço do ponto de vista pra gente ter um mapa o retrato específico dessas
2985 comunidades tradicionais no estado de Minas Gerais. ANÁLIA - Márcio, eu sugiro que
2986 o conselho peça informação SEDESE em relação essa questão do CAD-Único pra
2987 gente saber inclusive sobre o que, que a gente está falando. Porque a base de dados

2988 do CAD-Único ela é de família então se teve uma inserção de coleta de informação de
2989 comunidade é isso que eu estou dizendo é desconhecido, pelo que eu estou
2990 entendendo é que o IBGE apontou essas comunidades e em todos tem feito o
2991 cadastramento único é da busca para essas comunidade para a inserção do CAD-
2992 Único aí eu não sei se essa base de dado CAD-Único ela ai fazer um desenho de
2993 comunidades tradicionais, é isso que a gente precisa entender até pra gente não
2994 levantar muita expectativa então por exemplo a Isabela aqui da, superintendente de
2995 monitoramento podia pedir alguém do CAD-Único que domina a questão do CAD-
2996 Único lá saber essa informação que o Márcio está trazendo como é que ela está
2997 sendo colocada pra gente poder saber que tipo de informação pode ser aportada
2998 nessa base de dados. Tendo em vista de que a base de dado é de famílias então
2999 assim não um desenho de comunidades tradicionais eu acho que isso que a gente
3000 precisava... MÁRCIO - Pelo que eu entendi o campo específico já existe e ele está
3001 sendo redirecionado ao campo 2.07 que já esta na base que já tem toda uma
3002 estratificação uma segregação dessa comunidades então vai ser feito toda uma lógica
3003 de vinculação nesse aspecto e pelo que eu entendi da informação que foi
3004 apresentada, nós teremos sim uma condição de ter um mapa geral dessas
3005 comunidade no estado. INTELOCUTORA - Eu tive conhecimento dessa apuração
3006 mesmo e pelo que eu compreendi é só dizer se a família pertence a essas
3007 comunidades ou não, mas a gente pode sim trazer mais informações, inclusive a gente
3008 vai até fazer uma capacitação sobre o programa bolsa família no segundo semestre e
3009 nessa capacitação a gente vai tratar dessa alteração. Vamos destacar isso lá. ANÁLIA
3010 - Ok mais algum informe? Podemos finalizar? INTELOCUTORA - Eu não ia pegar
3011 esse informe não, mas eu vou pegar gancho, porque eu fiquei preocupada com o
3012 seguinte uma coisa é a gente ter esse recorte eu fiquei preocupada porque eu fui na
3013 conferência, na municipal em diamantina e quando eu fui fazer estudo dos dados de
3014 Diamantina antes de ir pra lá eu assustei porque no preenchimento tinha, na chave do
3015 IMDS, citava que Diamantina não tinha comunidades tradicionais e a gente sabe que
3016 Diamantina tem comunidade tradicionais arredo e algumas que são referência e me
3017 preocupou. Estando no município aí eu tive conhecimento do seguinte as funcionárias
3018 do CRAS tem conhecimento e lidam com as comunidades quilombolas, mas eu achei
3019 assim muito frágil o entendimento, do que são de quais são os direitos de como lidar
3020 de se apossar mesmo, da situação de estar mudando num contexto em que existe
3021 comunidades tradicionais e que existe essas demandas todas. Eu acho que pra além
3022 desse cruzamento, desse de informação, isso que eu estou falando, o que, que
3023 acontece já existe já está posto que Diamantina tem e existe informação sobre isso

3024 disponível já uma coisa é existir esse e ter essa informação nós temos outras fontes
3025 de informação nós temos o INCRA que tem o mapeamento de várias comunidades
3026 dos territórios de comunidades tradicionais que estão em questão, nós temos o, enfim
3027 tem várias fontes de informação. O que eu tava querendo aproveitar o ganho pra ver é
3028 que tipo de tratamento e de encaminhamento que a gente pode ter a partir do CEAS
3029 com relação a esses municípios e aos CRAS desses municípios que a gente já sabe
3030 que já tem informação de que lidam nesse contexto. Acho que assim pra onde que
3031 eles dão a informação, porque eles ficam falando a informação já existe é interessante
3032 o cruzamento é reforça, mas eu acho assim a gente já tem uma informação prévia dos
3033 municípios onde a gente tem comunidades quilombolas comunidades indígenas e
3034 outras. Estava conversando com Consolação inclusive já coloca que a gente tem a
3035 situação na região de Diamantina nas apanhadeiras de flor que perderam todo o seu
3036 lugar de vida de trabalho e tal que então sei que assim estão vivenciado um caso de
3037 depressão de saída de um município pra grade centro sem opção de trabalho e tal
3038 então assim eu queria aproveitar só pra provocar e ver em que momento a gente
3039 podia parar pra dar um tratamento e ver assim o que, que cabe, o que, que a gente
3040 podia estar fazendo em relação aos funcionários que estão no município e municípios
3041 esse que a gente tem conhecimento, como que a gente podia dar tratamento a esse
3042 tema? INTELOCUTORA - Então assim a sugestão é que como nós estamos na parte
3043 de informes que a gente leve esse ponto né pra pensar analisar e trazer sugestões pra
3044 próxima reunião ou encaminhar também já com antecedência pra entrar como pauta
3045 para as comissões. Pode ser? (Uma controvérsia ao fundo) ANÁLIA - Ok. Podemos
3046 então finalizar desejando a todo um bom fim de semana. INTELOCUTORA - eu queria
3047 só dar um informe rapidinho. É só pra dizer que o governo Federal abriu inscrição pra
3048 2013 pra construção de CRAS, CREAS e PAIF e PAF. Depois a gente pode
3049 encaminhar a lista o IMDS já disponibilizou a lista dos municípios elegíveis que podem
3050 realizar. ANÁLIA - Não. Isso é nova expansão pra 2013. INTELOCUTORA - Pra 2013.
3051 ANÁLIA - 2013. INTELOCUTORA - aí o prazo ficou um pouco apertado pra questão do
3052 investimento que é até dia 31/09 não, não é isso, é isso aqui que é 09/08.
3053 INTELOCUTORA - Ô gente só um minutinho aqui a minha sugestão é que mande pra
3054 cá por escrito (Falaram juntas, não deu pra entender) com a relação dos municípios
3055 que eu acho que deve ir para CIB deve ir pra COGEMAS deve ir pra todo mundo,
3056 agora vem por escrito dizendo inclusive da data chamando atenção pra que aqui
3057 replique para todos os conselhos municipais. Ok. INTELOCUTORA - Porque o prazo
3058 está apertado mais a gente encaminha a informação certinha. ANÁLIA - Ok muito

3059 obrigado, Bom final de semana gente um abraço. Nada mais havendo, encerrou-se a
3060 presente ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.